

**UM OLHAR SOBRE O SENTIDO DE SER CRIANÇA E BRINCAR EM
ACOLHIMENTOS INSTITUCIONAIS NO MUNICÍPIO DE CAMPOS
DOS GOYTACAZES/RJ**

GABRIELA TOMAZ DA SILVA LIMA

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY
RIBEIRO – UENF**

**CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
FEVEREIRO - 2023**

**UM OLHAR SOBRE O SENTIDO DE SER CRIANÇA E BRINCAR EM
ACOLHIMENTOS INSTITUCIONAIS NO MUNICÍPIO DE CAMPOS
DOS GOYTACAZES/RJ**

GABRIELA TOMAZ DA SILVA LIMA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – Centro de Ciências do Homem, como parte das exigências para a obtenção de título de Mestre em Políticas Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Caterine Reginensi

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
FEVEREIRO - 2023

FICHA CATALOGRÁFICA

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

L732 Lima, Gabriela Tomaz da Silva.

UM OLHAR SOBRE O SENTIDO DE SER CRIANÇA E BRINCAR EM ACOLHIMENTOS
INSTITUCIONAIS NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ. / Gabriela Tomaz da Silva

Lima. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2023.

136 f. : il.

Inclui bibliografia.

Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense
Darcy Ribeiro. Centro de Ciências do Homem. 2023.

CDD - 361.61

UM OLHAR SOBRE O SENTIDO DE SER CRIANÇA E BRINCAR EM ACOLHIMENTOS INSTITUCIONAIS NO MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

GABRIELA TOMAZ DA SILVA LIMA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – Centro de Ciências do Homem, como parte das exigências para a obtenção de título de Mestre em Políticas Sociais.

Aprovada em 28 de fevereiro de 2023

Comissão Examinadora:



Documento assinado digitalmente
gov.br EMILIANO FERREIRA DANTAS
Data: 30/03/2023 18:00:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Emiliano Ferreira Dantas (Doutor, Antropologia) – Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE – IUL, Portugal

Documento assinado digitalmente
gov.br JULIANA THIMOTEO NAZARENO MENDES
Data: 04/04/2023 11:00:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Juliana Thimóteo Nazareno Mendes (Doutora, Geografia) – UFF

Documento assinado digitalmente
gov.br TERESA DE JESUS PEIXOTO FARIA
Data: 10/05/2023 23:34:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Teresa de Jesus Peixoto Faria (Doutora, Estudos Urbanos) – Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais/ França

Documento assinado digitalmente
gov.br ODILE ELISE AUGUSTA REGINENSI
Data: 31/03/2023 21:20:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Catherine Reginensi (Doutora, Sociologia) – Universidade de Paris VIII

Dedico este trabalho às crianças e adolescentes que hoje se encontram acolhidos. Que o Reino de Deus chegue até vocês!

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente ao Deus que se revela a mim por meio das pessoas.

Às crianças e adolescentes dos acolhimentos Lara e Despertar, por compartilharem comigo um pouco de suas experiências!

À mamãe, mulher de oração que sempre zela por minha vida. Mãe, amo-te mais que o mundo todo indo e vindo!

Ao meu Elvis, meu esposo, pelos seus incentivos e paciência. Você é o meu amor!

À minha irmã Silvana, que me incentiva com suas palavras.

Às minhas tias: Marli, Neli, Madalena e Regina, pelo apoio de sempre! Amo todas.

À minha prima Bruna, por reler meus escritos e tecer palavras de elogio!

À minha querida orientadora, Prof.^a Dr.^a Caterine, por toda compreensão durante a perda dos meus queridos familiares: Uerbem (pai do coração), vovó e tia Suely. Obrigada por dispensar tanta leveza sobre mim durante esse tempo de orientação!

À prof.^a Dr.^a Teresa Peixoto, por suas contribuições e incentivo!

À minha amiga Jesa Maria, que tanto me acalmou nesse percurso de Mestrado. Jesa, você sempre tem boas palavras, obrigada!

À querida Dr.^a Rosângela Benevides, que foi minha professora na graduação e gentilmente me ajudou em diversos momentos do Mestrado.

Ao Dr. Bruno Peres, que foi meu professor e orientador durante a graduação, além de sempre me ofertar excelentes sugestões para meus estudos.

“O que eu faço é uma gota no meio de um oceano. Mas sem ela, o oceano será menor”.

Madre Teresa de Calcutá

RESUMO

LIMA, Gabriela Tomaz da Silva. Um Olhar sobre o sentido de ser criança e brincar em acolhimentos institucionais no município de Campos dos Goytacazes. Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) - Campos dos Goytacazes/RJ, 2023.

A presente dissertação busca uma aproximação acerca do sentido de ser criança e experimentar a vida em uma instituição de acolhimento. O estudo inicia-se com um breve relato histórico em torno da longa tradição de institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil. E, no desenvolvimento, trata acerca das principais questões que envolvem as políticas de assistência social, os entraves, avanços e permanências que ainda dominam o cenário brasileiro. Assim, este estudo buscou compreender o assunto a partir da ótica das crianças acolhidas, dando foco às suas próprias falas e percepções sobre o assunto. O trabalho foi norteado por eixos temáticos que trouxeram ao foco da pesquisa os seguintes argumentos: a cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, a família, a instituição de acolhimento e o brincar, problematizando tais questões à realidade das políticas sociais em vista dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Com isso, inicialmente, a metodologia da pesquisa se deu por meio de entrevistas com profissionais de duas instituições da cidade de Campos, mas, com o aprofundamento e mudança de foco, a metodologia voltou-se de modo mais direto para as crianças. Assim, foram realizadas oficinas de desenhos e brincadeiras com as crianças, com a finalidade de, à luz de suas considerações, realizar uma reflexão sobre a atual conjuntura das políticas sociais no Brasil, da cultura adultocêntrica e das relações de desigualdades permanentes em nossa sociedade.

Palavras-chave: Crianças; Instituição; Políticas Sociais.

ABSTRACT

LIMA, Gabriela Tomaz da Silva. A look at the meaning of being a child and playing in institutional shelters in the municipality of Campos dos Goytacazes. Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) - Campos dos Goytacazes/RJ, 2023.

The present dissertation seeks an approximation about the meaning of being a child and experiencing life in a host institution. The study begins with a brief historical account of the long tradition of institutionalization of children and adolescents in Brazil. And, in development, it deals with the main issues that involve social assistance policies, the obstacles, advances and permanencies that still dominate the Brazilian scenario. Thus, this study sought to understand the subject from the perspective of the sheltered children, focusing on their own speeches and perceptions on the subject. The work was guided by thematic axes that brought the following arguments to the focus of the research: the city of Campos dos Goytacazes/RJ, the family, the host institution and playing, problematizing such questions to the reality of social policies in view of the foreseen rights in the Child and Adolescent Statute (ECA). With that, initially, the research methodology was based on interviews with professionals from two institutions in the city of Campos, but, with the deepening and change of focus, the methodology turned more directly to children. Thus, drawing and play workshops were held with the children, with the aim of, in the light of their considerations, reflecting on the current situation of social policies in Brazil, the adult-centered culture and the relations of permanent inequalities in our society.

Key Words: Children; Institution; Social Policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Roda dos Expostos	47
Figura 2	O menino e o Cachorro	76
Figura 3	Três crianças	76
Figura 4	Menino andando de bicicleta	77
Figura 5	Duas crianças no triciclo	77
Figura 6	Organização hierárquica da FMIJ na Política de Assistência	86
Figura 7	Tabela das oficinas realizadas com as crianças/adolescentes	87
Figura 8	Mãos que desenham	87
Figura 9	Carro de Salgueiro	89
Figura 10	Cidade de Jacarandá	90
Figura 11	Cidade de Palmeira	91
Figura 12	Mãos que desenham	92
Figura 13	Cidade de Oliveira	93
Figura 14	Atacadão dos queijos	94
Figura 15	Praia de Flamboyant	96
Figura 16	Cidade de Macieira	97
Figura 17	Gol do Eucalipto	98
Figura 18	Farol de São Thomé	99
Figura 19	Shopping Boulevard	99
Figura 20	Museu histórico de Campos	99
Figura 21	Mercado municipal	99
Figura 22	Cidade das crianças	99
Figura 23	Lagoa de Cima	99
Figura 24	Brinquedo do Jardim São Benedito	99
Figura 25	Praia de Grussaí/SJB	99
Figura 26	Praça São Salvador.....	100
Figura 27	Jogo de Memórias	102
Figura 28	Urso de Pelúcia	104
Figura 29	Panelinha	104
Figura 30	Bola	104
Figura 31	Família	104
Figura 32	Família	104
Figura 33	Família	104
Figura 34	Bicicleta	104
Figura 35	Praça São Salvador	104
Figura 36	Shopping Boulevard	104
Figura 37	Coelho	104
Figura 38	Cachorro	104
Figura 39	Cinema	104
Figura 40	Escorrega	104
Figura 41	Igreja	104
Figura 42	Praia	104
Figura 43	Desenhando a casa	109
Figura 44	A casa das crianças	111
Figura 45	Hambúrguer.....	112
Figura 46	Sala Samuel	113
Figura 47	Cozinha com “fé”	113
Figura 48	Quarto com suíte	114

Figura 49	Piscina	114
Figura 50	Piscina com banheiro	115
Figura 51	Portas e Janelas	115
Figura 52	Cama	116
Figura 53	“Não sei o que desenhei”	116
Figura 54	“Piscina da vida”	117
Figura 55	Parque de diversão	117
Figura 56	Ventilador	118
Figura 57	Origami “Gabriela”	118
Figura 58	Despedida	119
Figura 59	Despedida	120
Figura 60	Jogo	120
Figura 61	Despedida	121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CRAAI – Centro de Apoio Administrativo Institucional

CRCA – Centro de Referência da Criança e do Adolescente

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FMIJ – Fundação Municipal de Infância e Juventude

FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social

FUNABEM – Fundação Nacional de Bem-estar do Menor

LOAS – Lei orgânica de Assistência Social

MCA – Módulo Criança e Adolescente

MDSA – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

ONU – Organização das Nações Unidas

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SAM – Serviço de Assistência ao Menor

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SMDHS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UNICEF – Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância
(United Nations International Children's Emergency Fund)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 Contextualização da pesquisa	16
2 Questões de pesquisa, objetivos geral e específicos.....	23
3 Percursos metodológicos	23
CAPÍTULO 1 – RAÍZES HISTÓRICAS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS NO BRASIL	32
1.1 Aproximações ao conceito de institucionalizar	32
1.2 Acolhimento institucional como medida protetiva – contexto das Políticas de Assistência Social	35
1.3 A Política de Assistência Social no contexto de precarização da Seguridade Social brasileira	39
CAPÍTULO 2 – APROXIMAÇÕES ACERCA DO CONCEITO DE INFÂNCIA INSTITUCIONALIZADA	45
2.1. Breve relato acerca da infância e da institucionalização de crianças no Brasil	45
2.2 Perspectivas acerca da infância no século XIX e XX	49
2.3 Nova concepção sobre a infância no Brasil – dilemas e contradições.....	53
CAPÍTULO 3 – SER CRIANÇA – DESAFIOS	67
3.1 Viver e brincar em uma instituição – qual o sentido?	67
3.2 O brincar como prática de resistência	72
3.3 O sentido do brincar para a instituição	74
3.4 Desafio da experiência em imagens com imagens	82
CAPÍTULO 4 – EXPERIÊNCIA EM IMAGENS – A CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES VISTA PELAS CRIANÇAS ACOLHIDAS	85
4.1 O que é a cidade?	85
4.2 Morar em Campos dos Goytacazes – RJ, na instituição, e o sentido da cidade, da família e do brincar para crianças/adolescentes acolhidos	98
4.3 A casa pelos olhares das crianças – o que é casa?	109
4.4 Desenhando o que eu mudaria na casa – “ <i>Eu queria voltar para casa</i> ”	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	126
ANEXOS	134

INTRODUÇÃO

O tema ora investigado neste estudo versa sobre *a problemática de crianças inseridas em programas de acolhimento institucional no município de Campos dos Goytacazes/RJ*. Nesta perspectiva, a finalidade central do estudo, seguindo uma dinâmica de sucessivas aproximações e reflexões críticas, consiste em investigar e conhecer a realidade destas crianças e suas famílias, enfocando *o espaço do brincar na vida institucional*, dentre outras questões que, no desenvolvimento do trabalho, revelaram-se pertinentes, como por exemplo: a relação das crianças com a casa onde vivem e dos locais que mais gostam na cidade.

As inquietações que conduziram ao desenvolvimento desta proposta de pesquisa emergiram inicialmente no percurso da graduação em Serviço Social, a partir da experiência de Estágio Supervisionado em Serviço Social no Acolhimento Institucional Despertar¹ e, posteriormente, no Ministério Público/ Centro de Apoio Administrativo Institucional - CRAAI² Campos, onde foi possível ter contato com o tema em questão. Neste contexto, sobressaiu como objeto de indagações e reflexões a problemática do acolhimento institucional por longos períodos, em situações nas quais, talvez, essa medida não fosse necessária³.

Estes questionamentos deram origem a construção do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: *“Crianças e Adolescentes Acolhidos e o Sistema de (des) Proteção Social”*.⁴ Neste trabalho, ainda de modo aproximado, fora proposto uma reflexão crítica acerca do significado histórico da institucionalização de crianças e adolescentes, lançando-se mão de referenciais teóricos como: Goffman (1974), Foucault (1987) e Rizzini (1990). Num segundo momento, o estudo buscou investigar,

¹Localiza-se na rua Colatino Gusmão, 01, Parque Tamandaré, Campos dos Goytacazes. Atualmente atende crianças e adolescentes de ambos os sexos.

² Localiza-se na rua: Antônio Jorge Young, nº 40, Parque Tamandaré, Campos dos Goytacazes.

³ Nesta experiência, foi possível observar empiricamente que, em significativos casos, se a cidade de Campos dos Goytacazes disponibilizasse melhores serviços de apoio aos usuários de álcool e/ou outras drogas, grande parte das famílias das crianças e adolescentes acolhidos estaria menos fragilizada, o que poderia contribuir para reduzir a ruptura de vínculos familiares e a conseqüente institucionalização de longa permanência de crianças e adolescentes em acolhimentos institucionais.

⁴ O referido Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social foi apresentado no dia 17/12/2018, na Uniredentor, em Campos dos Goytacazes, sendo-lhe conferida, pela banca examinadora, a nota máxima (10.0).

a partir de dados secundários, o perfil geral de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional no Brasil, no Rio de Janeiro e em Campos dos Goytacazes.

Essa primeira incursão no âmbito da produção acadêmica possibilitou identificar a necessidade de melhor conhecer a realidade do acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Campos dos Goytacazes, já que tal medida protetiva é permeada por diversas questões que demandam análises e reflexões em profundidade sobre essa problemática.

1 Contextualização da pesquisa

Na cidade de Campos dos Goytacazes, no interior do estado do Rio de Janeiro, de acordo com o setor de Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social (SMDHS), dados indicam que, no mês de junho de 2018, havia um total de 150 crianças e adolescentes acolhidos no município, predominando a faixa etária de 4 a 12 anos. Verifica-se que, destes, 77% eram autodeclarados pretos e pardos e 23% brancos.

Acerca dos motivos para institucionalização, verificou-se que no primeiro semestre do ano de 2018, que 46 foram motivados por negligência⁵, seguido de 13 casos de abandono⁶ pelos pais ou responsáveis, 9 em razão de sua conduta e 8 por situação de rua.

No que tange aos motivos de desligamento da instituição, no primeiro semestre de 2018, dos 101 desligamentos, 29% ocorreram por evasão, 26% por reintegração familiar, e 18% por colocação em família substituta (guarda)⁷. Deve-se observar que, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), o

⁵ De acordo com o art. 5º do ECA, “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência”. Contudo, negligência pode ser considerado um termo amplo e de múltiplas interpretações, ficando sempre relacionado à pobreza de modo geral.

⁶ O termo “abandono” é complexo, pois sugere uma relação com inúmeras questões sociais que envolvem os sujeitos. Quem abandona a família que abandona?

⁷ Observa-se, que de acordo com o parágrafo 2º do artigo. 19 do ECA, o tempo máximo de permanência de crianças e adolescentes em acolhimento, não deve ser maior do que de dezoito meses “salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.”

acolhimento institucional deve possuir caráter excepcional e provisório. Neste sentido, de acordo com o referido Estatuto, no seu artigo 19:

É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

Deste modo, compreende-se que a longa permanência de crianças e adolescentes em instituições, e mesmo a institucionalização sem razões contundentes, configura-se como violação de direitos.

Segundo os estudos de Rizzini e Rizzini (2004), as práticas de institucionalização sempre foram um meio que a sociedade brasileira considerou como forma de cuidar, educar e proteger as crianças de modo geral e os órfãos, os inválidos e os considerados abandonados. Em seus primórdios, as instituições possuíam um caráter rigoroso, proibindo o contato com o mundo fora da instituição. Nas palavras das autoras: *“O país adquiriu uma tradição de institucionalização de crianças, com altos e baixos, mantida, revista e revigorada por uma cultura que valoriza a educação da criança por terceiros”* (p. 22).

Nesse sentido, de acordo com as Orientações Técnicas Para os Serviços de Acolhimento (2009), apesar de o acolhimento ser, de acordo com o ECA, uma medida protetiva, por vezes, é concebido pelos acolhidos como um ato de violência e/ou castigo, haja vista que, quando este serviço não é prestado com a devida qualidade, e em caráter provisório, podem ocorrer inúmeras repercussões negativas para a vida e desenvolvimento destes sujeitos.

Os estudos de Oliveira (2014), indicam parte dos prejuízos que esta vivência na instituição pode trazer aos pequenos. A autora relata acerca das condições institucionais para a brincadeira das crianças e dos inúmeros esforços que as crianças têm de desenvolver para se reinventar, dada a realidade vivida.

Diante desta constatação, cabe indagar sobre o que pode ser considerado um serviço de qualidade quando se está distante de sua família, da comunidade de origem, dos hábitos e costumes rotineiros? O que é um serviço de qualidade ofertado em uma instituição, para crianças e adolescentes?

Cabe refletir acerca desta medida protetiva e dos impasses existentes, sobre quais inúmeros processos de desproteção estão interligados para que seja necessário o recurso de institucionalização. Sabe-se, que para o desenvolvimento saudável dos indivíduos de modo geral, mas especialmente das crianças, os vínculos familiares são de suma importância.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, conquistado nos marcos da luta pela democratização da sociedade brasileira, foi um grande divisor em relação a ruptura com as práticas históricas de institucionalização e disciplinamento de crianças e adolescentes. Este propôs o rompimento com a cultura do confinamento e segregação desses sujeitos. Contudo, verifica-se que a prática da institucionalização, hodiernamente denominada de “acolhimento”, infelizmente não tem se mostrado como exceção, sendo destinada aos setores mais excluídos da sociedade. Conforme indicam Baptista e Volic (2005, p.148):

No âmbito do país, os motivos de abrigamento mais citados em pesquisa realizada pelo Ipea em 2004 – Levantamento Nacional Rede SAC – foram a pobreza (24,2%); o abandono (18,9%); a violência doméstica (11,7%); a dependência química dos pais ou responsáveis, incluindo alcoolismo (11,4%); a vivência de rua (7,0%); e a orfandade (5,2).

Das questões motivadoras para o processo de acolhimento de crianças e adolescentes, verifica-se que há múltiplas situações relacionadas à pobreza, que apesar de na conjuntura atual não se constituir como motivo, está mesclada entre as questões causadoras. Sabe-se que, as ações em torno das famílias pobres no Brasil sempre estiveram vinculadas ao processo de institucionalização. Conforme corroboram Rizzini e Rizzini (2004, p. 13), logo na introdução de seu livro A institucionalização de crianças no Brasil:

A análise da documentação histórica sobre a assistência à infância dos séculos XIX e XX revela que as crianças nascidas em situação de pobreza e/ou em famílias com dificuldades de criarem seus filhos tinham um destino quase certo quando buscavam apoio do Estado: o de serem encaminhadas para instituições como se fossem órfãs ou abandonadas.

Em levantamento realizado no primeiro semestre do ano de 2022, pelo Módulo Criança e Adolescente – MCA⁸⁹, verificou-se que a negligência fora o principal motivo para o acolhimento de crianças e adolescentes no estado do Rio de Janeiro¹⁰, neste período. Cabe esclarecer que, de acordo com o referido censo, a “*negligência*” pode ser compreendida da seguinte forma:

Consiste nas situações em que se priva a criança ou adolescente de algo de que ela necessita, quando isso é essencial ao seu desenvolvimento sadio. Pode significar omissão em termos de cuidados básicos como: privação de medicamentos, alimentos, ausência de proteção contra inclemência do meio (frio/calor) (Claves). (MCA, 2022, p. 37).

Ainda, apesar do ECA dispor que: “*Art. 23. A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar*”, em análise dos dados, observou-se que a carência de recursos materiais da família ou responsáveis¹¹, no primeiro semestre do ano de 2022, constituiu-se como um dos fatores da institucionalização de crianças e adolescentes, sendo um total de 25 acolhidos no estado do Rio de Janeiro por este motivo.

Acerca da palavra negligência, importante pontuar que, de acordo com Portella (1984, p.114), negligência vem do latim, *negligentia*, que significa “*ato de não colher*”. Segundo o dicionário online Michaelis, negligência pode ser definida como: “*falta de vigilância, descuido, desídia, desleixo; desatenção, desinteresse, menosprezo; falta de iniciativa, indolência, inércia, preguiça*”. Observa-se, assim, que a palavra, apesar de sua polissemia, apresenta um universo moral simbólico carregado de estigma que remete à responsabilização e culpabilização exclusiva dos indivíduos.

⁸ O Módulo Criança e Adolescente – MCA, é um sistema de cadastro online das crianças e adolescentes acolhidos, que foi criado em 2007, pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Tal sistema é uma ferramenta que contribui de forma incisiva para o acompanhamento de crianças e adolescentes, identificando a situação jurídico-social, diagnosticando as principais demandas a níveis, regional, municipal e estadual, analisando o desenvolvimento das políticas públicas voltadas a estes sujeitos e suas famílias.

⁹ Censo da população infantil e juvenil acolhida do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://mca.mp.rj.gov.br/wpcontent/uploads/2018/01/20_quadro_evolutivo.pdf>. Acesso em: 19 de abr. de 2018.

¹⁰ De acordo com o censo do 1º semestre de 2022, do MCA, há um total de 147 instituições de Serviço de Acolhimento Institucional/Modalidade Abrigo Institucional no estado.

¹¹ Destaca-se que o referido módulo conceitua estes termos como consistindo em situações *que: a criança ou adolescente foi acolhido em função da carência de recursos materiais de sua família ou responsável* (MCA, 2022, p.35).

Ainda, insta refletir sobre o conceito de negligência, que em sua totalidade está atrelado às condições de pobreza em que as famílias estão inseridas. Berberian (2015), discorrendo acerca do assunto, descreve que as “*condições-limite*” em que as famílias mais pobres estão inseridas, são utilizadas como motivadores para o questionamento da capacidade protetiva dos sujeitos sobre as crianças e adolescentes.

De acordo com os escritos de Moreira (2018), neste contexto de exigências e indagações acerca da capacidade protetiva da família, as famílias pobres são mais cobradas de modo geral, contudo, “*os homens são pouco demandados a participar*” (p. 166). Recai, deste modo, sobre a mulher os principais deveres de cuidado com a casa, com as crianças e os mais dependentes de modo geral. E quando falham, são reconhecidas como fracassadas ou negligentes em sua função. Segundo Vitale (2015, p. 115), “*das mulheres se espera e se delega a assistência à geração mais nova e às mais velhas*”.

Apesar da negligência ser uma das principais causas de violência contra crianças e adolescentes, sabe-se que este fenômeno é complexo e não deve ser entendido apenas como uma condição de família, mas enquanto um fenômeno social, político e econômico que indica uma ausência maior. Entretanto, verifica-se que desde os primórdios de nossa sociedade, a capacidade da família pobre é questionada, negando os aspectos multidimensionais deste fenômeno (BERBERIAN, 2015).

Neste contexto, *situação de rua*¹², está entre os 4 primeiros motivos da institucionalização de crianças e adolescentes no estado do Rio de Janeiro, tendo um total de 77 acolhidos por este motivo. E antecedido por *negligência* (526), abandono

¹² *Crianças e adolescentes com direitos violados, que utilizam logradouros públicos, áreas degradadas como espaço de moradia ou sobrevivência, de forma permanente e/ou intermitente, em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social pelo rompimento ou fragilidade do cuidado e dos vínculos familiares e comunitários* (Idem, 2022, p. 38).

pelos pais ou responsáveis¹³ (150), abusos físicos ou psicológicos contra a criança ou adolescente¹⁴ (99) e em razão de sua conduta¹⁵ (81) (MCA, 2022, p. 62).

No que tange ao tempo de acolhimento, observou-se que, apesar de tantos avanços com o ECA, ainda no ano de 2012, havia um total de 226 crianças/adolescentes acolhidos há mais de 5 anos. E no primeiro semestre de 2022, havia 103 crianças/adolescentes acolhidos em instituições ou acolhimento familiar, por mais de 5 anos.

Cabe aqui uma breve digressão a respeito do acolhimento familiar, que segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), é uma modalidade de acolhimento para crianças e adolescentes. Esse serviço acontece nas residências das famílias cadastradas, chamadas de “famílias acolhedoras”, que recebem essas crianças/adolescentes que estão temporariamente afastadas do convívio familiar, para um futuro retorno à sua família de origem ou encaminhamento para a adoção. Este serviço deve ocorrer em conformidade com os princípios e orientações das leis que regulamentam o atendimento à criança e adolescentes em situação de risco social.

Insta esclarecer que, de acordo com o ECA em seu artigo 19: *“É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral”*. E ainda, no parágrafo 2º - *“A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo*

¹³ *Consiste nas situações que se constata a ausência do responsável pela criança ou adolescente no desenvolvimento das funções de cuidado (Idem, 2022, p.34).*

¹⁴ *A violência física consiste em qualquer ação, única ou repetida, não acidental (ou intencional), cometida por um agente agressor adulto (ou mais velho que a criança ou o adolescente), que lhes provoque consequências leves ou extremas como a morte (CLAVES). A violência psicológica consiste em um conjunto de atitudes, palavras e ações dirigidas para envergonhar, censurar e pressionar a criança ou adolescente de forma permanente: ameaças, humilhações, gritos, injúrias, privação de amor, rejeição, etc. (Idem, 2022, p. 34).*

¹⁵ *Consiste nas situações em que crianças e adolescentes se encontram em condições tais que por sua conduta se colocam na situação potencial ou efetiva de violarem os deveres e os direitos de sua cidadania e da cidadania alheia, devendo receber uma ou mais medidas de proteção (Idem, 2022, p.35).*

comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária” (ECA, 1990).

Na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, de acordo com o site da Prefeitura¹⁶, atualmente há 8 acolhimentos institucionais, a saber: Lara, Pequeno Jornaleiro, Renascer, Despertar, Aconchego, Cativar, Portal da Infância e Conviver. Insta ressaltar que, as referidas instituições atendem tanto crianças como adolescentes e que de acordo com o censo municipal do MCA, no último semestre do ano de 2021, havia um total de 152 crianças/adolescentes acolhidos no município, sendo 13 acolhidos há mais de 5 anos.

Cabe refletir acerca dos impactos causados na vida destes sujeitos que vivem em instituições por tempos prolongados. Sabe-se das inúmeras formas de violências perpetradas contra crianças e adolescentes no âmbito familiar. Contudo, até onde uma instituição protege? Constantino et. al. (2013) ressaltam consideráveis alterações ocorridas nos serviços ofertados nos acolhimentos institucionais, que buscam possibilitar às crianças e adolescentes o direito a uma vida saudável e o acesso aos serviços necessários ao seu desenvolvimento. No entanto, baseando-se em levantamento¹⁷ realizado durante os anos de 2009 a 2011, os autores ponderam que:

Diversos fatores negativos são apontados nos processos de acolhimento, tais como: padronização ou massificação no tratamento dos indivíduos; grande número de crianças e adolescentes atendidos em relação à quantidade de cuidadores; ausência de um planejamento de atividades que contribuam para o seu crescimento e desenvolvimento e fragilidade dos vínculos afetivos e da rede de apoio social (Idem, p. 161).

Considera-se, assim, que a questão da institucionalização de crianças no Brasil e suas implicações, continuam sendo temas de extrema relevância, demandando reflexões e pesquisas que possam desvelar essa realidade e indicar alternativas para a defesa e garantia da convivência familiar e comunitária de crianças, imprescindível ao pleno desenvolvimento e cidadania desses indivíduos.

¹⁶ Disponível em: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=58597#. Acesso em 12 de nov. de 2020.

¹⁷ O Levantamento foi concluído em 2011 após visitas dos pesquisadores a 2.624 serviços de acolhimento localizados em todo o país. Os resultados têm, desde então, subsidiado o planejamento de ações pelo MDS e são agora apresentados nesta publicação com a expectativa de que sua disseminação possa contribuir para o debate mais ampliado e o aprimoramento das políticas e práticas no Brasil (CONSTATINO, ASSIS e MESQUITA, 2013).

2 Questões de pesquisa, objetivos geral e específicos

Neste intuito, a pesquisa tem como eixo central as seguintes questões: qual é a realidade de crianças que vivem em instituições de acolhimento no município de Campos dos Goytacazes? O que é ser criança e residir em uma instituição? Que tipo de implicações a permanência a longo prazo em instituições de acolhimento trazem para o sentido da infância?

Face às indagações apresentadas, foram delineados os seguintes objetivos da pesquisa:

Objetivo geral:

- Compreender o que é ser criança a partir da sua realidade vivida em um acolhimento institucional.

Objetivos específicos:

- Investigar o campo simbólico das interrelações construídas pelas crianças na experiência do acolhimento institucional;
- Aprender o olhar de profissionais sobre os limites e desafios do acolhimento de crianças, especificamente no que tange ao sentido da infância na instituição;
- Refletir junto às crianças sobre os significados do brincar em uma instituição;
- Fomentar o debate acerca da relação das crianças acolhidas com a cidade de Campos dos Goytacazes, sua trajetória seus limites e desafios.

3 Percursos Metodológicos

Todo o nosso percurso de formação conduziu esta investigação para o aprofundamento dos estudos acerca das questões em torno da problemática da institucionalização de crianças. A primeira experiência com o assunto se deu no estágio supervisionado em Serviço Social, no acolhimento institucional Despertar, onde foi possível participar de visitas sociais, reuniões técnicas e audiências concentradas.

As ricas experiências neste espaço foram de suma importância para o desenvolvimento de uma consciência crítica a respeito das motivações para o acolhimento das crianças e adolescentes, assim como o perfil de suas famílias que sempre eram pobres. Esse período também enriqueceu, de modo significativo, a nossa percepção acerca da importância do trabalho do Assistente Social, que neste campo atua diretamente com as famílias das crianças.

Após dois meses de estágio no Despertar, emergiu a possibilidade de realizar estágio no Ministério Público/ CRAAI Campos. Tendo aceitado a oportunidade, no Ministério Público vivenciamos diversas experiências com demandas coletivas e individuais relacionadas a crianças e adolescentes, assim como outras experiências com idosos, pacientes psiquiátricos, famílias vulnerabilizadas e instituições, como escolas, creches, setores de hospitais, acolhimentos e outros.

Especificamente no campo da infância, ocorreu a participação, enquanto estagiária, nas inspeções em acolhimentos institucionais de crianças e adolescentes, acompanhando entrevistas com crianças e familiares acerca de situações de violências físicas e sexuais vivenciadas por estes sujeitos. Dentre as situações mais marcantes, está o caso inesquecível de uma adolescente que após a sua primeira menstruação engravidou do seu padrasto, aos 12 anos de idade – e sem saber que estava grávida foi ameaçada pela mãe a ser “colocada para fora, por estar com namorado na rua” -. A adolescente que sofria violências sexuais desde sua infância, também sofria ameaças de morte perpetradas por seu violentador, e, portanto, temia relatar a situação para sua mãe. Contudo, após saber da violência, a mãe da adolescente recorreu a uma Delegacia de Polícia, mas não teve a sua demanda atendida, sendo chamada pelos policiais de: “mulher de porta de cadeia”.

Tais violências direcionadas a este grupo, que mais deveria receber toda proteção e cuidado da sociedade em geral, assim como de todas as instituições, despertou o profundo interesse em conhecer e, de modo aproximado, desvelar as questões que se tornam invisíveis na violência contra crianças – expressões da questão social que estão envoltas nestes processos, retirando o lugar de humanidade dessas crianças e adolescentes, que devem ser respeitados como sujeitos de direitos.

Por fim, ainda nesse percurso de formação, estagiamos por três meses no Centro de Referência da Criança e do Adolescente (CRCA), especificamente no setor de avaliação e monitoramento dos dados das instituições dos acolhimentos da cidade de Campos dos Goytacazes – RJ. O CRCA, na época, era o serviço conhecido como porta de entrada para os acolhimentos institucionais da cidade, pois antes de ser acolhida, a criança e/ou adolescente eram levados até o local.

Neste último estágio, participamos de reuniões com a equipe técnica, onde eram discutidas questões relacionadas aos dados disponibilizados por estas instituições. As reuniões também aconteciam com os conselheiros tutelares do município, a fim de discutir medidas importantes para a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes.

Essas experiências vivenciadas durante o percurso de formação, contribuíram de modo profundamente significativo para o aprimoramento e interesse de pesquisar questões relativas à infância, lançando um olhar sensível e crítico sobre a importância da família nesse processo de desenvolvimento, bem como a responsabilidade do Estado e da sociedade no zelo e efetivação do direito à vida em família.

Estas histórias se constituem como parte de nossa trajetória de vida, pois como já analisou Schapp (2007, p. 13), “*a história e o estar envolvido em histórias estão tão estreitamente ligados, que talvez não seja possível separá-los nem mesmo em nossos pensamentos*”. Essas histórias fazem parte de nossa história e são a explicação do nosso desejo em desvelar as inúmeras questões em torno do processo de institucionalização de crianças.

Neste percurso, nosso estudo foi desenvolvido inicialmente a partir de pesquisa bibliográfico-exploratória acerca da trajetória histórica da institucionalização de crianças no Brasil. Também buscamos realizar uma revisão bibliográfica sobre a temática da família e suas implicações, no que tange à problemática do acolhimento.

No intento de desenvolver um estudo que apontasse a realidade e contribuísse para o alcance de uma reflexão que subsidiasse práticas mais justas e correspondentes ao que é ser criança, – e suas necessidades a partir das falas das

crianças – buscamos realizar um trabalho que contemplasse a realidade histórica, mas que, também, se relacionasse com o contexto vigente.

Sobre as práticas do cientista social, Mills (1975), afirma que importa expor e analisar o objeto de estudo dentro do que chama de “*moldura histórica*” (p. 232), ressaltando que este processo permitirá maior amplitude na compreensão do fenômeno estudado, validando o trabalho do pesquisador. Mas, ainda sugere que nas pesquisas os períodos históricos sejam relacionados entre si e com o contexto vigente.

Nesta perspectiva, o referido autor, sustenta que, de modo minucioso, o fenômeno seja analisado de acordo com sua época, período e costumes. Contudo ressalta: “*Mas não sejamos fanáticos: relacionemos todo esse trabalho, continuamente e de perto, com o nível da realidade histórica*” (Idem, p. 241). Depreende-se, desta maneira, que não se trata apenas de analisar um fenômeno e relatar resultados e reflexões, mas de compreender o fenômeno dentro do contexto histórico e da realidade social.

Sendo assim, conhecer e compreender o sentido da vida, da infância, dado a partir do espaço onde vivem as crianças acolhidas, considerando suas próprias compreensões e percepções, foi um ponto de aprofundamento em nossa pesquisa, no que se refere ao sentido de ser criança e as relações que desenvolvem no local onde estão – a instituição.

Neste sentido, desejando por meio de sucessivas aproximações conhecer a trajetória histórica do sentido da infância no Brasil, pesquisamos duas instituições de acolhimento no município de Campos dos Goytacazes, onde lançamos mão de uma pesquisa de campo de cunho qualitativo. Cabe destacar que, acerca das diferenciações entre a abordagem qualitativa e quantitativa, Goldenberg (2004) elucida que a análise qualitativa se refere a explicações minuciosas de situações com a finalidade de entender os indivíduos em seus espaços e condições.

Deste modo, divergente da análise quantitativa, tais dados não podem ser quantificáveis e suas indagações não devem ser fechadas ou resumidas, pois a pesquisa qualitativa preocupa-se com questões que não podem ser traduzidas em dados, exigindo percepções flexíveis e criativas do pesquisador. Nesta direção, Mills

(1975) afirma que a pesquisa qualitativa deve despertar a *imaginação sociológica*, permitindo ao pesquisador indagar o fenômeno a partir de diversos tipos de análises.

Nas palavras do autor:

Devemos usar vários pontos de vista – essa é minha ideia central. Perguntaremos, por exemplo, como um cientista político que lemos recentemente abordaria tal assunto, ou como o abordariam tal psicólogo experimental, ou tal historiador? Procuremos pensar em termos de vários pontos de vista, e assim deixemos que nossa mente se transforme num prisma (MILLS, 1975, p. 230).

Importa destacar que, a respeito dos vários pontos de vista, nas conhecidas e significativas contribuições de Durkheim (2002), ele esclarece que nossas atitudes e modos de fazer estão permeados por contradições, pois apesar de julgarmos conhecer o que nos motiva a fazer ou proceder de tal forma, estamos sempre envolvidos em razões confusas que determinam nossas ações e concepções a respeito de algum fenômeno social.

Neste sentido, o referido sociólogo cita a importância de que o pesquisador, ao adentrar no âmbito das pesquisas sociais, compreenda – “*assim como os físicos, químicos e fisiologistas, quando se lançam numa região ainda inexplorada de seu domínio científico*” (Idem, p.19) – que está explorando um fenômeno desconhecido e que poderá conhecer e perceber questões completamente novas e contrárias ao que esperava, ou seja, questões que o “*desconcertarão*” (Ibidem, p.20).

Destarte, acredita-se, que o emprego da abordagem qualitativa foi fundamental para a aproximação e reflexão acerca do acolhimento institucional, o ser criança, o sentido de brincar e seus rebatimentos na vida das crianças acolhidas. Cabe destacar ainda que, de acordo com Goldenberg (2004, p. 50), na pesquisa qualitativa:

A quantidade é, então, substituída pela intensidade, pela imersão profunda – através da observação participante por um período longo de tempo, das entrevistas em profundidade, da análise de diferentes fontes que possam ser cruzadas – que atinge níveis de compreensão que não podem ser alcançados através de uma pesquisa quantitativa. O pesquisador qualitativo buscará casos exemplares que possam ser reveladores da cultura em que estão inseridos. O número de pessoas é menos importante do que a teimosia em enxergar a questão sob várias perspectivas.

E, neste sentido, pesquisar qualitativamente contribui para que nossas impressões não sejam deturpadas, colaborando para a apreensão de realidades que não podem e não são expressas por meio de censos e estatísticas, pois desviam do padrão e da norma.

Nesta direção, em nosso trabalho foram empregados como instrumentos de investigação: a entrevista semiestruturada, a observação participante e oficina com as crianças acolhidas.

Acerca das entrevistas, cabe destacar que foram direcionadas aos profissionais que atuam nas instituições de acolhimentos de crianças, com o objetivo de apreender o olhar destes sujeitos sobre os limites e desafios do acolhimento de crianças, especificamente no que tange ao sentido da infância na instituição.

Lakatos e Marconi (2003) esclarecem que a entrevista se trata de um encontro entre duas pessoas, que possui a finalidade de que uma delas obtenha informações a respeito de algo, buscando contribuir na análise de uma questão social. Segundo as mesmas autoras, a observação não se resume a simples ações de ver e ouvir, mas está ligada à capacidade de examinar alguém ou alguma situação, trata-se de uma percepção e escuta qualificada. Essa aproximação permitirá a apreensão dos modos, falas e necessidades expostas pelos sujeitos.

Ainda, no que tange às oficinas que foram direcionadas inicialmente às crianças, podemos definir como uma ação que possui a finalidade de oportunizar a interação entre participantes e idealizadores, seguindo uma proposta de compartilhamento de ideias, percepções e reflexões sobre a vida. Nas oficinas buscou-se uma construção coletiva a respeito de algum assunto. Assim, apesar de aqui as oficinas não terem sido utilizadas para fins apenas pedagógicos, cabe a reflexão de Ingold (2020, p.17), acerca do compartilhamento de ideias:

Para que compartilhar seja educativo, eu tenho que fazer um esforço imaginativo para lançar minha experiência de maneiras que ela possa se juntar à sua, para que possamos – em certo sentido – percorrer os mesmos caminhos e, ao fazê-lo, cria/r sentido juntos. Não é que você termine com um pedaço de conhecimento implantado em sua mente que já pertenceu apenas a mim; em vez disso, chegamos a uma concordância que é nova para nós dois.

Importa ressaltar que durante esse contato com os sujeitos, através das entrevistas e oficinas, foi possível ouvir suas histórias e conhecer novamente o que Schapp (2007) já afirmou, o fato de “*estarmos sempre envolvidos em histórias*”. A história exprime, de modo mais aproximado, o que somos, de onde falamos e do que falamos. De acordo com esse autor, a história é norteadora de nossas vidas, hábitos e costumes, é o que permite perpetuar o que somos e compreender o porquê de nossas ações.

Neste sentido, por meio da observação, anotações de campo, entrevistas semiestruturadas e oficinas, foi possível melhor contemplar o cotidiano das crianças que vivem em instituições de acolhimento na cidade de Campos dos Goytacazes. Assim, procuramos percorrer três movimentos para chegar aos objetivos do trabalho. A saber¹⁸:

- No primeiro movimento, revisão bibliográfica e identificação das instituições;
- No segundo movimento, início do trabalho de campo: entrevista com pessoas chave, e realização de oficinas com as crianças através de imagens;
- No terceiro movimento, realizamos 5 oficinas com as crianças e alguns adolescentes, aprofundando o estudo bibliográfico a partir das experiências de Dantas, aliado ao enriquecimento metodológico oportunizado por meio das aulas de *Memória, imagem e itinerários com métodos experimentais*¹⁹, que contribuiu incisivamente para que desenvolvêssemos uma pesquisa mais acessível para as crianças.

Essa metodologia participativa permitiu construir a presente Dissertação que se estrutura em 4 (quatro) capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “*Raízes Históricas da Institucionalização de Crianças no Brasil*”, procuramos realizar uma reconstrução acerca da institucionalização, para compreender o seu caráter histórico de controle, vigilância, disciplinamento, segregação e estigmatização de determinados grupos – além de discutirmos a medida de acolhimento institucional, em um contexto maior que é o das políticas de assistência social, indicando os avanços legislativos que se contrapõem à realidade das famílias mais pobres, no contexto da precarização dos direitos sociais que convivem entre avanços, embargos e retrocessos. Para o empreendimento desta reflexão, tomou-se como aporte teórico o pensamento autores como: Foucault (1987), Yazbek (2001), Sawaia (2015), Dowbor (2015), entre outros.

No segundo capítulo, intitulado “*Aproximações acerca do conceito de infância institucionalizada*”, baseando-nos em Priore (2010), Marcílio (1997) e Rizzini (2004), desenvolvemos uma aproximação acerca do itinerário histórico da concepção de infância, em especial, da infância institucionalizada. Ainda, tratamos brevemente

¹⁹ Aulas ministradas pela Professora: Dr.^a Caterine Reginensi, no segundo semestre de 2021.

acerca dos percursos históricos da infância no Brasil, da mudança de uma concepção de sociedade que se protege da criança para uma sociedade que reconhece a infância como uma fase onde o indivíduo está em desenvolvimento e precisa ser resguardado, protegido e respeitado – indicando as questões que são dilemas e contradições nessas mudanças, na estrutura econômica e outras.

No terceiro capítulo, “*Ser criança – desafios*”, buscamos relacionar “os desafios comuns da infância” com “a infância na instituição”. Refletimos, assim, sobre questões que envolvem o brincar como prática comum para toda criança, mas que na instituição ganham um novo sentido. Para esta reflexão, recorreremos aos estudos do psicanalista Winnicott (2019), a tese de Oliveira (2014), Martins e Szymanski (2004), De Certeau (1998), e outros. No texto, discorreremos no ponto 3.3 sobre “*O sentido do brincar para a instituição*”, onde refletimos sobre as entrevistas que realizamos com os profissionais das instituições, e empreendemos uma breve análise acerca de suas falas. Buscou-se, neste capítulo, compreender a percepção das entrevistadas acerca do fenômeno do acolhimento no contexto das respostas oferecidas às demandas institucionais.

No quarto e último capítulo, intitulado “*Experiência em imagens - A cidade de Campos dos Goytacazes vista pelas Crianças acolhidas*”, apresentamos os resultados das oficinas que foram realizadas com as crianças e alguns adolescentes de duas instituições da cidade. Destaca-se com base em importantes autores como: Dantas (2022), Ingold (2020), Kilomba (2019), Quixadá (2022), Müller (2022), dentre outros, a importância de que as pesquisas não sejam “sobre as crianças” e sim “com as crianças”. Nas oficinas, aliado ao aprofundamento bibliográfico, apreendeu-se que as crianças possuem um olhar diferenciado sobre a cidade, o brincar, a família e a instituição. Além de que, urge a necessidade de que haja espaço para as vozes infantis nas famílias e nas instituições em geral, pois quando uma criança se cala, é sinal de que não está sendo ouvida/percebida e que as violências são esquecidas.

Por fim, importa ressaltar que, diante do reconhecimento da complexidade do tema em questão, considera-se que o esforço reflexivo empreendido neste estudo, longe de pretender dar conta de suas múltiplas facetas, constitui-se como um desejo de um permanente diálogo que suscite indagações que contribuam para os estudos acerca da institucionalização de crianças, seus limites, desafios e possibilidades.

Neste sentido, considera-se altamente relevante o investimento em pesquisas que possam subsidiar estratégias que assegurem o direito da criança e do adolescente ao convívio familiar e comunitário.

CAPÍTULO 1 – RAÍZES HISTÓRICAS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS NO BRASIL

1.1 Aproximações ao conceito de institucionalizar

Para melhor compreensão acerca da noção do que seja instituição, considera-se relevante a realização de um breve esforço de aproximação ao conceito teórico de “institucionalização”. Neste sentido, para explorar o referido conceito, busca-se fundamentação em Foucault (1987), em sua obra clássica: “*Vigiar e punir*”²⁰, onde o autor contribui para o desvendamento da lógica disciplinadora das instituições.

Foucault (1987) aborda, minuciosamente, o engendramento social de técnicas, desde a Época Clássica até o decorrer do século XVIII, para o que chama de “*bom adestramento*”. Em linhas gerais, Foucault investiga os aspectos da *Vigilância Hierárquica*, apontando que tal técnica foi uma das grandes criações do século XVIII. Para o referido autor, o diferencial desta vigilância se dá pelas novas formas de poder e controle, que são integrados ao exercício da vigilância.

De acordo com Foucault (Idem), seguindo os ideais da vigilância para o bom disciplinamento, foram construídos *observatórios da multiplicidade humana*²¹. Nesta perspectiva:

Ao lado da grande tecnologia dos óculos, das lentes, dos feixes luminosos, unida à fundação da física e da cosmologia novas, houve as pequenas técnicas das vigilâncias múltiplas e entrecruzadas, dos olhares que devem ver sem ser vistos; uma arte obscura da luz e do visível preparou em surdina um saber novo sobre o homem, através de técnicas para sujeitá-lo e processos para utilizá-lo (Ibidem, p.196).

Foucault (Ibidem) elucida que, ao longo do século XVIII, foram desenvolvidos modelos arquitetônicos, os quais se aprofundavam em técnicas para controle, vigilância e monitoramento dos indivíduos.

²⁰ FOUCAULT, Michel. Recursos para o bom adestramento. In: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 27^o. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. cap. 2, p. 195-2018. v. 86.

²¹ Modelo de construção desenvolvido para instituições que tinha como princípio o controle detalhado sobre os institucionalizados (FOUCAULT, 1987).

Na lógica das instituições disciplinares, havia o ideal de controle constante e permanente, do poder mais intenso, contudo, discreto. Nesta perspectiva, as construções não eram feitas mais para serem vistas, mas sim, para possibilitar uma observação detalhada, tornando, deste modo, os indivíduos mais visíveis, visando o domínio do seu comportamento. Conforme assinala Foucault (Ibidem, p. 198):

As instituições disciplinares produziram uma maquinaria de controle que funcionou como um microscópio do comportamento; as divisões tênues e analíticas por elas realizadas formaram, em torno dos homens, um aparelho de observação, de registro e de treinamento.

Nesta direção, ao apresentar “*os recursos para o bom adestramento*”, Foucault (1987) chama a atenção para a *sanção normalizadora*, ou seja, os castigos e disciplinas aplicados aos indivíduos pelo não cumprimento das normas. Conforme observa o autor, para o pleno poder e vigilância hierárquica, faz-se indispensável a lógica da normalização dos indivíduos e, para tal, é imprescindível o disciplinamento dos sujeitos.

Sendo assim, o filósofo descreve aspectos da disciplina como uma arte específica de punir, haja vista que, se há disciplina, há normalização, e tudo que estiver afastado da norma pode ser considerado desvio, por isso, torna-se indispensável a correção.

Desta forma, o autor sustenta que a disciplina é uma ordem sobre os processos mais naturais da vida, que normaliza os indivíduos, considerando que: “*a duração de um aprendizado, o tempo de um exercício, o nível de aptidão tem por referência uma regularidade, que é também uma regra*” (Ibidem, p. 204). Nesta perspectiva:

A arte de punir, no regime do poder disciplinar, não visa nem a expiação, nem mesmo exatamente a repressão. Põe em funcionamento cinco operações bem distintas: relacionar os atos, os desempenhos, os comportamentos singulares a um conjunto, que é ao mesmo tempo campo de comparação, espaço de diferenciação e princípio de uma regra a seguir. Diferenciar os indivíduos em relação uns aos outros e em função dessa regra de conjunto — que se deve fazer funcionar como base mínima, como média a respeitar ou como o ótimo de que se deve chegar perto (Ibidem, p. 207).

Em sua análise acerca do “*bom adestramento*”, o filósofo aborda outro importante método criado na era clássica, o *exame*. Foucault aponta que, tal técnica, une-se à “*vigilância hierárquica*” e à “*sanção normalizadora*”, tornando, deste modo, possível o estabelecimento da verdade, que permite classificação, diferenciação e punição dos sujeitos.

O autor ilustra a lógica do exame na área médica e hospitalar (no período de 1771), a partir da atuação de médicos residentes que, seguindo os ideais disciplinadores, deveriam observar o doente, dia e noite, a fim de controlar rigorosamente o seu corpo. Neste sentido, ressalta: “*a inspeção de antigamente, descontínua e rápida, se transforma em uma observação regular que coloca o doente em situação de exame quase perpétuo*” (Ibidem, p.210).

Foucault considera que, de semelhante modo, a escola apresenta-se como um instrumento de exame contínuo e permanente, visto que, durante todo o tempo, é possível verificar a efetivação do ensino e o cumprimento das etapas, o que permite a comparação e a punição.

Nesta direção, o autor analisa o exame como um poder que é exercido através da dominação e da vigilância minuciosa e constante, sem sons e sinais. No exame, o indivíduo passa a ser objeto sujeito à observação de um poder, que é manifestado através do olhar, permitindo o domínio da vigilância e da normalização. Sendo assim, o poder não é visto pela imagem do “soberano”, mas é apenas percebido pelos corpos, que nas palavras do autor, “*são legíveis e dóceis*” (Ibidem).

Outra questão relevante se refere à individualidade dos sujeitos, que a partir das inovações do exame, passa a ser documentada e caracterizada pela *escrita*. Deste modo, a documentação do exame contribui para a “*constituição do indivíduo como objeto descritível, analisável, não, contudo, para reduzi-lo a traços ‘específicos’, como fazem os naturalistas a respeito dos seres vivos; mas para mantê-los em seus traços singulares, em sua evolução particular*” (Ibidem, p.214). Essa dinâmica contribui diretamente para que em suas individualidades, os sujeitos se tornem apenas mais um “caso”, que precisa ser examinado em suas peculiaridades, a fim de ser normalizado, excluído e detalhadamente descrito. Nesta perspectiva, busca-se materializar o que o sujeito é, a fim de identificar suas falhas e desvios, proporcionado, assim, a normalização para o melhor desenvolvimento da disciplina.

Cabe ressaltar que, de acordo com o sociólogo Goffman (1974)²², o controle exercido pelo processo de institucionalização leva à “*perda do eu*”. O autor aponta que

²² Goffman (1974), em sua obra: *Manicômios, prisões e Conventos*, se debruçou na análise acerca da lógica das instituições consideradas por ele como “totais”. De acordo com o referido autor, instituições “são locais tais como salas, conjuntos de salas, edifícios ou fábricas em que ocorre atividade de

o principal marco da institucionalização se dá com o rompimento das relações comuns de liberdade entre as pessoas e lugares, que na instituição, passa a ser delimitado e realizado somente em um local, de modo padronizado e com o mesmo grupo de sujeitos, sob o controle de uma autoridade.

Neste aspecto Foucault (1987, p. 218) declara,

O indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação “ideológica” da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama a “disciplina”. Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “mascara”, “esconde”. Na verdade, o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção.

Partindo desta breve aproximação com as análises do filósofo Foucault (1987), compreende-se que é um trabalho fundamental recuperar a historicidade do processo de institucionalização, buscando desconstruir o olhar de naturalização sobre esse fenômeno. Deste modo, é preciso decifrar o percurso histórico das instituições, indagando sobre suas intervenções, funcionamento e organização (FERREIRA, 2012, p. 11).

1.2 Acolhimento institucional como medida protetiva – contexto das Políticas de Assistência Social

O ECA prevê a universalização do atendimento a crianças e adolescentes, rompendo com o olhar punitivo sobre esses sujeitos. Nesta perspectiva, visa à proteção integral, envolvendo a família, o Estado e a sociedade em geral. Com o advento desta concepção, muda-se o olhar em relação às políticas públicas, buscando-se alterar, no campo das relações sociais e institucionais, rupturas em relação às práticas assistencialistas, corretivas e institucionalizantes daqueles que antes eram vistos, pela condição de pobreza e “abandono”, como indivíduos em “situação irregular”.

determinado tipo” (idem, p. 15). De modo geral, Goffman considera que, toda instituição tem tendência de “fechamento”, na medida em que cria um mundo à parte que induz os sujeitos a uma determinada rotina.

Compreende-se, a partir de então, que a criança e o adolescente têm direito a uma família, e que seus vínculos sociais, afetivos e comunitários devem ser mantidos. Contudo, em face do quadro de aprofundamento das expressões da questão social no Brasil, ainda é uma realidade a ruptura dos vínculos familiares e sociais de crianças e adolescentes, aliado à conseqüente trajetória de institucionalização.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), no artigo 101, o acolhimento institucional é uma medida excepcional, estando entre a última providência²³ a ser tomada quando a criança/adolescente está em situação de risco/desproteção e a família não está em condições de provê-la, ficando o Estado responsável em garantir a proteção através do acolhimento institucional. No entanto, deve-se ressaltar que, de acordo com o referido estatuto, durante o período de acolhimento, todos os esforços devem ser empreendidos para que dependendo do caso, a criança/adolescente seja reintegrada à família de origem, extensa e em última opção, a colocação em família substituta, mas nenhuma dessas condições implicam a privação da liberdade (ECA, 1990).

Cabe informar que, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004), o acolhimento institucional é um serviço de proteção social que está classificado na Proteção Social de Alta Complexidade, direcionado especificamente em casos onde as *“famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retiradas de seu núcleo familiar e, ou, comunitário”* (p. 38).

Neste sentido, desde a mudança do paradigma da situação irregular para a proteção integral, a convivência da criança/adolescente com a família foi reconhecida como primordial para o desenvolvimento dos sujeitos, tornando-se um direito reconhecido por lei. Sendo assim, seguindo tais princípios, o documento das Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento (2009, p. 23), discorre acerca dessa *excepcionalidade do afastamento do convívio familiar*, afirmando que:

Dessa forma, antes de se considerar a hipótese do afastamento, é necessário assegurar à família o acesso à rede de serviços públicos que possam potencializar as condições de oferecer à criança ou ao adolescente um ambiente seguro de convivência.

²³ Mais precisamente, a 7ª medida a ser tomada.

Assim, compreende-se que as políticas sociais devem cumprir com a função de potencializar e fortalecer as famílias vulnerabilizadas na responsabilidade de cuidado e proteção de seus entes, especialmente famílias com crianças, adolescentes, idosos ou pessoas com deficiências. Entretanto, a realidade e os estudos no âmbito das políticas públicas indicam que, mediante as crises econômicas estruturais, as famílias pobres ficam mais expostas e sem uma proteção social que corresponda adequadamente às suas necessidades reais, padecendo para sua subsistência. É o que Guimarães e Almeida (2015, p. 146), em *Reflexões sobre o Trabalho com Famílias*, afirmam:

Essas famílias estão diante do desafio de enfrentar, sem nenhuma proteção social, carências materiais e financeiras. Convivem, além disso com graves conflitos relacionais. Essas dificuldades já são suficientes para caracterizar a situação por elas vivida como de violência social.

Sarti (2015), ao refletir acerca do protagonismo das famílias pobres e de suas concepções a respeito de suas próprias necessidades, considera que as políticas sociais devem olhar a família, entendendo suas novas configurações, desigualdades, vulnerabilidades, mas principalmente oportunizando a escuta daqueles a quem se dirigem as políticas sociais. Isso significa oportunizar o protagonismo das famílias pobres. Nas palavras da autora:

Ouve-se o discurso das famílias como “ignorância”, negando que este possa ser levado em conta com um diálogo entre pontos de vista. Essa tendência à desqualificação do outro será tanto mais forte quanto mais a família assistida pertencer aos estratos mais baixos da hierarquia, reproduzindo os mecanismos que instituem a desigualdade social (Idem, p.45).

Importa ressaltar que, de acordo com Silva (2015), apesar das conquistas, a assistência social enquanto constitutiva da seguridade social foi uma das últimas políticas a ser reconhecida. Tal questão esclarece a insistente permanência da referida política enquanto instrumento de controle e tutela dos mais pobres. Nesta perspectiva, a política de assistência social tende a ser regida por vias culpabilizadoras, que tornam o Estado apenas o regulador das relações entre sociedade e mercado, e as expressões da questão social, caso de polícia. Conforme corrobora Silveira (2017, p. 489):

As políticas sociais revelam, historicamente, a prevalência do controle dos pobres e da moralização da pobreza; ajustamento dos improdutivos e incapacitados a um padrão normativo dominante; ineficiência, frágil alcance social, com sobreposição de competências e processos de descontinuidades; absoluta fragmentação e separação programática entre as políticas; destinação insuficiente de recursos públicos.

Insta destacar que o desenvolvimento das políticas sociais no Brasil é marcado por movimentos de avanços e contenção. Neste sentido, essas estão sempre vinculadas aos interesses econômicos de desenvolvimento, para legitimação de regimes, o que contribuiu para que a cidadania no Brasil se desenvolvesse de forma *fragmentada*. Segundo Lobato (2016), o tipo de cidadania que prevaleceu em nosso país foi o da cidadania regulada, pois o poder de acessar direitos dependia do estar inserido no trabalho formal.

Ainda, as políticas de assistência social sempre estiveram associadas aos interesses políticos da classe dominante, devendo servir como recursos de controle sobre a população mais pobre. Ademais, antes da Constituição Federal, no período de governos autoritários, houvera a ascensão das políticas sociais, o que expressa o histórico uso das políticas sociais para fins clientelistas.

Contanto os avanços oportunizados por meio da Constituição Federal de 1988, que reconheceu a saúde, educação e assistência social como importantes componentes da seguridade social, destaca-se que os direitos sociais permanecem no seguinte dilema de contradição: direitos X conquistas e favores X trocas. É o que fica claro a partir da análise realizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2018) a respeito dos “*Ajustes Fiscais Sucessivos e Agressivos*”, que, segundo os autores, além da utilização dos recursos públicos em prol do capital, objetivam enfraquecer os direitos sociais e responsabilizá-los pelas crises financeiras. Nesse sentido, a respeito da retração nos gastos com assistência:

O desmonte da assistência social não vem ocorrendo somente pelo desfinanciamento do FNAS²⁴. Ele se materializa também na redução de recursos voltados para o Programa “Bolsa Família” (cujo recurso está no MDSA²⁵), embora tenha ocorrido elevação da renda familiar per capita mensal e do valor do benefício em 2016, o que, em tese, deveria ampliar o acesso ao benefício (CFESS, 2018).

Consoante a essa escassez de investimento nos direitos sociais, os serviços socioassistenciais retornam cada vez mais a perspectivas focais minimalistas, que se resumem em práticas assistencialistas – privilegiando abordagens individuais que, dentre as muitas questões, resumem-se a cadastros e preenchimentos de formulários que nada dizem aos sujeitos que necessitam de proteção social (CFESS, 2018).

²⁴ Fundo Nacional de Assistência social.

²⁵ Ministério do desenvolvimento social e agrário.

Nesta conjuntura, compreendendo a perspectiva familista discutida por Miotto et al. (2018), recorre ao âmbito familiar para a resolutividade das questões sociais. Nessa lógica neoliberal, as famílias devem dedicar-se ao cuidado e proteção de seus entes, considerando que o Estado não prevê os direitos sociais básicos, interferindo apenas em situações extremas, em último caso. Tal realidade exige que a família desempenhe funções para além do que podem exercer. Essa questão é assinalada por Vitale (2015, p. 10), ao observar o considerável crescimento de idosos que são responsáveis pela renda familiar. Neste sentido, afirma o autor: “o *aumento das crianças que vivem com os avós é fato. A pobreza, o desemprego, o aumento da desigualdade social, a insuficiência das políticas públicas e sociais*” (p. 110). Verifica-se, assim, que seguindo a lógica da solidariedade, a família segue minimizando os impactos da ausência de proteção social.

Contudo, quando esgotada de suas funções de cuidado e proteção, a família que nem sempre é capaz de corresponder aos desejos esperados, passa a ser vista como incapaz em sua função – sobretudo, quando a violência é vivenciada no âmbito familiar. Neste contexto, de acordo com Pereira (2009), a família pode ser vista como fraca e forte. Forte porque é ali que se assegura, com todas as limitações e contradições, a possibilidade de solidariedade, cuidado e amparo. E fraca por ser também ali, onde acontecem as violências, abusos e uma infinidade de violações.

Sabe-se que a família é, em si, um campo complexo, e que a ausência de proteção social além de fragilizar a família, contribui para que as ações em torno destes sujeitos sejam realizadas na perspectiva da desorganização e incapacidade. Ante essas reflexões, importa considerar o quanto tais processos incidem sobre o acolhimento de crianças e quais prejuízos contribuem para outras “necessárias” institucionalizações.

1.3 A Política de Assistência Social no contexto de precarização da Seguridade Social brasileira

Analisando o processo de constituição da assistência social enquanto direito e seu atual estágio, torna-se nítida a amplitude das discussões em torno do assunto e de seus rebatimentos no atual contexto de aprofundamento das práticas neoliberais.

Nesta condição, diante das novas demandas advindas do contexto de precarização dos direitos sociais, a política de assistência social se deteriora.

Para refletir acerca da conjuntura social e política vivida no Governo Bolsonaro, no artigo intitulado: *“Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira”*, Castilho e Lemos (2021) destacam algumas medidas governamentais que foram tomadas, que apresentavam claramente o centro das ações deste governo: a privatização dos serviços públicos. Nesta perspectiva, dentre as questões discutidas pelas autoras, está a condição da classe trabalhadora no contexto pandêmico:

Algumas orientações de enfrentamento à pandemia, como “ficar em casa”; “evitar aglomerações” e “lavar as mãos”, não fazem parte da realidade de milhares de trabalhadores/as informais no Brasil. Uma parcela considerável da população brasileira não tem acesso à água potável; à moradia; ao automóvel particular, algum bem de consumo ou tipo de direito trabalhista e previdenciário que possibilite a mínima proteção neste momento em que o medo e o pânico parecem tomar conta de todos/as. Para uma parcela significativa da classe trabalhadora, ou sai de casa ou não se tem o que comer, nem pagar as contas; ou se pega o trem lotado ou não se ganha o pão (CASTILHO e LEMOS, 2021, p.271).

A pandemia trouxe ao cerne das discussões a questão da extrema desigualdade social, que é um fator preponderante no Brasil, chamando a atenção para a necessidade de políticas públicas de qualidade, e como tais questões rebatem especificamente na população mais pobre. A realidade experimentada pela classe trabalhadora expõe, de modo claro, o tipo de política que vivenciamos, e como a mesma contribui para a espoliação e a morte dos mais pobres. Nesta direção, as referidas autoras, apoiadas em pensadores como Adorno e Dunker, problematizam algumas importantes reflexões acerca da súbita ascensão da figura do Bolsonaro, de ideais pré-concebidos que pressupõem uma imagem paterna, que inspire autoridade viril, que defenda e lute pelo seu clã. Entretanto, o que se vê é uma plena defesa de direitos empresariais, do discurso do esforço embutido numa falsa lógica cristã, expropriando direitos tão caros aos trabalhadores (CASTILHO e LEMOS, 2021).

É neste contexto, que analisando “O impacto do ajuste sobre a Política Social” – especificamente a partir da década de 1990 – Soares (2000) assinala as incompatibilidades das demandas geradas a partir do agravamento da pobreza e as restrições aos direitos sociais. A autora chama de “fragmentação da gestão do social” esse processo que retira a voz dos sujeitos e diminui as problemáticas sociais, minimizando-as e desfocando as causas da existência de brutais formas de pobreza.

Nesta perspectiva, Soares (idem) critica as alterações realizadas no sistema de seguridade social, considerando que tais ajustes e reformas defendem a ideia de que o funcionalismo público não atende às necessidades da sociedade e que, assim, é necessário “reformá-lo”, “modernizá-lo”. Esses discursos concordam para um só destino, a privatização. A referida autora problematiza a tão defendida reforma da previdência social, que tende ao atendimento de critérios da economia global, observando que:

Têm ocorrido alterações na cobertura, na universalidade e na equidade de importantes políticas no âmbito da Seguridade Social brasileira, a qual ainda possui a maior cobertura, tanto urbana como rural, da América Latina, bem como o único sistema público de saúde com acesso universal para os não segurados. Além disso, o sistema previdenciário brasileiro incorpora, desde a sua conformação, um corpo de benefícios sociais de natureza assistencial muito importante para uma parcela relevante da população brasileira não segurada (Idem, 2000, p. 4).

Nesse sentido, Castilho e Lemos (2021) apontam que, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, há ataques constantes por diversos setores da sociedade aos direitos sociais, sendo a seguridade social o maior alvo, haja vista os discursos da ‘necessária’ reforma da previdência, privatização da saúde e cortes na política de assistência social. Tais discursos, no contexto da pandemia, fragmentam as questões sociais, impondo às famílias pobres o dever de (desprotegidas) responder individualmente às expressões da questão social, que passam a ser tidas como ‘problemas’, numa perspectiva individualista e psicologizante, seguindo o discurso do “esforço” e da “força de vontade”.

Nesse processo, o reconhecimento da assistência revela que avanços e retrocessos estão sempre em paralelo. Contudo, os desafios para o reconhecimento dos direitos sociais aprofundam-se, tornando o sistema de proteção social mais frágil e oferecendo à sociedade o discurso da necessária *solidariedade e privatização* dos serviços públicos, contribuindo cada vez mais para o crescimento do terceiro setor e do liberalismo econômico. Conforme assinala Yazbek (2001, p. 37)

São propostas reducionistas que esvaziam e descaracterizam os mecanismos institucionalizados de proteção social. São propostas fundadas numa visão de política social apenas para complementar o que não se conseguiu via mercado, família ou comunidade.

Esse *esvaziamento* atende perfeitamente aos ideais do Banco Mundial, que, seguindo a lógica neoliberal, submete as legislações e conquistas obtidas aos interesses do mercado, transformando a Política de Assistência Social e demais

políticas em ações simplórias e minimalistas, baseadas em uma visão mercadológica e privatista da vida (SILVA, 2015).

Nessa linha neoliberal, a valorização da força individual e responsabilização única dos indivíduos e suas famílias rebate na manipulação dos corpos e sentimentos dos indivíduos, que movidos por inúmeras propagandas comerciais e incentivos ao esforço individual, se veem impulsionados na busca do melhor para o *Eu* que é convocado à olhar para suas necessidades a partir do poder de compra. Sawaia²⁶ (2015) analisa questões em torno da família neste contexto, indicando possibilidades e perigos, mostrando o que chama de “supremacia do culto ao indivíduo”, que é reverberado na lógica do mercado, sobrecarregando a família, criando um ideal quase impossível.

Trata-se de uma lógica perversa que ataca especialmente as políticas sociais e, a todo tempo, exalta a importância da privatização dos serviços públicos, analisando de forma rasa as questões sociais e justificando a importância de ‘salvar a economia’, começando pela privatização dos serviços públicos. Para Dowbor (2015, p. 326):

A razão é simples e meridianamente clara, por exemplo, na saúde: uma empresa privada quer ter mais clientes, que no caso da saúde significa mais doentes. Com isto se perde a visão essencial da prevenção. Na educação, o processo é semelhante, com as universidades privadas aumentando simplesmente o número de alunos por professor: aluno é dinheiro, professor é custo.

Dowbor (2015), ao analisar o que intitula de “*A economia da família*”, pontua que tais processos de isenção do Estado acerca das questões sociais e de acentuação do individualismo e dos discursos em torno do sujeito, cria um clima de fraqueza e debilidade nas famílias subalternizadas, principalmente diante dos membros mais vulneráveis. No seu estudo, o autor cita o caso de *crianças e jovens sem rumo* (p. 326), indicando que tais fatores contribuem para uma fragilização multidimensional dos indivíduos em suas particularidades.

Como consequência desse processo, as políticas sociais públicas se tornam cada vez mais paliativas, é o que nos mostra o estudo “*Alimentação na Primeira Infância – Conhecimentos, atitudes e práticas de beneficiários do Programa Bolsa*

²⁶ É Doutora em Psicologia social. Em seu artigo faz análises profícuas que relacionam afetividade, família, perigos e oportunidades.

*Família*²⁷, de dezembro de 2021, do Fundo de emergência internacional das nações unidas para a infância - UNICEF²⁸. Este estudo mostrou importantes aspectos acerca da alimentação das famílias, destacando os hábitos alimentares de crianças até 6 anos e o alto consumo de alimentos ultraprocessados, o que foi agravado com a pandemia. Quanto aos motivos para a o consumo de tais alimentos, estão: sabor (46%), preço (24%) e praticidade (17%).

Cabe destacar ainda, que sobre a definição do que sejam ‘alimentos ultraprocessados’, o UNICEF (2021a, p. 04) esclarece que:

É importante lembrar que produtos ultraprocessados não são considerados “comida de verdade”. O *Guia Alimentar para a População Brasileira*, do Ministério da Saúde, classifica esses alimentos como formulações industriais feitas principalmente a partir de substâncias extraídas de alimentos ou sintetizadas em laboratório. Essas fórmulas químicas imitam o sabor, o cheiro e a textura de alimentos *in natura*. Elas viciam o paladar e trazem grandes quantidades de sal, açúcar e outros ingredientes que, se ingeridos em grande quantidade ou por muito tempo, causam doenças não transmissíveis como obesidade e até câncer.

Dentre as importantes questões indicadas pela pesquisa, constatou-se que durante a pandemia as pessoas que passaram a consumir mais alimentos industrializados fazem parte do grupo que teve reduções na renda familiar. Esse quadro contribuiu ainda mais para o aumento da insegurança alimentar já existente e que foi agravada com a pandemia²⁹. Dessa forma, os grupos mais impactados pela pandemia também foram profundamente impactados pelo agravamento da insegurança alimentar.

Ainda, sobre os motivos do alto consumo de alimentos prontos e embutidos pelas crianças e famílias está a falta de informação, que é agravada pela dificuldade no entendimento dos rótulos. Corroborando a tais precarizações, há também as insistentes propagandas que induzem o consumo desses produtos alimentícios e afirmam ser alimentos que “complementam” a alimentação infantil.

Nessa direção, dentre as inúmeras ações urgentes, o estudo identificou a necessidade de formulação de políticas públicas que promovam a possibilidade de

²⁷ Recentemente substituído pelo Auxílio Brasil.

²⁸ United Nations International Children’s Emergency Fund.

²⁹ “Dentre as famílias que relataram piora na alimentação durante a pandemia, 63% afirmaram que o responsável pelo domicílio estava desempregado” (UNICEF, 2021a, p.36).

escolha por alimentos saudáveis, haja vista que urge a necessidade não só do poder de compra, mas do poder de acesso a escolhas saudáveis de alimentos ‘de verdade’.

Além da necessidade do *incentivo ao aleitamento materno* exclusivo até os seis meses, urge: a “*regulação das propagandas infantis*” (pois para os pequenos é difícil distinguir entre o real e fictício); a “*aplicação de novas regras de rotulagem frontal e a tributação de bebidas açucaradas e implementação de programas de acesso físico e financeiro a alimentos in natura e minimamente processados*” (UNICEF, 2021a).

Contudo, no sistema econômico produtivo que vivemos em nosso País, todas as formas de produção que gerem riquezas e mais riquezas, são bem-vindas. É o caso exemplificado por Dowbor (2015), acerca da companhia Souza Cruz³⁰, que em pesquisa divulgada no ano 2003, mostrou que o presidente da empresa esboçava uma certa preocupação com o uso de cigarro, álcool e drogas por crianças e adolescentes.

Entretanto, além do incentivo ao uso de cigarro, a Souza Cruz oportunizava empregos, aumentava a plantação de fumo, colaborava na expansão de clínicas contra o câncer, contribuía para a venda de produtos de clareamento dental e patrocinava corridas de fórmula 1. Ainda, acelerava a morte de idosos, contribuindo para a redução do déficit da Previdência Social.

Nas palavras de Dowbor (2015, p. 346): “*Não se trata, aqui, apenas do fato de que esse é um processo corrupto: é um processo corrupto que organiza a sociedade de forma pouco inteligente*” e cruel.

³⁰ De acordo com o estudo do Professor Dowbor (2015), a companhia Souza Cruz pertence à British American Tobacco, que anualmente investe altos valores em publicidade que induzam os jovens a fumar, tendo a idade de 14 anos como alvo, pois considera que essa é a melhor idade para a dependência para o resto da vida.

CAPÍTULO 2 – APROXIMAÇÕES ACERCA DO CONCEITO DE INFÂNCIA INSTITUCIONALIZADA

2.1 Breve relato acerca da infância e da institucionalização de crianças no Brasil

O processo de institucionalização de crianças e adolescentes foi, durante muitos anos, banalizado. No Brasil, a perspectiva que reconhece os mesmos como sujeitos de direitos é ainda muito recente. De acordo com Perez e Passone (2010, p.653): *“Historicamente, as concepções teóricas e ações sociais voltadas à infância sempre foram conflituosas”*.

Desde o período entre o Brasil Colônia e Império, as crianças eram alvos de ações coercitivas, decorrentes de pensamentos místicos fundados em origens portuguesas, africanas, indígenas e outros. Dentre as curiosidades no trato com as crianças durante este período, Del Priore (2010, p. 49) menciona um fato curioso da *“técnica de pré-digestão de alimentos embebidos na saliva dos adultos”*, que à época dos anos 1800, era tido como um cuidado essencial para os bebês. Esse cuidado ocorria na fase da transição da alimentação líquida para pastosa.

Em seus estudos, Del Priore (Idem), ainda discorre acerca dos alimentos que eram dispensados aos pequenos, indicando que a preocupação das cuidadoras e mães era fazer com que os bebês tomassem formas redondas, mostrando que ficavam resistentes, evitando, assim, o risco de falecimento. Contudo, toda essa preocupação em fortificar a alimentação, culminava contraditoriamente na morte das crianças que não suportavam as práticas alimentares do período.

Durante o século de 1800, predominou a perspectiva mística e religiosa sobre os infantes, sendo as doenças reconhecidas como fruto de intervenções de bruxaria e feitiços. A referida autora menciona que (...) *“O médico Bernardo Pereira, em meados do século XVIII, prevenia sobre o poder que tinham as bruxas de atrofiar os recém-nascidos por malefícios, pois, segundo ele, ‘elas chupam o sangue dos mínimos’”* (Ibidem, 2010, p.50).

No desenrolar de seus estudos, a historiadora Del Priore relata diversas questões e costumes em torno dos séculos XVII e XVIII, indicando o quanto, durante o colonialismo, a infância era reconhecida como uma fase permeada pelos mitos,

fragilidades e credences desse misto de culturas decorrentes dos diversos povos que habitavam e/ou passavam pelo Brasil.

O século XVIII, foi marcado pela gradativa busca de aproximação com o ser criança e sua condição, existindo uma preocupação social em preparar a criança para atender aos requisitos da sociedade. A educação e a medicina norteavam os códigos de disciplina para crianças, contudo, havendo significativas diferenciações para os “meúdos” livres e escravos.

Del Priore (2010), esclarece que durante os primeiros anos de vida, filhos de escravos e de senhores conviviam nos mesmos espaços, mas a partir dos sete anos, os livres deveriam estudar e os escravos trabalhar. Nessa mesma obra, Altman (2010, p. 135), em seu artigo “*Brincando na História*”, cita que: “*Em Memórias Póstumas de Brás Cubas, Machado de Assis retrata seu herói aos seis anos e o tratamento que dava a seu muleque*”:

Prudêncio, um muleque de casa, era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha mão, fustigava-o, dava-lhe mil voltas a um e outro, e ele obedecia, - algumas vezes gemendo – mas obedecia sem dizer palavra, ou, quando muito, um – “ai, nhonhô!” – ao que eu retorquia: - “Cala a boca, besta!” (Idem, 2010, p. 136).

Igualmente, Leite (1999) menciona que os filhos dos escravizados e dos senhores eram criados juntos para que os negros mantivessem uma relação de pertencimento ao seu futuro senhor. Deste modo, na relação da criança escravizada para com a criança livre havia a intenção de desenvolver um tipo de fidelidade para que fosse criada uma “amizade”, onde existisse mais que apenas obediência, mas vontade de obedecer.

Deve-se considerar que o olhar sobre a criança como sujeito de direitos contraria a cultura de nossa sociedade, fundada na escravidão e dominação sobre os mais fracos. A história de nosso país comprova que desde os primórdios as crianças vêm sofrendo graves atrocidades no que se refere à sua própria sobrevivência, mas, principalmente, à sobrevivência de crianças de famílias pobres.

Santos (2010), referindo-se às primeiras práticas assistenciais em torno das crianças “abandonadas” no Brasil, reporta-se ao período colonial, indicando que a forma mais duradoura para a assistência de crianças ocorreu por meio da roda dos

expostos, que possibilitava a internação dos infantes, existindo até meados do século XX.

Sobre a roda dos expostos, Marcílio (1999) observa que este sistema foi criado na Itália no período Medieval, sendo um meio encontrado para assegurar o anonimato do expositor. Esta prática contribuía para que o bebê não desejado (ou desejado, talvez) fosse deixado em bosques, lixos, portas de igrejas ou casas de famílias – costume muito corriqueiro que, por fim, conduzia os bebês à morte ocasionada por frio, fome ou por ataques de animais.

A roda era um objeto que ficava preso à janela ou ao muro da Santa Casa de Misericórdia, possibilitando que a genitora ou qualquer outra pessoa, deixasse o bebê ali, sem que ninguém percebesse. Vale ressaltar que, de acordo com Rizzini e Rizzini (2004, p.24), *“a escravidão possibilitou um uso bastante particular desse sistema no Brasil”*.

A respeito deste objeto, Marcílio (1999, p. 55), elucida que:

O nome roda provém do dispositivo onde se colocavam os bebês que se queriam abandonar. Sua forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, era fixada no muro ou janela da instituição. No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava a criancinha que enjeitava. A seguir, ele girava a roda e a criança já estava do outro lado do muro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar a vigilante ou rodeira que um bebê acabava de ser abandonado e o expositor furtivamente retirava-se do local, sem ser identificado.

Figura 1 – Roda dos Expostos



Fonte: <https://nacionalitalia.com.br/cacando-documentos/a-roda-dos-expostos-criancas-abandonadas-na-italia/>

Cabe destacar que, de acordo com os estudos de Arantes (2010), no século XVIII passou a existir na cidade de Campos dos Goytacazes – RJ, na Santa de Casa de Misericórdia, que à época era localizada na praça principal da cidade³¹, uma roda dos expostos. Segundo a autora, em 1870 a roda dos expostos chegou a contar com a existência de 271 crianças que dependiam deste tipo de assistência.

Sobre a existência da roda em Campos, Marcílio (1999, p. 63) esclarece que: *“Na província do Rio de Janeiro, foi também criada uma segunda roda, na cidade de Campos. Nesta casa o número de expostos foi grande. Em 1870 existiam 271 crianças e a câmara subvencionava a roda com 1:200\$000 anuais³².”*

Em suas pesquisas sobre o processo histórico de institucionalização de crianças no Brasil, Rizzini e Rizzini (2004) assinalam que, com as mudanças ocorridas no século XIX, as instituições que recolhiam os chamados “órfãos” dispunham de aposentos diferenciados para “órfãos legítimos” e “ilegítimos”. Neste contexto, a Santa Casa de Misericórdia – instituição filantrópica que prestava assistência aos enfermos, órfãos e crianças “expostas” em todo país – mantinha atendimentos diferenciados para crianças indigentes e órfãs de legítimo matrimônio.

Nesta direção, cabe ressaltar que, de acordo com Marcílio (1999), o sistema de rodas, durante anos, suportou fraudes e abusos. Havia ocasiões em que as escravas ou mulheres extremamente pobres deixavam seus filhos na roda e, em seguida, ofereciam-se para trabalhar como amas-de-leite, sendo pagas para cuidar de seus próprios filhos.

Cabe aqui recordar o famoso caso bíblico descrito no livro de Êxodo, onde uma escrava hebréia chamada Joquebede, na necessidade de proteger o seu filho das mãos do Faraó – que havia decretado uma lei que mandava matar todos os bebês do sexo masculino – colocou o seu filho em um cesto no rio Jordão, sendo posteriormente encontrado pela filha do Faraó. A filha do Faraó viu o bebê e desejando criá-lo buscou uma mulher entre os hebreus para o amamentar. Na situação, Joquebede foi

³¹ Praça São Salvador.

³² Mil e duzentos réis.

escolhida para amamentar o seu próprio filho, que após um tempo foi nomeado pela princesa, de Moisés *“Porque eu o tirei das águas”* (Ex. 2.10).

A realidade em torno das crianças sempre apresentou desafios para a meras sobrevivências destes sujeitos, ainda mais quando refere-se ao contexto de escravidão e extrema pobreza. Os estudos acerca da realidade brasileira, indicam o quanto as crianças foram penalizadas no processo de constituição da nossa sociedade.

No Brasil, na passagem do século XIX para o século XX, houve uma maior preocupação com o futuro da nação brasileira. E conforme Santos (2010), a metodologia de rodas foi extinguida somente em 1950. A roda, por mais de um século, tornou-se a única forma de assistência aos infantes “abandonados” do Brasil.

Com a extinção da roda dos expostos no início do século XX, as questões relacionadas às desigualdades sociais já indicavam consequências para os infantes, que precocemente exerciam atividades laborais e/ou esmolavam nas igrejas (FALEIROS, 2009).

2.2 Perspectivas acerca da infância no Brasil nos séculos XIX e XX

Com as mudanças ocorridas na sociedade, pela influência do Iluminismo, Revolução Francesa e com a transição do Império para a implantação da República, criam-se novas concepções em torno da infância, havendo uma preocupação em relação ao futuro da nação, estando os infantes sobre esse enfoque. Conforme ressalta Rizzini (1990, p. 80):

As crianças nas ruas, nos asilos, nas famílias, nas fábricas e oficinas, a mortalidade e a criminalidade infantil são temas que preocupam diversas categorias profissionais da época, aquecendo as discussões e provocando o surgimento de propostas, projetos, leis, no sentido de proteger e assistir a criança “desvalida”, mas também de aliviar a consciência de uma sociedade envergonhada e ameaçada com sua presença.

Diferente dos séculos anteriores, a infância passou a receber uma atenção mais incisiva da sociedade e, principalmente, do Estado. Existia o receio de que as crianças pobres se tornassem um risco para a sociedade, pois, conforme o pensamento vigente, já que eram pobres, estavam destinadas à desordem.

Neste sentido, a infância dos filhos da classe subalterna se tornou o “problema” da sociedade. Por conseguinte, era indispensável enquadrar as crianças aos ditames da sociedade, para que elas não se desviassem da boa conduta e não se tornassem pessoas ociosas, mas “boas trabalhadoras”. Portanto, “cuidar” das crianças era o caminho para a transformação e proteção da sociedade (RIZZINI, 2005).

O foco em torno da infância pobre ocasionou o desenvolvimento de decisões jurídico-assistenciais lideradas pelo Estado, que criou incontáveis leis e instituições destinadas à proteção e à assistência da infância, resultando, em 1890, na criação do Código Penal. Tal intervenção não pretendia interferir em questões relacionadas à desigualdade do nosso país, mas na reafirmação do lugar dos pobres na sociedade (Idem).

A preocupação em torno da criação de instituições disciplinares sempre esteve presente. Considerando a massa de crianças e adolescentes em situação de “vadiagem” que prejudicavam a boa aparência e bom andamento da sociedade. Sendo assim, havia uma pressão para que, por meio de instituições correcionais, as crianças e adolescentes fossem disciplinados, a fim de poderem exercer de forma digna, a sua função na sociedade.

Deste modo, em 1920, foi realizado o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à infância, em 1923 criado o primeiro Juízo de menores e, em 1927, foi criado o Código de Menores pelo jurista Albuquerque Mello de Mattos, que versava acerca da situação irregular de crianças e adolescentes (RIZZINI e RIZZINI, 2004).

Neste contexto, todo tipo de assistência aos infantes e juvenis apresentava um caráter completamente policialesco, assistencialista e repressivo. Particularmente, a partir da década de 30, era permeado por forte domínio paternalista, repressivo e higienista³³, que se direcionava ao internamento como principal ferramenta de proteção.

A fim de reforçar a ideia do trabalho como dever do bom cidadão e, seguindo a perspectiva de que era necessário cuidar das crianças para zelar pelos ideais da sociedade, neste período, foram realizadas alterações no Código de Menores,

³³ De acordo com os escritos de Rizzini e Rizzini (2004), a concepção higienista busca tratar as questões sociais com ações de higiene, numa perspectiva de limpeza da sociedade.

havendo em 1943, a regulamentação do trabalho de menores, somando-se à criação das instituições do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) (FALEIROS, 2009).

Mudanças significativas foram geradas na sociedade, ocasionadas pela primeira experiência democrática, com os parcos direitos trabalhistas alcançados no período Vargas, que apesar de não ter gerado grandes transformações, contribuiu diretamente na consolidação da industrialização no Brasil, com apoio militar, abrindo espaço para seduzir e mobilizar a juventude ao trabalho (Idem).

Ressalta-se que a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, aprovou a Declaração dos Direitos Humanos, documento que versa sobre os direitos da pessoa humana. Contudo, no Brasil, apenas em 1990, o Congresso Nacional aprovou (FERREIRA, 2013).

Cabe lembrar que para a execução da assistência, em 1941 foi criado o Serviço de Assistência ao Menor – SAM, que chegou a ser responsável por 300 instituições, possuindo características do sistema penitenciário, com a finalidade de atender aos autênticos “desvalidos” e que possuíam o “potencial” para a delinquência. Este foi extinto em 1950, pelo histórico de desvios de verba e fracassos (RIZZINI e RIZZINI, 2004).

Considerando o fracasso do SAM, em 1964 foi criada a Fundação Nacional de Bem-estar do Menor (Funabem), que se opunha às práticas exercidas pelo SAM. Entretanto, dado a todo contexto de Ditadura Militar, tornou-se inviável que o seu sistema se tornasse mais integrativo, menos repressivo e educacional.

Em 1979, foi criado um novo código de menores, centrado na lógica da situação irregular, que passou a destinar às crianças e adolescentes um atendimento que possibilitasse melhores condições de sobrevivência. Este procurava proteger as crianças vítimas de maus tratos, castigos imoderados, em perigo moral, vítimas de exploração, órfãs, que apresentavam desvio de conduta e atos infracionais.

Paulatinamente ocorria um movimento em torno dos direitos das crianças e adolescentes. A passagem da década de 70 para 80, ocorreram mudanças notáveis com a queda do regime militar e, após a ampliação do espaço político organizacional,

o fortalecimento de movimentos sociais, de sindicatos, movimentos populares e estudantis, todos de caráter reivindicatórios e de denúncia aos direitos humanos.

Tais movimentos, culminaram na elaboração da Constituição Federal de 1988, onde a criança e adolescente passaram a ser vistos como pessoas detentoras de direitos e absoluta prioridade, ficando estabelecido que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Art. 227, Constituição Federal de 1988).

Nesta direção, a institucionalização de crianças passa a ser questionada, assim como todas as medidas de reclusão destes sujeitos. O tema do artigo 227 da Constituição Federal de 1988 foi o grande impulsionador para debates e articulações por todo Brasil. Este afirmava a necessidade urgente de mudanças, indicando o mito existente em torno da “situação irregular” (RIZZINI e RIZZINI 2004).

Neste sentido, conforme observam Rizzini e Rizzini (2004, p.47):

Ficava claro que a falta de alternativas à internação limitava as perspectivas de desenvolvimento da criança, e que esta não deveria ser afastada da família e de sua comunidade. A pressão pelo fechamento dos grandes internatos aumentou, acompanhando tardiamente o movimento internacional de revisão das políticas de atendimento baseadas nas instituições totais, como os internatos para crianças e adolescentes e os manicômios.

Deste modo, paulatinamente, houve uma mobilização em torno dos direitos das crianças e adolescentes. Assim, foi sendo engendrada uma nova fase da política pública destinada a esse segmento da sociedade, anulando-se o Código de 1979 e iniciando-se um período em que se fundamentava a necessidade de políticas públicas que assegurassem o direito às crianças e aos adolescentes e “especialmente daqueles que ainda se encontravam privados da convivência familiar e comunitária” (FACHINETTO, 2009, p. 50).

Essa conjuntura, a favor da democracia e contra o autoritarismo, impulsionou que, em julho de 1990, fosse criado o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). Este estabeleceu a absoluta prioridade em relação a esses sujeitos, instituindo o conselho tutelar, curadorias e reformulando os juízos de direito da infância e juventude (SANTOS, 2010, p. 04).

2.3 Nova concepção sobre a infância no Brasil: dilemas e contradições

Apesar das mudanças e avanços legislativos, no panorama nacional e internacional em torno dos direitos da criança e do adolescente, – e da recém-premissa de que, independentemente da situação de pobreza, tais sujeitos possuem o direito de serem, prioritariamente, criados e educados por sua família – observa-se que, na realidade concreta, a *excepcionalidade* e *provisoriedade* da medida de *acolhimento institucional* ainda se constituem num grande desafio a ser enfrentado pelo Estado e pela sociedade.

Em seus estudos, Rizzini e Rizzini (2004) problematizam acerca da *permanência e mudança* no processo de institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil. Nesta perspectiva, as referidas autoras ressaltam que, desconsiderando todo avanço legislativo, ainda é comum o argumento conservador acerca da necessidade de construção de muitas outras instituições, haja vista a grande demanda de crianças e adolescentes a serem institucionalizados. As referidas autoras apresentam dados de uma pesquisa sobre acolhimento na cidade do Rio de Janeiro, e identificam a seguinte situação: em 20% dos casos, os sujeitos procedem de famílias que não desejam o afastamento e que “*não possuíam recursos para sequer alimentá-las*” (Idem, p.67).

Lehfeld e Silva (2014) lembram que, desde o período de existência das rodas dos expostos, a família era culpabilizada por abandonar seus filhos e, exclusivamente responsabilizada por prover o necessário para a sobrevivência dos mesmos. Neste sentido, consideram os autores: “*Qualquer semelhança da história com a realidade atual não é mera coincidência, é reprodução secular de um Estado incompetente e culpabilizador, não protetor, mas punidor*” (Idem, p. 03).

Compreende-se assim que, embora o paradigma tenha mudado, identificam-se traços do passado, que reforçam o processo de institucionalização de crianças e adolescentes em decorrência de situação de pobreza e vulnerabilidade social, contradizendo os direitos conquistados (BARKER, CASSANIGA e RIZZINI, 1999).

Referindo-se ao contexto da Inglaterra, James (2009) observa que o “*novo*”³⁴ *paradigma* acerca da infância e adolescência, ocasionado pelas inovações das décadas de 1980 e 1990, contribuiu para profundas transformações em diferentes países do mundo. O referido autor apresenta quatro itens do que chama de *temas-chave*, utilizados como fundamentação para a nova compreensão da infância e adolescência. Dentre os quatro, destaca-se:

As crianças são e devem ser vistas como atores sociais ativos na construção e determinação de suas próprias vidas, das pessoas que estão ao seu redor e da sociedade. As crianças não são apenas sujeitos passivos das estruturas e processos sociais, ou objetos de psicólogos do desenvolvimento (Idem, p.48).

No Brasil, posterior ao ECA, foi promulgada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS – 07/12/1993), que versa acerca da assistência social enquanto direito universal, constituindo-se em um dos pilares fundamentais do sistema de Seguridade Social. Vale elucidar que, de acordo com o artigo 194 da Constituição Federal, a Seguridade Social pode ser definida como: “*um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social*”³⁵.

Conforme ressalta Yazbek (2015), deve-se considerar dois principais marcos fundamentais que introduzem uma nova qualificação para a assistência social no Brasil: a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993. Essas são referências importantes, pois demarcam a diferença entre assistência como política pública de seguridade e o assistencialismo. Rompe-se, deste modo, com a concepção histórica da assistência como “ajuda” para reconhecê-la como extensão de direitos sociais à classe trabalhadora da sociedade brasileira.

Contudo, Yazbek destaca que os avanços da política de assistência social convivem com os retrocessos no campo econômico, em curso a partir dos anos 90. Nesta perspectiva, observa a autora (Idem, p. 11):

Não podemos esquecer as ambiguidades que marcaram o contexto de emergência da Seguridade Social brasileira, que surge no país na contraditória dinâmica e impacto das políticas econômicas neoliberais, que

³⁴ Em seu artigo intitulado: “*Mudança de paradigmas...mudança de práticas? O estudo de caso do Reino Unido*”, James esclarece que, as aspas utilizadas no termo *novo*, devem-se ao fato de não ser totalmente novo, considerando que sua existência se deu somente na década de 90.

³⁵ De acordo com o art. 203 da CF: “*A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social*”.

colocam em andamento processos desarticuladores, de desmontagem e retração de direitos e investimentos públicos no campo social.

Neste contexto, no que se refere aos direitos trabalhistas no período pós-Constituição, Alencar (2009) ressalta que, apesar de tantas mudanças, desde a década de 1980 ocorrem desmontes dos direitos dos trabalhadores, o que contraditoriamente, foi se aprofundando na década de 1990.

Com o advento do novo padrão de acumulação flexível³⁶, houve um crescimento significativo de trabalhos precarizados, informais e “*flexíveis*”. Ocorre, neste contexto, a reestruturação profunda do mercado de trabalho, provocando rebatimentos nos níveis da exploração e exclusão da classe trabalhadora. Conforme salienta Netto (1996, p. 92):

O capital tardio, transitando para um regime de acumulação flexível, reestrutura radicalmente o mercado de trabalho, seja alterando a relação entre excluídos/incluídos, seja introduzindo novas modalidades de contratação (mais “flexíveis”, do tipo “emprego precário”), seja criando novas estratificações e novas discriminações entre os que trabalham (cortes de sexo, idade, cor, etnia). A exigência crescente, em amplos níveis, de trabalho vivo superqualificado e/ou polivalente, bem como as capacidades de decisão requeridas pelas tecnologias emergentes, coroa aquela radical reestruturação – reestruturação que, das “três décadas gloriosas” do capitalismo monopolista, conserva os padrões de exploração, mas que agora se revelam ainda mais acentuados, incidindo muito fortemente sobre o elemento feminino que se tornou um componente essencial da força de trabalho, seja sobre os estratos mais jovens que a constituem, sem esquecer os emigrantes que, nos países desenvolvidos fazem o “trabalho sujo”.

Antunes (2000) sustenta que, no decurso dessas transformações societárias não há o fim da sociedade do trabalho, mas sim metamorfoses, sendo inequívoca a centralidade da “classe que vive do trabalho”. O referido autor mostra que, a crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, não elimina os trabalhadores, porém incidem sobre as suas condições de existência. Neste sentido, as mutações em curso no interior do mundo do trabalho apresentam como consequências profundas: enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de

³⁶ Conforme esclarece Antunes (2005, p. 52), o padrão de acumulação flexível “se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviço. Desenvolve-se em uma estrutura produtiva mais flexível, recorrendo frequentemente à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas, etc. Utiliza-se de novas técnicas de gestão da força de trabalho, do trabalho em equipe, das ‘células de produção’, dos ‘times de trabalho’, dos ‘grupos semiautônomos’, além de requerer, ao menos no plano discursivo, o ‘envolvimento participativo’ dos trabalhadores, em verdade uma participação manipuladora e que, preserva, na essência, as condições de trabalho alienado. O trabalho ‘polivalente’, ‘multiprofissional’, qualificado, combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, tem como finalidade a redução do tempo de trabalho”.

trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação do meio ambiente, “conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital” (Idem, p. 15).

Neste contexto, de reestruturação profunda do capital, observa-se como mecanismo de administração da crise, “o *incremento das privatizações, tendência à desregulamentação e a flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho*” (Ibidem, p. 27). Há um processo de reorganização do sistema capitalista, na sua base ideológica, destacando-se a emergência do neoliberalismo, cuja dinâmica central consiste na privatização do Estado, na desregulamentação dos direitos do trabalho e na desmontagem do setor produtivo estatal (Ibidem).

Acompanham-se expressivas transformações no plano político. O Estado e a sociedade civil modificam-se nas suas esferas próprias e nas suas relações. Conforme ressalta Netto (1996, p. 99) “*na sociedade civil, enquanto oligarquia financeira global se movimenta de maneira crescentemente articulada, encontrando e forjando canais para dar forma aos seus projetos*”. Já em relação ao Estado, verifica-se, conforme salienta o referido autor, a diminuição de sua ação reguladora, o que significa o encolhimento de suas funções legitimadoras, marcado pelo corte de direitos.

Nesta perspectiva: “*A desqualificação do Estado tem sido, como se sabe, a pedra-de-toque do privatismo da ideologia neoliberal*” (Idem, p. 100). Constata-se, deste modo, a instalação de uma cultura política anti-Estado, de acordo com a qual se prega a defesa do ‘Estado mínimo’, visando afirmar o “*Estado máximo para o capital*” (Ibidem).

A dinâmica de satanização do Estado vem engendrando, gradualmente: a) a transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil, a título de iniciativa autônoma; b) a minimização de lutas democráticas dirigidas a afetar as instituições estatais; c) a despolitização de demandas democráticas (Ibidem, p. 101).

Faleiros (2013) observa que, trata-se do aprofundamento de um cenário em que o Estado deve garantir apenas o mínimo aos que não podem pagar, sendo dirigido para o setor privado o atendimento aos que tem acesso ao mercado. Esta lógica

pautada no mínimo de condições “*significa uma política pobre para os pobres*” (Idem, p. 32), visando gerir a exclusão e não a inclusão social ou reinserção.

O referido autor ressalta que na ótica neoliberal, a ordem é a de desregular o sistema de garantia de direitos sociais, ou seja, o desmonte das conquistas sociais, para que o indivíduo procure sobreviver com os seus recursos, sem a proteção social pública. Conforme adverte Faleiros (Ibidem, p. 51): “*trata-se da implementação de uma ideologia de responsabilização do indivíduo, segundo a qual, se não conseguir competir, deve viver como “pária”, como excluído*”.

Num contexto de profundas transformações, onde se observa a retração do Estado e a responsabilização dos indivíduos pela sua condição de pobreza:

Os direitos sociais são demolidos, a solidariedade social desmantelada e o mercado é que define poderosamente as condições de existência e os meios de vida. A política social está mudando o seu eixo de sustentação da contribuição de empregados, patrões, trabalhadores e de impostos para contribuições individuais em contas próprias no setor privado. O acesso a essas contas, no entanto, se torna cada vez mais difícil com a precarização do trabalho e o desemprego (FALEIROS, 2013, p. 71).

Uma das estratégias do capital vem sendo a transferência de responsabilidades do Estado para organizações sociais e a sociedade, o que na prática significa um processo de responsabilização dos indivíduos e, também, uma perda de titularidade de direitos. Conforme ressalta Faleiros (Idem, p. 77): “*ao serem particularizados pelos critérios das organizações não governamentais o atendimento e serviço se fazem dentro de padrões definidos na particularidade das organizações e não com referenciais públicos universais*”.

Analisando os efeitos da ausência de um Estado protetor – que culmina na negação dos direitos sociais previstos na Constituição – Alencar (Idem) esclarece que, as questões que, ao certo, deveriam ser solucionadas pelo poder público, tornam-se responsabilidade exclusiva da família, que, desprotegida, tem de solucionar inúmeras questões. Em relação a esta problemática, a autora cita: “*precariedade social, desemprego, doença, velhice*” (Ibidem, p.63). Contraditoriamente, a LOAS possui sua centralidade na família, e tem como foco de sua atuação, a política de assistência social.

Yazbek (Ibidem) considera que a LOAS trouxe importantes inovações que afirmam a Política de Assistência como direito. Dentre essas inovações, destaca que a LOAS apresentou:

[...] um novo desenho institucional para a assistência social, ao afirmar seu caráter de direito não contributivo, ao apontar a necessária integração entre o social e o econômico, a centralidade do Estado na universalização e garantia de direitos e de acesso a serviços sociais e com a participação da população. Inovou também ao propor o controle da sociedade na gestão e execução das políticas de assistência. Sem dúvida, mudanças substantivas na concepção de assistência social e que permitem sua passagem do assistencialismo e da sua tradição de não política para o campo da política pública. (Ibidem, p. 12).

A fim de reafirmar, regulamentar e materializar a assistência social como direito, rompendo com o paradigma da caridade e assistencialismo, foi elaborada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS - 2004), que definiu os princípios, diretrizes e objetivos da proteção social, impulsionando a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Em 2004, em consonância ao que fora proposto a partir das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência, realizada em 2003, o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS aprovou, após amplo debate coletivo, a Política de Assistência Social em vigor, estabelecendo a implantação do SUAS. Conforme esclarece Yazbek (Ibidem, p. 12):

O SUAS introduz uma concepção de sistema orgânico, em que a articulação entre as três esferas do governo constitui-se em elemento fundamental para a política. Como sabemos, é constituído pelo conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social prestados diretamente – ou através de convênios com organizações sem fins lucrativos por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das funções mantidas pelo poder público. É modo de gestão compartilhada que divide responsabilidades para instalar, regular, manter e expandir as ações da assistência social.

Considera-se que esta breve contextualização acerca das mudanças ocorridas no campo da Política de Assistência é necessária para a compreensão da redefinição acerca da medida de acolhimento institucional, já que esta foi regulamentada pelo SUAS, ficando definida como proteção social especial (LIMA e AFONSO, 2016).

De acordo com a PNAS (2004, p. 37):

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

Nesta direção, a PNAS esclarece que a realidade brasileira nos indica que as famílias mais vulnerabilizadas vivenciam as mais diversas condições socioeconômicas que dificultam a sua função. E quando há situações de riscos individuais ou coletivos, há necessidade de atenção especializada.

Deste modo, a proteção social especial deve promover intervenções estratégicas, objetivando contribuir para o fortalecimento da família, com a finalidade de possibilitar o cumprimento de suas funções, cooperando para o fortalecimento de vínculos afetivos (PNAS, 2004).

Neste contexto, a assistência social – assim como as demais políticas do campo social – resulta de relações contraditórias que reproduzem os interesses em confronto na sociedade. Sendo assim, conforme ressalta Yazbek (2015), os pobres sempre estiveram “*submersos numa ordem social que os desqualifica, indivíduos marcados por clichês: ‘inaptos’, ‘marginais’, portadores de ‘altos riscos’, ‘casos sociais’*”. Neste sentido, o termo assistência é sempre confundido com assistencialismo e tutela. Tendo em vista este aspecto fundamental, é relevante indagar: no âmbito da proteção social especial, na qual se situa a medida de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, como se configura essa marca histórica da assistência social?

Historicamente, a assistência às famílias pobres no Brasil sempre esteve relacionada ao processo de institucionalização e tutela. Conforme corrobora Mauriel (2010), no que tange aos embates sobre a pobreza no campo da política social, a grande problemática não reside nas análises e especulações sobre a pobreza, mas: (...) “*na forma e no tratamento dado aos ‘pobres’, que são renomeados por suas fragilidades, descontextualizados, des-historicizados, aparecendo no discurso tecnocrático reconstituídos por um novo tipo de vigilância moral*” (p.174).

Nesta direção, Yazbek (2001), em suas considerações acerca do desenvolvimento da assistência social no Brasil, enfatiza que, anos dedicados à caridade e benemerência tornaram a assistência produto de ações tutelares, seletivas e minimalistas, onde os sujeitos têm de provar sua necessidade por tal ‘boa-vontade’. Ou seja, trata-se do que Andrade e Zimmermann (2011, p.130) baseados em Teixeira (1995) denominam de “*cidadania invertida*”: o sujeito deve provar que não possui seus direitos assegurados, para enfim, tê-los assegurados. Deste modo: “*para ter acesso*

aos direitos e aos serviços sociais o possível beneficiário deve mostrar-se um não-cidadão” (Idem).

Nesta linha de análise, em seu livro intitulado: “*Classes subalternas e assistência social*”, Yazbek (2015, p.59), no que se refere à pobreza, sobre as ações do Estado, afirma que, “*pior do que a pobreza vem sendo a forma de enfrentá-la*”.

Ao discorrer acerca da assistência as famílias pobres, Mioto (2009) ressalta que, historicamente, as ações do Estado foram baseadas na moralidade e controle dos sujeitos, em troca de uma “parceria” do Estado. Nesta perspectiva, é enraizada a cultura que reforça a “*ideologia de que as famílias, independentemente de suas condições objetivas de vida e das próprias vicissitudes da convivência familiar, devem ser capazes de proteger e cuidar de seus membros*” (Idem, p.51).

Prosseguindo em suas argumentações, a referida autora esclarece que, dentre as *distinções* utilizadas para averiguar o merecimento das famílias à assistência ofertada pelo Estado, há a categorização de “*famílias capazes*” e “*famílias incapazes*”.

As famílias capazes são aquelas que, sem necessitarem de nenhum auxílio estatal, conseguem exercer as funções de cuidado, proteção e outras mais que lhes são atribuídas. E as incapazes são as que, por impossibilidade de cumprirem com seus deveres enquanto família, necessitam da intervenção protetiva do Estado, sendo assim, dignas da “*ajuda pública*” (MIOTO, 2009).

É neste contexto que, analisando a relação entre *Trabalho e Pobreza*, Alencar (2009, p.76) observa que tais desigualdades sociais indicam a “*perversidade*” da privatização/refilantropização que revela a desobrigação do Estado frente à assistência social, da reprodução da força de trabalho e demais direitos sociais.

A referida autora assinala que, mediante a negação dos direitos reconhecidos por lei, aliado à problemática do desemprego, os sujeitos destituídos do trabalho e da cidadania, passam a viver sua existência de forma restrita e negativa, sem qualificações para o trabalho e proteção social. Deste modo, nas palavras da autora:

Em suma, em virtude das mudanças econômicas e sociais no país com repercussões na estrutura do mercado de trabalho, aumentou a desproteção social dos trabalhadores, expressa nas condições de trabalho e na perda e redução dos direitos trabalhistas (ALENCAR, 2009, p. 77).

Nesta concepção, quanto às práticas assistenciais em torno das famílias de crianças e adolescentes pobres, Rizzini e Rizzini (2004), afirmam que: “*houve avanços no que se refere às práticas de atendimento a crianças em situação de pobreza, porém persistiram resquícios da intervenção assistencialista e autoritária no âmbito da família*” (p.14).

As referidas autoras consideram que, historicamente, a institucionalização foi medida para a resolução das carências financeiras e outras, e, por isso, na atualidade vivenciamos a permanência de práticas e mentalidades que favorecem a institucionalização não só de crianças, mas dos sujeitos mais vulneráveis das famílias.

Deste modo, compreende-se que para o rompimento com a cultura da tutela e da institucionalização dos pobres, o Estado deve cumprir com a sua obrigação de desenvolver ações que contribuam para o aprofundamento e expansão da liberdade dos sujeitos. E que as ações de assistência ocorram de modo a propiciar o pleno direito ao exercício da cidadania (MAURIEL, 2010).

A partir das reflexões empreendidas até aqui, urge a necessidade de refletir acerca da necessidade de investirmos em posicionamentos críticos, não romantizados nem fatalistas, contudo, reais, a fim de possibilitar questionamentos que favoreçam o reconhecimento da assistência como direito (MAURIEL, 2010); bem como a ruptura com a banalização do processo de incentivo a institucionalização dos pobres, o que vem perpetuando a concepção de controle e tutela, antagônica à concepção de emancipação humana que se deseja num Estado democrático de direitos.

2.4 O ser criança e significados de infâncias

Pensar a infância sugere aspectos gerais do desenvolvimento infantil, etapas de aprendizagem, etc. Contudo, buscamos neste estudo focar a análise partindo da compreensão da pluralidade da condição do ser criança e dos significados da infância, que são modulados de acordo com o contexto de vida e ambiente que cada sujeito experimenta durante a infância.

De acordo com Rizzini, Neumann e Cisneros (2009), a infância corresponde a uma etapa do desenvolvimento marcada por transformações biológicas, mas que são vivenciadas de diversas maneiras, dependendo, assim, dos divergentes modos

culturais existentes em cada sociedade. A infância também pode ser entendida como um construto social, que ocorre de acordo com cada realidade.

De modo divergente, criança deve ser compreendida enquanto um sujeito que está em uma etapa da vida, alguém que está em desenvolvimento, o que não quer dizer que esteja incompleto. Assim, importa compreender que criança e infância são categorias distintas de análise, ambas complexas e difíceis de conceituar. Contudo, falar sobre criança e infâncias exige uma compreensão significativa do contexto em que estes sujeitos estão e como a sociedade os concebe. Sobre infância, Barbosa, Delgado e Tomás (2016, p. 106) assinalam:

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), 1990, institui que a infância dura até os 12 anos. Depois esse ser humano passa a ser denominado de adolescente, nos textos mais voltados à psicologia, ou jovem, no campo da sociologia. O período prolongado pode também levar a pensar que a infância possui divisões intrageracionais, constituídas por sub-gerações dentro deste todo maior que é a geração infância (FERNANDES, 2008). Portanto, um desafio posto para a sociedade e os estudos acadêmicos é constituir outras formas de pensar a rigidez das fronteiras entre as diferentes fases da infância.

Nesta direção, insta pontuar que tais definições sobre crianças e infâncias, são realizadas seguindo uma perspectiva adulta sobre o mundo das crianças e das infâncias. Como delimitar questões tão complexas? Quais são os critérios?

Os estudos de Quixadá (2019) revelam a importância de compreendermos as infâncias como fenômenos que são vivenciados de diversas formas. Ao refletir sobre a infância na sociedade de consumo e os efeitos desencadeados sobre as crianças, a autora ressalta: “*portanto, falemos de infâncias, especialmente para destacar a abissal desigualdade manifesta na sociedade de consumo*” (p. 22).

Nesta sociedade de consumo, os indivíduos são conduzidos a pensamentos e comportamentos que tornam o consumir uma necessidade. São ideias difundidas por meio da mídia, que de modo pernicioso induzem ao estabelecimento de um processo de *mercadorização* de tudo, inclusive do que é ser criança e do que é a infância. A criança torna-se, então, alvo dos investimentos do mercado, sendo vista como um produto que historicamente não é escutado e reconhecido como sujeito de direitos, mas que é capaz de consumir influenciando e desejando produtos, serviços e coisas.

Nesse processo, cabe destacar que, seguindo essa lógica consumista, as desigualdades sociais parecem ganhar uma proporção maior e mais visível. Pois, o

consumo está diretamente atrelado à ideia de felicidade/satisfação e, mais uma vez, entende-se que o consumir pouco ou nada – ser pobre – não corresponde à plena satisfação do ser criança. Além de que, “*o sujeito passa a viver de acordo com os imperativos do mercado e não segundo um consenso lógico estabelecido subjetivamente que resguarde valores de humanidade*” (idem, 2019, p. 23).

Em tal realidade, a noção de autonomia está diretamente ligada ao poder de consumo. Desta forma, ser autônomo é ser capaz de consumir, de possuir/prover e, nessa condição, a criança é tida como mera receptora, incapaz de expressar de modo satisfatório seus desejos, interesses e percepções sobre a vida – inclusive de poder exercer seus direitos e de ser reconhecida como um sujeito. Daí, percebe-se a dificuldade existente sobre o poder ouvir o que uma criança tem a dizer, pois sua condição de desenvolvimento sempre esteve atrelada à ideia de incapacidade e mais ainda, de incapacidade de consumo. Nessa lógica, quem não consome não é escutado (QUIXADÁ, 2019).

Esta constatação mostra o quanto o modo de produção interfere diretamente na concepção da infância. É o que indica a pesquisa realizada por Rizzini, Neumann e Cisneros (2009), “*com base nas vozes de crianças e adolescentes em situação de rua no RJ*”. No relato dos diálogos com crianças e adolescentes, percebe-se a multiplicidade de pensamentos entre as crianças e adolescentes que participaram, reafirmando a busca pela liberdade familiar e financeira.

Alguns entrevistados da pesquisa relataram desvantagens e vantagens de *estar na rua*, além de afirmarem desejos de “*construírem*” famílias e de desfrutarem de melhores oportunidade de vida, trabalho e outros. Ressalta-se que grande parte de seus ensejos estão relacionados às aspirações por uma vida melhor. É o caso de um entrevistado de 12 anos:

Se eu fosse presidente, eu ajudava os meninos de rua pra eles voltar pra casa. Eu queria ajudar os pobres assim, pra esses meninos ficar em casa assim. Pra parar de cheirar cola, roubar as pessoas que anda na rua com os filhos, aí eles vai, rouba os outro. Eu queria parar, eu queria isso. Eu queria que não existisse o tráfico na rua. Queria que existisse paz (Derico, 12 anos) (RIZZINI, NEUMAN e CISNEROS, 2009, p.69).

Sobre a saída de casa, o estudo mostra que os participantes da pesquisa mencionaram que decidiram sair de maneira gradativa. Partindo de um desentendimento com algum membro familiar ou do íntimo desejo de obter liberdade,

ganhar dinheiro e fugir das pressões do âmbito familiar. Ressalta-se que na pesquisa, a idade habitual para a tomada de decisão de sair de casa é dos 7 a 11 anos (Idem, 2009).

Percebe-se que a infância vivenciada na pobreza e, especialmente, nas ruas, adquire um novo sentido, pois apesar de haver leis que regem e resguardam os direitos das crianças e adolescentes de serem protegidos e etc., é real o fato de que há crianças e adolescentes, como mostra o estudo, que vivem em situações extremas, onde passam a desenvolver maiores habilidades que em geral são exercidas por um adulto.

Szymanski (2015), discorrendo sobre a cultura adultocêntrica, considera que a criança é capaz de apresentar importantes trocas com as pessoas com as quais convive e de expressar, de modo singular, os seus sentimentos e saberes. A autora afirma a importância de que, compreendendo a peculiaridade da fase de desenvolvimento que o sujeito experimenta durante a infância, saibamos que as diferenças entre o pensar de um adulto e o pensar de uma criança, não devem impedir que as crianças falem. “*Um exemplo dessa atitude pode ser encontrado em Fernando Pessoa, ao se referir à linguagem poética que as crianças podem produzir, quando cita a expressão ‘estou com vontade de lágrimas’, ouvida por ele de uma criança*” (Idem, p. 68).

Seguindo a linha de análise sobre o ser criança e significados da infância, Cohn (2013), discutindo sobre o que é ser criança em alguns lugares específicos, menciona que em seus estudos antropológicos acerca das crianças indígenas, obteve a compreensão de que a resposta para sua constante indagação sobre “*o que é ser criança*” não é passível de uma formulação fechada. Nesta perspectiva, ser criança é observável, dizível, mas não exprimível. Ser criança é o ser de acordo com as condições sociais e culturais de cada contexto.

Em conformidade, Szymanski (2015) aponta que as ações que socializam as crianças e jovens possuem uma relação com uma noção específica de desenvolvimento e, conseqüentemente, do ideal do que é a criança. A autora problematiza a questão do *desenvolvimento* e reflete sobre práticas educativas que são obtidas nas relações com escolas e famílias que, por vezes, não correspondem aos diversos tipos de desenvolvimentos existentes em todo o mundo.

Considerando tal constatação, Cohn (2013) realiza um esforço em busca do entendimento ampliado sobre a infância, indicando que para haver uma aproximação com os sentidos da infância e do ser criança exige-se ouvir o sujeito, aqui as crianças. Essa tarefa demanda o reconhecimento de que urge a necessidade de que as pesquisas não sejam meras repetidoras de conceitos que falem de si para si, mas que sejam capazes de dialogar e ouvir as crianças sobre elas mesmas.

Analisando o caso específico das crianças em uma aldeia indígena denominada de “Xikrin”, a autora comenta:

Assim, o modo como elas atuam como crianças é informado pelo modo como se define o que é ser criança nestes lugares. Assim também elas respondem a outra necessidade de definição: aquela que remete ao ser indígena, o que igualmente define sua condição de sujeito neste mundo atual (COHN, 2013, p. 230).

Considerando esta condição, de que a infância dá-se de acordo com o contexto, Cohn (2013) menciona sobre as infâncias nas instituições escolares – que não é objeto específico deste estudo, mas vale para pensar nas infâncias nas instituições – a autora cita o caso de uma pesquisa³⁷ que indica como se dá a criação de um tipo de infância nestes locais, destacando o caso das crianças que sendo “boas” podem desfrutar da brincadeira no parque, e das demais crianças que não correspondem aos ditames da instituição e não podem brincar no parque.

São construções da infância ditadas pelo ambiente e realidade social em que se vive. É o caso relatado em um artigo do UNICEF (2021b), sobre a família de Lucélia Sobral³⁸, de 32 anos, manicure, mãe de cinco filhos – dentre deles algumas crianças – e que durante a pandemia da Covid-19 foi duramente afetada pelas inúmeras situações de pobreza e escassez, chegando a ficar “desesperada”. Cabe refletir sobre qual o tipo de infância que os filhos de Lucélia experimentaram durante o auge da pandemia e experimentam hoje.

Ainda de acordo com o UNICEF (2022), no estudo: “*Pobreza Infantil Monetária no Brasil – Impactos da pandemia na renda de famílias com crianças e adolescentes*”, dados concluem que crianças e adolescentes sempre foram os mais atingidos pelos

³⁷ Realizada pelo Antropólogo Marcos Vinícius Malheiros Moraes e intitulada de: A Construção de uma infância em uma escola pública de educação infantil da cidade de São Paulo.

³⁸ Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/historias/doacoes-chegaram-em-boa-hora>> Acesso em: 19/12/2022.

níveis de pobreza e por isso, permitem-nos indagar sobre o que é ser criança nestes diversos contextos e em especial, o que é ser criança em uma instituição.

CAPÍTULO 3 – SER CRIANÇA: DESAFIOS

3.1 Viver e brincar em uma instituição: qual o sentido?

“Quando quero brincar que não deixam, eu brincar, quando não deixa falo para a tia e elas tomam o brinquedo” (Letycia, 5 anos).³⁹

De acordo com o Dicionário Escolar das Dificuldades da Língua Portuguesa (1963), brincar “*é divertir-se, folgar, alegrar-se, distrair-se, gracejar, galhofar*” (p.116). Segundo o Dicionário de Filosofia Nicola Abbagnano (2007), a palavra divertimento está relacionada a “*qualquer atividade que afaste o homem das ocupações ou preocupações habituais. (...) Meio que o homem dispõe para escapar à consciência de sua própria miséria*” (p. 342).

Traduzida do inglês, podemos encontrar a palavra brincar em duas formas: *play* - que traduzida para o português quer dizer jogo, toque e se relaciona a brincadeiras. E *game*, que quer dizer jogo, partida, e se refere mais a jogos eletrônicos.

Nas análises do psicanalista Winnicott (2019), o ato de brincar constitui-se como fator primordial na vida da criança e do futuro adulto, sendo considerada atividade de busca do próprio eu. Possibilitando a criação e exercício de toda liberdade que está intimamente relacionada ao ambiente do brincar. Semelhantemente, o brincar influencia e liga a criança à demais indivíduos e à realidade interior e exterior e/ou partilhada, além de possuir uma capacidade terapêutica proporcionando que, de forma criativa, a criança supere as mazelas que vive/viveu.

Entretanto, nas instituições pesquisadas, o brincar pareceu ficar na dubiedade de ser uma atividade comum, corriqueira do dia-a-dia, ou um evento especial demandando local e horários específicos, para que não atrapalhe as demais tarefas do dia (como aulas de natação, escola e horários determinados para os exercícios escolares). Considerando a importância de que a instituição mantenha uma rotina clara no que se refere aos horários e atividades das crianças. Sabe-se que há leis que

³⁹ OLIVEIRA, Sonia Cristina de. Brincadeiras de Crianças Abridadas – Estudo Etnográfico em Instituição de Acolhimento. (Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2014.

asseguram às crianças o direito ao lazer e ao brincar. Contudo, a realidade institucional é permeada por entraves que perpassam essa liberdade do brincar.

De acordo com a tese de Oliveira (2014), nas instituições, as brincadeiras são de suma importância para garantir a possibilidade de que as crianças se desenvolvam de modo saudável nas diversas áreas da vida. Deste modo, as brincadeiras contribuem para situações importantes que, trabalhando com a imaginação, a criança possa enxergar o mundo em uma nova perspectiva, já que as crianças que passam por uma instituição já foram/são vítimas de alguma forma de violência.

Neste sentido, o brincar possibilita que a criança exerça papéis diferenciados, desempenhe conheceres e decida sobre como brincar e com quem brincar. O ato de brincar é libertador para a criança, pois permite o poder de escolhas e preferências – *“As crianças escolhem com quem gostariam de brincar, igualmente para entrar numa brincadeira organizada precisam de permissão, uma questão difícil de lidar numa instituição onde tudo é de todos”* (OLIVEIRA, 2014, p. 189).

A brincadeira permite que a criança compreenda suas próprias relações com os sujeitos ao seu redor, seus gostos e identidades, do que, e com quem gosta de brincar. Assim, na brincadeira a criança aprende a lidar com conflitos, perdas e frustrações que são próprias da brincadeira e da vida de modo geral (Idem, 2013). De acordo com Martins e Szymanski (2004, p.179):

De uma forma ou de outra, quando inseridas num momento de brincadeira, as crianças realizam entre si um tipo de interação social que é de suma importância para a formação delas enquanto pessoas, realizando trocas variadas quando riem, se desentendem, choram ou trocam carinhos que só são possíveis numa situação imaginária.

Atrelado à certeza dessa importância, na instituição a brincadeira tem um novo sentido, pois os códigos e princípios das brincadeiras têm um olhar vigilante do adulto, que se revela por meio do cuidador ou do técnico – que pode ser pedagogo, assistente social, psicólogo ou enfermeiro. Apesar de sabermos da suma importância da proteção e zelo do adulto para com a criança, via de regra, a tendência nas instituições, pela sua dinâmica própria, é a necessidade de constante acompanhamento/vigilância.

Durante o percurso de construção desta pesquisa tornou-se nítido que os relacionamentos entre adultos e crianças nas instituições tendem a ser baseados na concepção de que os adultos sabem mais, o que se agrava no contexto da instituição.

Nesta direção, Qvortrup (2010), problematiza o fato de que as crianças são vistas de modo geral, pela ótica futurista, como se o ser criança fosse uma etapa para uma fase mais importante, onde o que importa não é o hoje, mas o amanhã. *“É uma resposta à pergunta que todos os adultos fazem a todas as crianças: o que você vai ser quando crescer? Tipicamente, os adultos não estão interessados no que as crianças são enquanto crianças”* (p. 787).

Há uma preocupação generalizada sobre o que as crianças serão, como terão êxito, como serão cidadãos cumpridores dos seus deveres e etc. Apesar dos avanços em torno do cuidado e da proteção destes sujeitos haver gerado um considerável efeito sobre as ações da sociedade de modo geral, verifica-se que a inquietação não permanece sobre as crianças em si, mas sobre o tipo de adulto que se tornarão.

Percebe-se que a concepção do que é ser criança ainda possui profunda relação com as clássicas análises que Ariès (1986), realizou sobre o século XI e XII, onde as pinturas retratavam as crianças como um tipo de adulto reduzido. É o que o autor relata sobre uma arte:

Uma miniatura otomiana do século XI nos dá a uma ideia impressionante da deformação que o artista impunha então aos corpos das crianças, num sentido que nos parece muito distante de nosso sentimento e de nossa visão. O tema é a cena do Evangelho em que Jesus pede que se deixe vir a ele as criancinhas, sendo o texto latino claro: *parvuli*. Ora, o miniaturista agrupou em torno de Jesus oito verdadeiros homens, sem nenhuma das características da infância: eles foram simplesmente produzidos numa escala menor (p. 50).

Apesar deste trecho acima referir-se a um contexto antigo, de séculos passados em um período posterior à construção da ideia de que a criança está em desenvolvimento e vive uma fase peculiar da vida e etc. Sabe-se que tais argumentos não combatem a noção coletiva da superioridade e maior importância do adulto sobre a criança. Em seus estudos Qvortrup (2010), discute sobre o direito ao voto infantil, indagando o porquê das crianças não poderem expressar seus interesses políticos, haja visto que sua negação ocorre pelo fato da crença na ausência de capacidade para tal. Contudo, contesta: *“Ninguém tem dúvida de que seria totalmente impraticável testar a competência não apenas das crianças, mas também de cada membro da sociedade”* (p. 782).

Há de se considerar a indispensabilidade da pessoa adulta no acompanhamento, criação e proteção das crianças. Tal questão é incontestável para nós, entretanto, urge a necessidade de percebermos uma supervalorização do adulto em relação à criança.

Importante destacar, que os estudos de Martins e Szymanski (2004), afirmam sobre a relevância da presença de um adulto durante a brincadeira das crianças, nas palavras das autoras: “*A presença do educador também é muito importante para dar um suporte e acompanhar as crianças no decorrer de suas interações*” (p.184). E seguem desenvolvendo argumentos sobre a importância desse acompanhamento, contudo, enfatizam que o adulto “*pode ajudar as crianças*” (p. 184).

Cabe aqui relatar que, durante a nossa pesquisa de campo, presenciamos uma ocasião em que uma criança queria brincar com determinado brinquedo, mas foi impedida pela cuidadora. Na ocasião, a criança estava aos prantos pedindo pela boneca, mas a cuidadora negou dizendo que: “*você não brinca com esse brinquedo!*”.

Vale mencionar os princípios do antropólogo da educação, Ingold (2020), que desenvolvendo importantes considerações acerca da educação, ressalta a importância da “*prática participativa*”. O referido autor argumenta que o aprender deve ser uma ação interativa. E aqui neste caso, é o experimentar a infância de forma mais democrática, distinta, permitindo que os sujeitos aprendam a falar com suas vozes, escrever com suas mãos, pensar com suas mentes e brincar com suas brincadeiras e brinquedos.

Oliveira (2014) problematiza importantes questões acerca das dificuldades que são vivenciadas nas instituições de acolhimento (como superlotação, ausência de recursos necessários, preparo dos profissionais e etc..). Enfatizando que tais limitações rebatem diretamente no brincar das crianças, que podem receber punições dos adultos. Essas punições podem ser: não brincar com determinado brinquedo ou não brincar. De acordo com a autora:

Em especial, num abrigo de acolhimento de crianças com capacidade acima do limite de vagas e profissionais a menos para atendê-los, as regras tornam-se mais vinculadas no cotidiano para controle do comportamento social e homogeneidade nas práticas cotidianas, logo, na experiência lúdica brincam com os castigos, revivem e compartilham a universalidade do atendimento ofertado na instituição (2014, p. 193).

Nesse sentido, percebe-se a importância de olhar para as crianças que atualmente experienciam uma realidade institucional, possibilita-nos entender certa *coletividade* experimentada pelos sujeitos que estão nos acolhimentos, assim como, os desafios do brincar.

Winnicott (2019), discorrendo sobre o desenvolvimento de aspectos psíquicos das crianças durante a primeira infância – considerando a idade de 0-6 anos – explica sobre a constituição do brincar para a criança pequena e de como essa ação é importante para que a criança estabeleça um relacionamento com o mundo real, fora da zona psíquica. O autor ainda esclarece que para que a criança estabeleça em seu interior essa relação com mundo externo é necessário que o “*ambiente emocional*” e “*físico*” seja estável (p. 35).

Segundo Oliveira (2014), para a criança pequena, o brincar possui um sentido específico, dada às necessidades imediatas de tocar, pegar e possuir algum brinquedo e/ou objeto. Geralmente, durante esta etapa da vida a criança não faz planejamentos para o próximo dia, pois os seus desejos estão sempre na urgência de serem atendidos. A autora recorre aos escritos de Vygotsky, e argumenta que até os 3 anos a criança brinca como um instinto, sem possuir um motivo específico para a atividade. Nesta fase a criança ainda não brinca com questões imaginárias, as brincadeiras estão relacionadas aos estímulos externos, aos objetos e adultos que lidam com ela.

Nesta direção, apreende-se que todas as atividades relacionadas ao brincar possuem uma relação de íntima importância para a construção do eu da criança, assim como, da identidade e desenvolvimento físico, psíquico e social. No contexto institucional, o brincar ganha novos sentidos e novas necessidades que estão entrelaçadas ao que a instituição se propõe e a história de vida e violações já sofridas pela criança.

3.2 O brincar como prática de resistência

“Com licença, por favor, me deixa brincar!! Quero passar porque quero ver minha filhinha [...] Então eu quero brincar, elas deixam” (Vivi, 5 anos).

Nas análises de De Certeau (1998), em sua obra *“A invenção do Cotidiano”*, o autor discorre a respeito das práticas cotidianas no contexto urbano, as formas de fazer e a sua relação com a disciplina, com as formas de poder. Ao analisar os *modos de proceder da criatividade cotidiana*, De Certeau parte da análise da obra de Foucault, *vigiar e punir* e problematiza questões muito relevantes, como a relação de poder exercido pela sociedade sobre os sujeitos. Tal poder é exercido através de ações simples e pequenas, que contribuem para a formação de vigilâncias constantes sobre os sujeitos, reproduzindo a lógica do poder dominante na sociedade.

Deste modo, o referido autor discute a respeito do controle e vigilância exercidos constantemente na sociedade, indagando sobre os processos e ações que contribuem para que haja normalização e as consequentes vigilância e disciplina. E também, os processos antagônicos, nas palavras do autor: (...) “enfim, que “maneiras de fazer” formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados”?), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política” (DE CERTEAU, 1998, p. 41).

Seguindo esta linha de análise, o autor traz reflexões sobre as ações realizadas na sociedade que, de modo contrário, não cedem à constante disciplina e são formas criativas de reformulação de espaços e costumes, criando estruturas contrárias ao cotidiano constantemente preso à vigilância. Neste sentido, em outro contexto, refletindo com base em demais autores⁴⁰, De Certeau afirma que *“as práticas cotidianas estão na dependência de um grande conjunto, difícil de delimitar e que, a título provisório, pode ser designado como o dos procedimentos”⁴¹* (Idem, ano, p. 109).

Entretanto, pensando nessa lógica de dominação geral que delimita hábitos e espaços, Lansky e Gouveia (2022), discorrem acerca da negação do direito ao habitar e desfrutar de tempos livres onde os sujeitos possam experimentar locais de lazer

⁴⁰ Bourdieu e Foucault

⁴¹ Na linguagem de Foucault.

como, por exemplo: praças, ruas e etc. Isso se intensifica quando pensamos na criança que brinca e que tem o direito de desfrutar desses espaços, mesmo estando institucionalizada. Ante o exposto, vale pensar:

[...]. Sem ignorar os inegáveis avanços no acesso das crianças a saberes antes restritos às elites, restrição ao trabalho infantil e construção de um aparato de proteção, a representação moderna de infância implicou no deslocamento dos espaços e tempos sociais, retirando a criança do mundo social mais amplo (ZELIZER, 1978, apud LASKY e GOUVEIA, 2022, p. 363).

Neste sentido, pensar o brincar como uma prática de resistência, interessa-nos aqui a partir do âmbito institucional. Neste sentido, os estudos de Kohan (2018) acerca das contribuições de Paulo Freire sobre as infâncias, a partir de sua própria infância, descrevem o quanto Freire sentiu-se angustiado ao ver, além da pobreza que experimentou durante a sua infância com a família e o sofrimento causado a seu tio pelas torturas durante a Ditadura Militar, a necessidade de distanciar-se de sua cidade de origem.

Em todo esse contexto, o autor observa que Freire, ainda criança, ouvia dos familiares a importância de não apenas desejar a mudança, mas fazer algo. Nesse fazer, Freire exalta as crianças seguindo uma linha de análise na defesa da figura destas como questionadoras, que diferente da perspectiva original da *“palavra infância – do latim infans, sem fala”* (p. 19), questiona e utiliza todos os porquês necessários para seus sofrimentos, misérias e curiosidades.

É na infância ou com a infância que crianças e adultos podem viver a transformação, desfrutar da possibilidade de mudar, questionar e sonhar. Para Kohan (2018), a infância em Freire não era apenas uma etapa da vida, mas um modo de ser, uma possibilidade de *“revolução”*.

Aqui, o brincar pode ser reconhecido também como uma prática de transformação e questionamentos da vida institucional. O brincar e o não brincar das crianças revela impaciências, questionamentos e necessidades mais específicas. Durante nossa pesquisa de campo, foi comum ouvir: *“tia, brinca comigo?”*; *“tia, não quero brincar”* ou *“tia, fala para ela sair daqui?”*

É o que aponta também a pesquisa de Oliveira (2014, p.184) sobre a brincadeira de algumas crianças em uma instituição:

Ana estava sentada no chão, brincando com Talita num cantinho do cercado rodeada de brinquedos, Talita saiu para procurar outros [...] Binho, que estava com uma bola na mão, chegou e sentou na brincadeira, Ana falou, saí daí, você não está brincando, mas o colega insistiu e sentou com uma bola na mão, ela mudou de ideia e pergunta, você quer brincar? Começam a interagir, conversar e organizar os brinquedos. A Talita chegou, Ana disse para ela apontando para o Binho, ele quer brincar. A Talita então se virou e disse, quer brincar? [...] Talita saiu de novo e voltou com outros brinquedos e Kati veio junto, a Talita disse para ela, não mexe nos brinquedos, não mexe, Ana também ficou repetindo não mexe, não mexe, por várias vezes, depois segurou no braço de Kati e deu um bichinho de pelúcia como consolo, Kati não queria, Ana colocou embaixo do braço e forçou-a para ela segurar.

Cabe indagar quais práticas cotidianas na realidade da instituição contornam o sentido de resistir às intempéries da condição institucional e ser criança. Sabe-se que a instituição é regida por normas e regras e que nesta realidade, a criança não se torna o principal sujeito autor das brincadeiras, mas alguém que está ali para receber proteção. Então nessa lógica da proteção, as crianças são conduzidas a brincar com o que há na instituição, pela perspectiva da instituição. Ainda, na tese de Oliveira (2014) em suas conversas com os cuidadores, a autora conclui que as crianças são vistas como sujeitos incapazes de criar suas próprias brincadeiras e por isso, sempre deve haver um adulto vigilante, ao contrário de um adulto que contribui e interage.

Compreende-se assim, que brincadeira possui expressões de luta para as crianças. O brincar expressa saudade, liberdade, imaginação e criatividade que na instituição, além de ser entendida como uma prática comum das crianças, também possui o sentido de calar, de aquietar ou de sossegar. A questão do brincar e do não brincar, ou com o que e como brincar nas condições da instituição trazem limites para o exercício de liberdade das crianças.

3.3 O sentido do brincar para a instituição

Para a realização desta pesquisa, inicialmente estivemos voltadas à construção do olhar sobre a experiência do brincar na instituição, a partir da fala e percepção dos profissionais que compõem as equipes técnicas desses espaços de acolhimento, selecionados para este estudo. Na oportunidade, realizamos duas entrevistas com três profissionais que contribuíram de modo significativo para a compreensão acerca das situações onde o brincar está presente enquanto agente minimizador das múltiplas violências sofridas.

Neste sentido, durante a participação nas aulas de *Memória, imagem e itinerários com métodos experimentais*⁴², surgiu a oportunidade de realizar pesquisas por meio de fotos. Deste modo, reconhecendo a importância das imagens para o nosso estudo, realizamos as entrevistas com técnicos, mostrando algumas imagens feitas por nós, que exibem crianças brincando em espaços abertos. Na situação, após visualizarem as fotos, iniciamos as entrevistas com os profissionais, a fim de melhor compreender as percepções que os profissionais possuem sobre o sentido de ser criança e brincar, estando institucionalizado.

A partir dos estudos de Touse et. al. (2017), é possível afirmar que a fotografia contribui para uma compreensão e captação mais apurada acerca dos fenômenos vivenciados pelos indivíduos de modo coletivo e/ou individual, pois permite uma melhor percepção acerca de questões que não podem ser expressas por meio de palavras. Possibilitando que os sujeitos das pesquisas possam exprimir de forma mais real, suas considerações e percepções sobre vida, cotidiano e etc. nas palavras de Dantas (2015, p.2): *“a fotografia pode revelar situação de opressão, de resistências e de práticas de liberdade”*.

Nessa direção, comentando sobre a importância de fotos na pesquisa de campo, Novaes (2012) relata que a utilização de imagens para fins de pesquisa é uma prática utilizada desde os anos 1960, haja vista que Gregory Bateson e Margaret Mead, em Bali, buscavam conhecer a infância e suas etapas de desenvolvimento, utilizando fotografias. A pesquisadora relata que a fotografia surge na antropologia enquanto um apoio aos escritos de campo, permitindo captar o que não pode ser descrito. Ela menciona acerca de sua experiência na Etiópia, que a sua câmera conseguiu captar verdades que eram omitidas e negadas a respeito do país. Novaes (2012, p.26): afirma: *“Percebi igualmente algo óbvio. Imagens fotográficas são fundamentais na construção de imagens mentais de qualquer povo”*.

Segue abaixo as imagens que utilizamos para a entrevista com as profissionais:

⁴² Aulas ministradas pela Professora Dr. ^a Catherine Reginensi.

Figura 2 – O menino e o cachorro



Duas pernas cruzadas, árvores, bancos, um menino e um cachorro. O cenário é favorecedor para que brincar de bicicleta ou de bola seja a primeira opção de todas as crianças ali. Entretanto, ele preferiu brincar com seu cachorrinho. – Fonte: Arquivos da autora

Figura 3 – Três crianças



Duas meninas que andam de bicicleta expondo toda sua energia e vontade de pedalar, uma menina andando no seu patinete e transparecendo toda sua inocência e destemor. Há adultos por toda parte, há liberdade, cuidado e vigilância! Fonte: Arquivos da autora.

Figura 4 – Menino andando de bicicleta



Na bicicleta, o menino esbanja segurança, soltando uma de suas mãos do guidom. Há outras crianças que andam ao redor. Há espaço para todo tipo de brincadeira. Cada uma brinca de um jeito e todas parecem estar felizes! Compartilham o mesmo espaço, mas brincam separadas. Fonte: Arquivos da autora.

Figura 5 – Duas crianças no triciclo



Duas crianças usando máscara, pedalam no triciclo e exprimem o sentimento de estarem aprendendo, seguram o guidom com força parecem um pouco desconfiadas. Fonte: Arquivos da autora.

Como instrumento para a investigação, empregou-se a entrevista semiestruturada. Este instrumento de pesquisa caracteriza-se por conter em si três modalidades de entrevistas, a saber: “*estruturada, não-estruturada e semiestruturada*”. A estruturada possui perguntas antecipadamente formuladas. A não-estruturada é aberta para que o entrevistado livremente relate acerca de qualquer assunto que seja referente ao tema proposto. Já a semiestruturada diz respeito a uma combinação das duas modalidades anteriores (NETO, 2002).

É importante ressaltar que o esforço de investigação não se limitou à mera coleta de dados e informações, mas buscou-se – dentro dos limites impostos pelo tempo e acesso ao campo empírico – empreender uma leitura crítico-compreensiva, na tentativa de identificar os traços construídos acerca do fenômeno da institucionalização de crianças no cotidiano das práticas sociais. Desta feita, o universo da pesquisa foi composto pelas seguintes profissionais:

Entrevistada 1 (Margarida): Pedagoga, atua na instituição há 9 anos.

Entrevistada 2 (Lótus): Assistente social, atua na instituição há 1 ano.

Entrevistada 3 (Azaleia): Coordenadora, atua na instituição há 3 meses.

Em respeito à ética na pesquisa, os verdadeiros nomes das entrevistadas foram mantidos em sigilo, assim como o nome das instituições onde atuam. Importar informar que, apesar de havermos entrevistado 3 pessoas, uma das participantes não respondeu a todas as perguntas por estar por pouco tempo atuando na instituição.

Na situação, utilizamos o roteiro que segue abaixo:

- 1- Qual foto você acha que melhor representa uma criança brincando?
- 2- Como as crianças brincam aqui?
- 3- Elas reclamam ou falam de saudades de brincar de outra forma antes de chegarem aqui?
- 4- Como a pandemia interferiu no brincar das crianças?

Para efeitos deste texto, dispusemos abaixo as respostas das profissionais entrevistadas:

1 – Qual foto você acha que melhor representa uma criança brincando?

A imagem 4, pois percebo ausência de preocupações no menino que anda na sua bicicleta. Andar de bicicleta é muito bom! (Margarida)

A imagem 3, porque eu vejo uma criança com patinete, outra com bicicleta, a outra com esse carrinho aqui vejo mais crianças brincando, talvez... em diferentes brinquedos. E também imagem 5. (Lótus).

A imagem 4. Aqui eu vejo uma criança de bicicleta e já tem outro aqui óh, jogando bola e outro numa outra bicicleta...e na minha opinião não tem coisa assim que possa expressar melhor do que ver um menino assim jogando bola, um menino jogando bicicleta. Porque na situação que a gente está vivendo hoje, né, você ver uma criança na praça, sem máscara já é um avanço. Essa aqui (se refere à figura 2), eu não identifico como um brincar. É um lazer, mas ele não está brincando. Eu não identifico uma criança brincando nessa imagem, e sim uma criança passeando com o cachorro. A única foto que eu não identifico uma criança brincando, é essa aqui. (Azaleia).

Neste diálogo, observa-se que as profissionais percebem o brincar como exercício da liberdade, além de ressaltarem essa importância da escolha com o que brincar e como brincar, além da possibilidade de brincar em “diferentes brinquedos”. Também, destaca-se que dentre as falas das profissionais, Azaleia, menciona que não acha uma imagem de uma criança com um cachorro representar fielmente uma criança brincando. Nesse sentido, cabe indagar sobre as concepções que a sociedade adulta cria sobre o que é brincadeira ou não, sobre o que é melhor ou não para as crianças.

Aqui recorreremos aos escritos de Qvortrup (2010), que assim afirma: “*Mas, será que é isso mesmo? Será que o que é bom para o Estado e para sociedade corporativa é bom também para as crianças?*” (p.788). Será que o que é brincar para o adulto também é brincar para a criança?

Cabe pontuar o quanto de disparidade pode haver entre a opinião de um adulto para a opinião de uma criança e a importância de que neste contexto e em outros, a criança seja ouvida.

2 – Como as crianças brincam aqui?

Brincam coletivamente, de bicicleta, na brinquedoteca, playground, música, dança, festa de aniversário, balanço, escorrega, piscina improvisada e pinturas. (Margarida).

Brincam de bola, balanço. (Lótus).

Olha, brincam entre elas é... de queimado, com os educadores, brincam sozinhas, separadas, as maiores têm as brincadeiras delas. Elas gostam

mais até de brincar separadas, né, da idade delas., sobe na casinha, desce no escorrega. A gente tem umas crianças que gostam de fazer origami, com papel. A gente tem dois aqui que amam desenhar, né.... Se você der papel pra eles é uma festa, porque a gente até fala que (cita o nome do menino) e o outro tem dom de desenho porque eles desenharam muito bem! (Azaleia).

Na ocasião, Margarida comentou que a pandemia fez a instituição se tornar um tipo de escola, pois somente ali que as crianças podiam fazer os exercícios e receber as devidas orientações para a realização dos mesmos. Ressaltou que a instituição privilegiou o brincar, pois entendeu como melhor ação a ser feita nesse momento. Na ocasião, a entrevistada nos mostrou brinquedos pedagógicos variados que tinha em sua sala, que em algumas situações, tornou-se sala de orientação escolar e de livre acesso para que as crianças busquem os jogos ou brinquedos desejados. A profissional afirmou: *“Brincar é coisa séria!”*

Nesse momento, a entrevistada comentou que brincava muito quando era criança, mostrando fotos no seu celular, relativas a esse período. Falou que amava brincar de casinha, sonhando que tinha uma casa grande, com uma escada no meio, como nas novelas. E que hoje ama cuidar de sua casa, decorar e espalhar fotos por todos os cômodos, relacionando as brincadeiras que brincou na infância com sua realidade atual. Afirmou que o brincar contribuiu para que ela se tornasse quem é hoje, e que isso é um resultado bom em sua vida.

Importa ressaltar que, o brincar aparece enquanto fator de suma importância para a profissional, que compreendendo assim, mostrou o esforço que empreendeu durante o período pandêmico para que as crianças do acolhimento brincassem e, brincando, pudessem realizar suas atividades escolares.

Compreende-se que o brincar também aparece aqui como uma prática onde as crianças exercem a criatividade para lidar com as situações vivenciadas no cotidiano. Conforme ressalta a profissional: *“Se você der papel pra eles é uma festa”*. Isso indica o quanto as crianças estão dispostas a brincar, e, apesar de estarem vivenciando uma rotina organizada e institucional, brincam de forma criativa e resistente.

Além de que, ao brincar as crianças expressam suas experiências de vida, suas infâncias e modos de brincar.

3 – As crianças reclamam ou falam de saudades de brincar de outra forma antes de chegarem aqui?

Não, mas aqui tem limites e regras que devem ser seguidas e respeitadas por todas as crianças e adolescentes. Temos um menino de 11 anos que antes de chegar aqui, ficava boa parte do tempo na rua e hoje reclama de não poder soltar pipa na rua. Antes da pandemia os cuidadores levavam as crianças para soltar pipa na rua, mas agora com a pandemia não dá. (Margarida).

A gente tem, na verdade, vou te dar um exemplo... tem uma família que acabou de retornar da tentativa de reintegração com a mãe e a gente sabe que lá eles ficavam largados, ficavam soltos. Um deles sofre por conta disso porque ficava largado, ainda mais que é numa roça, então ia no quintal pegava fruta, então andava a cavalo, então ele tinha essa liberdade que aqui não tem, né?! Mas é...uma das visitas que a gente fez lá uma vez, a gente trouxe uma delas porque ela estava com dor no peito e a gente trouxe para levar no médico e aqui a gente percebeu que ela não queria ir embora, ela queria ficar e dizia: ah! eu tava com uma saudade das crianças daqui, de brincar com as crianças daqui, porque lá eu só tenho uma colega. Então, né a gente vê de tudo. (Lótus).

Cabe mencionar, acerca das práticas da instituição que visam assegurar os direitos das crianças, mas que rebatem nas questões mais intrínsecas dos hábitos comuns das crianças antes de acolhidas, como o andar à cavalo e etc. São questões complexas que demandam análises profundas, que sejam capazes de indagar sobre o que é a proteção para uma criança que antes da instituição, possuía considerável liberdade de onde andar e como andar no seu território de origem. Insta indagar: até onde as medidas protetivas protegem?

É o que indica Winnicott (2019, p. 225) sobre famílias pobres X ricas, que aqui relacionamos ao brincar:

Passamos a observar favelas e a pobreza em geral não apenas com horror, mas com olhos abertos para a possibilidade de que, para um bebê ou uma criança pequena, a família da favela possa ser mais segura e “boa” como ambiente facilitador do que uma família em uma linda casa onde não existe a opressão da vida comum.

A realidade das famílias mais pobres e dos diversos modos de sobrevivência colocam um desafio para a sociedade adulta em lidar com os diversos tipos de infâncias e modos de ser criança e brincar. Sobre a fala de Lótus, o que se percebe é que a criança relatada na situação, desejava retornar ao acolhimento pelos relacionamentos afetivos que construiu durante o tempo na instituição.

4 – Como a pandemia interferiu no brincar das crianças?

No sentido de não ter mais vida comunitária, pois a comunidade frequentemente fazia visitas e ações na instituição, mas com a pandemia não podem. Nesse caso, o acolhimento precisou se reinventar. Os menores são inesgotáveis! (Margarida)

Não...a gente percebeu a ansiedade, né? Sem escola, sem poder sair, né? Porque pelo menos eles tinham, não é todo dia que eles saíam, mas tinha assim, um lazer aqui outro ali, vai no jardim e nem isso tava podendo ter. Então, eles sentiram ficaram ansiosos, né? A gente percebia que eles ficavam mais agitados porque só podiam ficar delimitados nesse espaço. E outra, eles pararam de receber visitas da comunidade, né. Então isso fez muita diferença. (Lótus).

Sabe-se que a pandemia atravessou todas as formas de relacionamentos. De acordo com Behring e Boschetti (2021), a pandemia desnudou no Brasil e demais países do mundo o aniquilamento da seguridade social e dos direitos trabalhistas, fortemente impactados com os ajustes fiscais. A pandemia trouxe luz às ausências perversas de direitos, e sempre:

Os mais atingidos pela pandemia foram a parcela mais pobre da classe trabalhadora, moradora das favelas e periferias sem condições adequadas de saneamento e meios de prevenção, com dificuldades de acesso ao SUS saturado, sendo a maioria de pessoas negras (Idem, p. 77).

Torna-se nítido, assim, que a condição de pobreza conjugada a falta de acesso a serviços básicos, além do agravamento causado pela pandemia, tem se configurado como motivador para o acolhimento e a ruptura dos laços afetivos da criança com a família. Esta questão nos leva a refletir sobre o quanto a realidade pandêmica favoreceu para que a sociedade de modo geral necessitasse de maior rigor em suas regras de convívio social com a comunidade, o que na instituição tornou-se mais rigoroso em seu contexto, de acordo com seus limites.

3.4 Desafio da experiência em imagens com imagens

As estratégias para a realização da pesquisa de campo foram repensadas após a qualificação do nosso projeto de mestrado. Na situação, a banca sugeriu que direcionássemos nossas ações diretamente às crianças da instituição, buscando captar suas percepções acerca do brincar.

Deste modo, iniciamos a investigação utilizando a fotografia, como já mencionado no capítulo no ponto anterior (3.3), mas no decorrer do trabalho, seguindo as sugestões da banca⁴³ de qualificação, alteramos as estratégias de nossa pesquisa que, a partir de então, estiveram mais direcionados às crianças.

Inicialmente, havíamos proposto uma pesquisa utilizando apenas a observação, entrevista com as profissionais da instituição e análise de dados. Contudo, após a ocasião da qualificação do nosso projeto, iniciamos o trabalho na perspectiva de ouvir e falar com as crianças, por meio das oficinas de desenhos e brincadeiras.

Dentre os grandes desafios que vivenciamos, sobressaiu o fato de que as pessoas não estavam habituadas com a ideia de uma pesquisa utilizar-se de imagens. Ainda mais que, por estarmos em um ambiente institucional, sabe-se que as vigilâncias são constantes, e que, fotos com crianças e adolescentes acolhidos não devem ser divulgadas, a fim de preservar a imagem destes sujeitos.

Sabe-se que, de acordo com Rigon (2021), o valor das imagens para os estudos etnográficos é recente, pois há pouco tempo o espaço das imagens era somente nos “anexos”, indicando que as palavras eram as grandes fornecedoras de compreensão e entendimento das inúmeras questões de estudo. *“Como argumentou Margaret Mead (2003), algumas das razões para isso poderiam ter sido os altos custos dos equipamentos e a necessidade do desenvolvimento de habilidades especiais para fotografar, filmar ou desenhar”* (Idem, 2021, p. 38).

Entretanto, a certeza de que as imagens são importantes recursos para estudos, reflexões e análises têm se intensificado. Ainda, as imagens contribuem para a elaboração de políticas públicas, indicando formas de sobrevivência, culturas, resistências de um povo e denunciando violências. As imagens tornam visíveis os processos invisíveis.

Em nossa experiência, constituiu-se em um grande desafio pesquisar em imagens, haja vista que nossa formação em Serviço Social não possui nenhuma relação com a pesquisa em imagens, e que, nas entrevistas com os profissionais e

⁴³ Composta pelos professores: Dr. Emiliano Dantas, Dr.^a Teresa Peixoto, Dr.^a Juliana Mendes e nossa orientadora, Dr.^a Caterine Reginensi.

oficinas com as crianças e adolescentes, percebíamos que havia certa expectativa para atividades e/ou perguntas infundáveis acerca de algum determinado assunto.

Era comum durante as oficinas ouvir os profissionais falarem para as crianças: *“façam o que a tia disser!”*, quando na realidade nossa busca utilizando imagens e outros recursos que diremos adiante, era ouvir e compreender o que as crianças tinham a dizer sobre as imagens e recursos que utilizamos. As imagens serviram-nos de âncora para investigar a realidade.

CAPÍTULO 4 – EXPERIÊNCIA EM IMAGENS – A CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES VISTA PELAS CRIANÇAS ACOLHIDAS

4.1 – O que é a cidade?

A fim de conhecer as questões em foco nesta pesquisa, pela ótica das crianças, realizamos 6 encontros em duas instituições de acolhimento, a saber: Lara e Despertar, ambos localizados na cidade de Campos dos Goytacazes-RJ e gerenciados pela prefeitura, por meio da Fundação Municipal de Infância e Juventude (FMIJ), que é um órgão responsável pela execução de diversas políticas sociais que assegurem os direitos das crianças e adolescentes do município.

Acerca dos primórdios da FMIJ, Capdeville (2010, p. 56), afirma o seguinte:

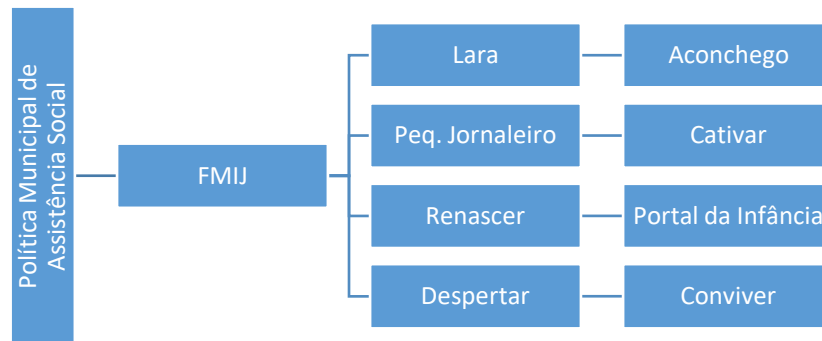
Eliane Farhat (1992) remete o início da história da FMIJ à Constituição Federal de 1988. Destaca que com a promulgação da Carta, os municípios viram-se diante da necessidade de responder às demandas apresentadas pela infância e adolescência. Até então, as estratégias de enfrentamento problemática em torno deste segmento eram estabelecidas e implementadas pelos governos federal e estadual.

Neste sentido, seguindo este percurso histórico o acolhimento Lara foi fundado em 1996 por iniciativa privada, mas posteriormente vinculou-se à FMIJ⁴⁴, (CAPDEVILLE, 2010). E o acolhimento Despertar, localizado no Parque Tamandaré, foi resultado do desmembramento do Lara que à época estava recebendo um grande número de crianças tendo a necessidade de ampliar seu atendimento. Ambas instituições atendem crianças e adolescentes de 0 a 18 anos, meninas e meninos.

Insta detalhar, que acerca da política direcionada para crianças e adolescentes, de acordo com os aprofundamentos de Capdeville (2010), a FMIJ, no âmbito da política de assistência social municipal, é responsável por administrar os serviços dispensados nas casas de acolhimento localizadas na cidade de Campos dos Goytacazes-RJ, como se expõe abaixo:

⁴⁴ Criada em 1990.

Figura 6 – Organização hierárquica da FMIJ na Política de Assistência



Fonte: Elaboração própria.

Assim, pesquisamos duas instituições: Lara e Despertar, onde vivenciamos experiências com crianças e alguns adolescentes acerca do sentido da cidade de Campos/RJ. Tais experiências foram muito intensas, pois revelaram que a cidade se apresenta de formas completamente díspares de acordo com a vivência e tempo de institucionalização de cada criança. O que é a cidade para a criança/adolescente que mora em uma instituição? Na primeira ocasião em que estivemos com eles, sugerimos que desenhassem o que é a cidade de Campos dos Goytacazes.

Sendo assim, os encontros se sucederam como se expõe abaixo:

Figura 7 – Tabela das oficinas realizadas com as crianças/adolescentes

Datas	Oficina	Lara			Despertar		
		Participantes	Sexo	Id.	Participantes	Sexo	Id.
06/05	1º O que é a cidade.	3	2 meninas 1 menino	6 e 11 anos	5	2 meninos 3 meninas	11 a 13
20/05	2º Memórias da minha cidade.	3	2 meninas 1 menino	6 e 11 anos	6	2 meninos e 4 meninas	11 a 13 anos
27/05	3º Jogo de memórias sobre a família, o brincar e a cidade.	3	2 meninas 1 menino	6 e 11 anos	4	2 meninos e 2 meninas	11 a 13 anos
06/07	4º O que eu mudaria na casa.	3	1 menino e 2 meninas.	4, 6 e 11 anos.	6	2 meninos e 4 meninas.	11 a 13 anos.
18/07	5º Brincadeiras	4	1 menino e 3 meninas	4, 6 e 11 anos.	10	5 meninos e 5 meninas	5 a 13 anos
18/07	Despedida	4	1 menino e 3 meninas	4, 6 e 11 anos.	6	2 meninos e 4 meninas	11 a 14 anos

Fonte: Elaboração própria.

Lara - 1ª Oficina com as crianças: Desenhar o que é a cidade ⁴⁵

Figura 8 – Mãos que desenhavam

Fonte: Arquivos da autora

⁴⁵ Na ocasião, fomos recebidas pela coordenadora, que nos atendeu e conduziu à uma sala onde as crianças estavam fazendo atividades.

No acolhimento Lara, tivemos a presença de apenas 3 crianças, sendo 2 meninas (6 e 11 anos) 1 menino (11 anos).

Nas ocasiões, buscamos contribuir para que ficassem bem à vontade a fim de expressarem suas próprias interpretações a respeito de seus próprios desenhos e suas imagens, seguindo os princípios de Dantas (2022a). Que em suas análises acerca de *Infâncias e narrativas imagéticas: a criança como leitora e autora do seu mundo*, baseando-se nos ideais educacionais de Paulo Freire e do antropólogo da educação, Ingold (2020), afirma que o seu texto intentava aproximar-se: *não sobre infância, mas com infância, levando em conta a criança como parte do mundo que também é forjado por ela numa malha de sentidos, memórias e interpretações em constante movimento de ser e estar* (DANTAS, 2022a, p. 126).

Nesse sentido, a fim de assegurar a proteção da identidade das crianças que participaram de nossa pesquisa, como previsto nas diretrizes acerca dos direitos das crianças/adolescentes, e, concomitantemente contribuir para que apesar de não mencionarmos suas reais identidades, elas possam ser porta-vozes de suas percepções e considerações. Utilizaremos nomes de árvores, pois de modo semelhante às árvores, acreditamos que as crianças precisam de uma terra boa e de um ambiente favorável ao seu desenvolvimento.

Cabe destacar ainda que nossa pesquisa não busca a explicação e tradução dos desenhos, mas o conhecimento e diálogo com as crianças e adolescentes que vivem em uma instituição, distante de suas famílias e precisando de proteção estatal. Nossa busca é escutar a palavra destes sujeitos sobre seus mundos e suas condições.

Figura 9 – Carro de Salgueiro



Fonte: Arquivos da autora.

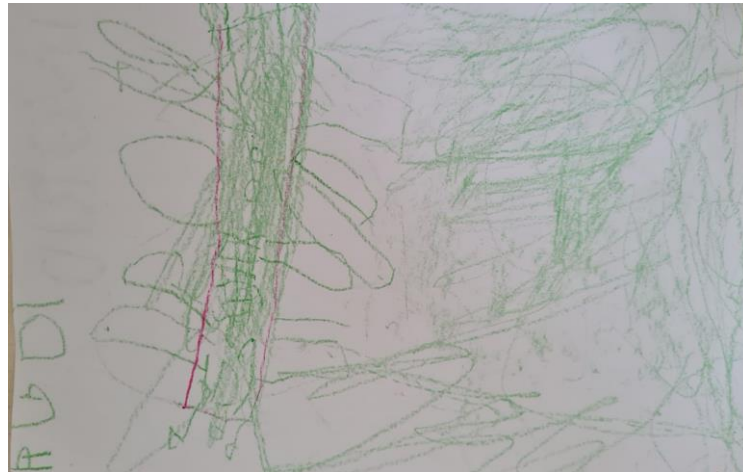
O primeiro desenho é do Salgueiro, 11 anos, institucionalizado há 8 meses. Salgueiro mostrou-se bastante tímido e inseguro quanto ao momento que vivenciávamos exibindo preocupação em atender às expectativas de nossa presença ali. E apesar de seus receios, respondeu de forma muito significativa ao que havíamos proposto, deixando claro o seu ansioso desejo de liberdade, pois desenhou um carro e relatou o seu desejo de possuir um veículo que pudesse dirigir. Ressalta-se o fato de que o carro que desenhou não estava andando em outro lugar a não ser o seu território de origem, o distrito de Pernambuco e ainda, “*não tem medo*”.

Cabe-nos indagar o “medo” que a cidade pode causar nas crianças, principalmente àquelas que já sofreram algum tipo de violação e vivenciam as multifacetadas formas de violência. Em suas análises, Estevens (2022), relata a importância de que os espaços públicos sejam pensados coletivamente, pois o desenvolvimento das crianças está totalmente atrelado à forma que a cidade se apresenta para estes sujeitos em desenvolvimento. A autora ainda menciona acerca de empecilhos como: “*poluição, trânsito, falta de espaços livres e a existência de obstáculos ou a falta de contato direto com a natureza*” (p.182), que dificultam esse sentimento de pertencimento e segurança, na cidade.

Ainda, há a violência que invisibiliza as crianças e não possibilita o espaço de fala destes sujeitos. Quando a proteção se transmuta para um tipo de cuidado que domina os ambientes e deturpa o sentido de proteger os mais frágeis da sociedade.

É nesse sentido que Quixadá (2022), analisando o “não lugar” vivenciado pelas crianças que residem nas periferias, afirma que esse espaço experimentado por estes sujeitos é o espaço da exclusão, da ausência de segurança e negação das políticas urbanas.

Figura 10 – Cidade de Jacarandá



Fonte: Arquivos da autora.

Para olhos comuns, a figura 9 parece apenas rabiscos de uma criança na primeira infância, mas para Jacarandá, de 6 anos e institucionalizada há 2 anos, significava a cidade. Jacarandá também estava tímida e apresentava algumas dificuldades na fala, mas persistia em conversar conosco. Para ela, Campos é formada por: *borboletas, ponte, borboletas verdes e árvores*. Interessante notar que próximo à instituição há pontes e árvores e que, possivelmente, esse seja o seu percurso de ida e volta à escola.

As Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento (2009) descrevem que as crianças e adolescentes acolhidos devem permanecer ou iniciar a participação em atividades culturais, de esporte, religiosas e outras, pois a instituição não deve servir de empecilho à convivência familiar e comunitária⁴⁶. Contudo, sabemos que esse período pandêmico afetou significativamente esse direito da convivência com a comunidade e, especialmente, as saídas das crianças. Sendo assim, acreditamos que

⁴⁶ Salvo em casos específicos analisados pelo órgão judiciário e equipe técnica.

a percepção de Jacarandá sobre a cidade foi formada a partir de suas poucas experiências de passagem nas proximidades da instituição.

Figura 11 – Cidade de Palmeira



Fonte: Arquivos da autora.

Na figura 10, temos o desenho de Palmeira, com 11 anos de idade e 1 ano de institucionalização. Ela demonstrou bastante empenho em cumprir com a finalidade da oficina, sendo muito cuidadosa com o desenho e com as palavras utilizadas. O seu desenho exibe um dos lugares mais falados por elas durante as oficinas, A Cidade das Crianças⁴⁷. Pelos olhos de Palmeira, a cidade de Campos é formada por: árvores, carros, bicicletas, a Avenida 28 de Março, mais destacadamente a Cidade das Crianças.

Cabe aqui uma breve reflexão, como a cidade corresponde aos interesses das nossas crianças? Analisando as ações em torno das cidades e a participação das crianças, Müller (2022) discorre sobre a importância de não apenas escutarmos as crianças, mas de buscarmos um relacionamento humano mais amplo e profundo, a partir de suas falas. Trata-se de considerar o que as crianças têm a dizer e acreditar que elas podem dar respostas inteligentes/humanas às suas próprias necessidades e às necessidades gerais da sociedade. De fato, nas palavras da autora: *“uma criança sabe ser amiga...a cidade pode aprender com ela”* (p.178).

⁴⁷ Cidade das Crianças Zilda Arns. Inaugurada em 2015. É um espaço de lazer para crianças, marcado pela estrutura em forma de castelo, com brinquedos, árvores e espaços livres. Fonte: https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=34049 . Acesso em: 04/10/2022.

O olhar mais sensível e atento às necessidades infantis considera de forma mais humana as urgências de todas as pessoas. E nessa direção, é permitindo a participação das crianças e adolescentes e, principalmente, das crianças menores, que construiremos uma cidade que também seja das crianças e para as crianças. Talvez, a cidade ideal para uma criança seja a cidade ideal para qualquer pessoa (MÜLLER, 2022).

Figura 12 – Mãos que desenhavam

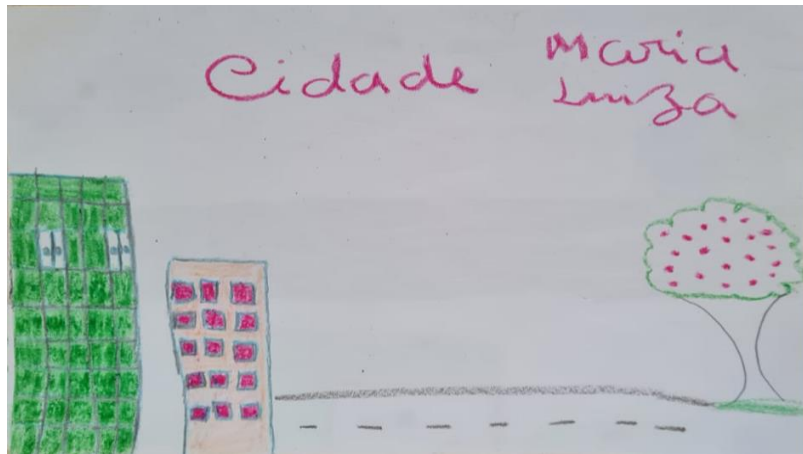


Fonte: Arquivos da autora

Despertar - 1ª Oficina com os adolescentes/criança: Desenhar o que é a cidade

A seguir, estão dispostos os desenhos elaborados pelas crianças e adolescentes do Acolhimento Institucional Despertar, com a participação de 1 criança e 5 adolescentes. Neste acolhimento, não conseguimos obter contato com as crianças de 6 a 12 anos, como havíamos planejado. Contudo, a coordenadora e os adolescentes foram tão receptivos e abertos à nossa participação, que aproveitamos a oportunidade de conhecê-los e ouvir suas percepções.

Figura 13 – Cidade de Oliveira



Fonte: Arquivos da autora

Na figura 13, temos o desenho de Oliveira, com 13 anos de idade e 4 anos de institucionalização. Nesse primeiro contato, os olhares da adolescente pareciam uma busca por compreender o porquê de nossa presença e o quê fazíamos ali. Oliveira era mais calada e não falava muito, mas logo assim que começamos a desenvolver as oficinas ela prontamente se apegou a nós.

Os traços do seu desenho indicam relativa facilidade em descrever a sua cidade, onde há uma rua, árvore e prédios. De modo curioso, o seu desenho era a visão que se tem da rua, a partir da varanda do acolhimento. É interessante notar que essa diferenciação do espaço onde ela está para o espaço de modo geral da cidade, parece ser recortada ou incompreendida. Talvez, porque a sua vivência nesta cidade esteja tão reduzida que sua cidade seja apenas o que se vê de dentro da instituição.

Importante perceber que, por melhor que seja a instituição, ela cria um tipo de mundo e de cidade para os sujeitos que ali residem. O acolhimento em questão, localiza-se em uma área nobre da cidade, e, durante uma de nossas conversas os adolescentes relataram que a confeitaria ao lado, sempre mandava alguns pedaços de bolo para eles. Seriam pedaços de bolos feitos para eles ou sobras de bolos doadas por um profundo sentimento de comisseração?

Cabe aqui uma breve digressão – O que esse bairro (seus moradores, empresas e etc.), onde está localizado o acolhimento, expressa para esses sujeitos que vivem no acolhimento? Qual a percepção que se tem quando se está longe de sua família, vivendo em uma instituição que se localiza dentro de um bairro nobre? Como é perceber que no “seu” bairro, todos vivenciam experiências completamente díspares de suas experiências em seu bairro de origem?

Neste sentido, compreendemos que o desenho de Oliveira parece indicar sua pouca relação com os espaços do lado de fora da instituição, indicando talvez a não correspondência daquele espaço com a vivência da adolescente.

Insta destacar que as Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento (2009) descrevem acerca de questões primordiais para que a vivência dos acolhidos seja mais humana e próxima de suas realidades, explicando como devem ser os aspectos físicos da instituição, no que tange à *localização* e *fachada*. Como se vê abaixo:

Localização:

Áreas residenciais, sem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da realidade de origem das crianças e adolescentes acolhidos.

Fachada e aspectos gerais da construção:

Deverá manter aspecto semelhante ao de uma residência, seguindo o padrão arquitetônico das demais residências da comunidade na qual estiver inserida. Não devem ser instaladas placas indicativas da natureza institucional do equipamento, também devendo ser evitadas nomenclaturas que remetam à aspectos negativos, estigmatizando e despotencializando os usuários (2009, p.68).

Figura 14 – Atacadão dos Queijos



Fonte: Arquivos da autora.

Seguindo as análises, a figura 14 é o desenho de Figueira, 13 anos de idade e 3 anos de institucionalização. Figueira é falante, parece ter mais idade do que realmente tem e gosta muito de conversar. Logo nos chamou de tia e disse que gostou da nossa presença ali. O seu desenho sobre a cidade é curiosamente uma mercearia especializada na venda de queijos e frios, “*atacadão dos queijos*”, localizado próximo ao acolhimento. No desenho de Figueira tem produtos nas prateleiras do comércio, carros na rua, um prédio e abaixo das prateleiras, ela escreve: “um tempo lindo!!!”

Em nosso diálogo, Figueira comentou que gosta muito de ir ao “atacadão”, mas que nem sempre pode porque “lá é tudo caro”. E mais uma vez, ficamos a refletir sobre qual a correspondência desta casa, neste bairro e como essa realidade ao entorno de casas de alto padrão se comunica com estes sujeitos que vivem nesta instituição.

Interessante pensar neste “*tempo lindo!!!*” E indagar: como será um tempo lindo para uma adolescente que já vive há 3 anos em uma unidade de acolhimento? Nesta primeira oportunidade, não pudemos aprofundar o contato, pois os adolescentes tinham compromissos com aulas de natação e outras, mas por que não perguntamos para eles sobre o que é lindo antes de formularmos as políticas?

É analisando essa importância da partilha com as crianças, que Quixadá (2022) discorre que é fundamental haver momentos onde esses sujeitos possam falar de seus temores, violências e sentimentos de modo geral, que socialmente constroem a sua vida e o seu ser. Assim, nos termos da autora, a cidade poderá ser “*afetada*” pela lógica e interesses das crianças/adolescentes, passando a viver uma “*micropolítica das afetações*” (p.221) e, talvez, viver “*um tempo lindo!!!*”

Figura 15 – Praia de Flamboyant



Fonte: Arquivos da autora.

Na figura 15, vemos o desenho de Flamboyant, 13 anos de idade e 7 anos de institucionalização. Apesar de sua tenra idade, ele parecia um jovem adulto quando o conhecemos pela primeira vez, com olhos baixos, pouco sorriso e pouco contato conosco, mas conseguindo expressar de modo muito significativo a sua cidade. Acreditamos que o seu olhar cabisbaixo tem profunda relação com o seu tempo de acolhimento, considerando que, para que ele permaneça durante tantos anos na instituição, não deve haver nenhum vínculo familiar. Ou que talvez, tenha ocorrido alguma tentativa de retorno à família de origem que foi malsucedida, ou até alguma adoção que não tenha se efetivado. Enfim, as histórias vivenciadas por estes adolescentes e crianças, que neste estudo são árvores, são permeadas por questões das mais diversas.

Flamboyant disse que sempre gostava de ir à praia quando estava morando com seus familiares e desenhou a praia de Grussaí, que fica localizada no município de São João da Barra⁴⁸. Também comentou que gosta muito de desenhar e, durante as oficinas, pudemos afirmar o quanto os seus desenhos conseguiram exprimir o que ele desejava dizer. No seu desenho percebemos que sua praia era própria, tinha cores próprias e percepções sensíveis sobre a sua cidade, a praia.

⁴⁸ Cidade vizinha que até o ano de 1850, fazia parte da cidade de Campos dos Goytacazes. Fonte: Disponível em: <<https://www.sjb.rj.gov.br/site/pagina/historico/1/2>> Acesso em: 05/10/2022.

O anseio pela liberdade, de modo diferente desta vivenciada na instituição, é visível nas falas de Flamboyant. Sempre que tínhamos a oportunidade de conversar sobre quaisquer assuntos relativos à brincadeiras e lugares, ele sempre se referia à sua cidade, a praia.

Figura 16 – Cidade de Macieira



Fonte: Arquivos da autora.

Na figura 16, temos o desenho de Macieira, com 12 anos de idade e 3 anos de institucionalização. De modo semelhante à Oliveira, Macieira desenhou a cidade a partir da visão da rua onde fica localizada a instituição, mas diferente de Oliveira, ela desenhou como se estivesse registrando a sua cidade do lado de fora da instituição.

Chama-nos atenção o fato de que a mesma instituição pode ser percebida de inúmeras formas pelos sujeitos que experimentam a vivência em uma instituição de acolhimento.

Figura 17 – Gol do Eucalipto



Fonte: Arquivos da autora.

A figura 17 é do Eucalipto, a única criança do Acolhimento Despertar que pôde participar da nossa oficina. Eucalipto tem 11 anos de idade e está no acolhimento há 3 anos junto com suas irmãs, uma delas é a Macieira. Eucalipto desenhou o que mais gostava de fazer na sua cidade, jogar bola! Sem muitas indagações, ele desenhou seu campo de futebol ao céu aberto, o gol e a bola. Simples e cheio de significados sobre o ser uma criança e poder experimentar sua cidade e suas brincadeiras.

Ao explicar o significado de seu desenho, Eucalipto relatava com um aparente sentimento de propriedade sobre o seu desenho, seu gol, sua história.

4.2 Morar em Campos dos Goytacazes – RJ, na instituição, e o sentido da cidade, da família e do brincar para crianças/adolescentes acolhidos

2º Oficina – Memórias dos espaços da minha cidade

Imagens utilizadas⁴⁹:

⁴⁹ Fontes: <https://4.bp.blogspot.com/-W1wM-8Sosy4/TtK9ZpqROSI/AAAAAAAAACs/tWR9HXIwVpc/s1600/FarolSaoTome1.jpg>; <https://www.jornalterceiravia.com.br/2020/09/08/boulevard-shopping-campos-amplia-horario-de-funcionamento/>; <https://omilenio.com.br/sesc-rj-assumira-a-unidade-de-grussai/>; https://campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=36426; <http://mapadecultura.com.br/manchete/mercado-municipal-de-campos>; <http://campos24horas.com.br/noticia/254124-2>; https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=59874; <https://campos.portaldacidade.com/noticias/cidade/jardim-sao-benedito-e-reinaugurado-em-campos-3559>; <https://campos.portaldacidade.com/noticias/cidade/jardim-sao-benedito-e-reinaugurado-em-campos-3559#gallery-4>; https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g2348125-d4057335-Reviews-Grussai_Beach-Sao_Joao_Da_Barra_State_of_Rio_de_Janeiro.html; <https://instagram.com/p/29s6y1BwFt/>.



1



2



3



4



5



6



7



8



9

© Gabriel Siqueira

1. Fig. 18 – Farol de São Thomé
2. Fig. 19 – Shopping Boulevard
3. Fig. 20 – Museu histórico de Campos.
4. Fig. 21 – Mercado municipal.
5. Fig. 22 – Cidade das crianças.
6. Fig. 23 – Lagoa de Cima.
7. Fig. 24 – Brinquedo do Jardim São Benedito.
8. Fig. 25 – Praia de Grussaí/SJB.
9. Fig. 26 – Praça São Salvador.

Análise imagens de lugares da cidade

No intuito de perceber os espaços da cidade pelos olhos infanto-juvenis, realizamos uma oficina utilizando imagens de alguns lugares da cidade⁵⁰, a fim de apreender qual o sentido desses locais para as crianças/adolescentes e como se dá a apropriação destes espaços para eles enquanto sujeitos em desenvolvimento, que sofreram algum tipo de violação e, atualmente, estão institucionalizados.

Cabe informar que para esta análise utilizamos o exemplo de Rigon (2021) que, em seus estudos na organização de imagens para análise, seguiu o percurso de importantes estudiosos da antropologia que buscavam analisar os *“fenômenos culturais por formas; observar as relações e conexões entre eles; e, por fim, produzir novos questionamentos e reflexões sobre o contexto urbano”* (Idem, p. 39).

Por isso, organizamos esta análise na forma de pranchas, o que torna possível que compreendermos o sentido destes fenômenos de modo conjunto, onde possamos enxergar as relações e questionamentos que há entre eles.

Figura 18 – “Nunca vi” - Ao observarem a imagem, somente algumas crianças souberam que lugar era aquele, os adolescentes responderam que nunca haviam visto a torre e que desconheciam. Importante perceber que a maior parte do grupo das crianças/adolescentes que participaram da nossa oficina responderam que sempre residiram na cidade de Campos. É muito significativo o fato de que a única praia da cidade seja tão pouco conhecida por estes sujeitos.

⁵⁰ Excepcionalmente, utilizamos a imagem da praia de Grussaí em São João da Barra, pois um dos adolescentes relatou anteriormente sobre sua relação com esta praia.

Insta relatar que, medindo 45 metros de altura a torre Farol de São Thomé, foi inaugurada em 29 de julho de 1882, para auxiliar os marinheiros em suas atividades e contribuir na identificação de possíveis perigos e condições adversas, que poderiam ocasionar situações de risco aos navegantes. O farol foi projetado pelo mesmo engenheiro que criou a Torre Eiffel, o francês Gustave Eiffel⁵¹.

Atualmente, a praia do farol é sinônimo de lazer para os campistas e veranistas que procuram um lugar para descansar durante as férias ou período de verão. A praia recebe turistas de todas as partes da cidade, de outros municípios e estados que buscam desfrutar de sua agradável orla, rodeada por quiosques, sorveterias, pousadas, hotéis e pelas casuarinas⁵² que com suas sombras contribuem para o clima agradável.

Ao visualizarem a figura 19, grande parte das crianças e adolescentes responderam que era o Shopping Boulevard, seguidamente, contaram as histórias que vivenciaram no local. Lembranças do cinema, de personagens e outras mais que infelizmente não pudemos detalhar neste estudo, pois como a imagem lhes trouxe muitas memórias todos quiseram contar suas histórias ao mesmo tempo. De modo diferente, sobre a figura 19 não souberam descrever o que lembravam do local e de suas experiências, alguns apenas mencionaram que era um “museu”.

As demais imagens foram identificadas de modo peculiar por cada criança/adolescente. Entretanto, observamos que, de todas as imagens que compartilhamos com eles, a que mais tiveram recordações foi a imagem do Mercado Municipal. Quando perguntados sobre o local, prontamente responderam da lembrança do cheiro, das frutas, das pessoas e etc. Ouvimos respostas como: *“aquele lugar que tem cheiro de peixe.” ... “tem tomates”. “mercado de peixes.” “peixe fedorento.” ... “mercado” ... “banana” ... “tomates... “pessoas.”*

Sobre as outras figuras, souberam identificar, mas com poucas recordações que os fizessem lembrar de cheiros e coisas de formas tão específicas como as memórias do Mercado.

⁵¹ Disponível em: <<https://www.praiafaroldesaothome.com.br/p/historia.html>> Acesso em: 06/10/2022.

⁵² Tipo de árvore existente em toda orla da praia do Farol.

3º Oficina: Jogo de memórias sobre a família, o brincar e a cidade.⁵³

A oficina de jogo de memórias foi realizada com base no exemplo do antropólogo visual, fotógrafo e pesquisador, Dantas, que de acordo com o seu site⁵⁴, em sua pesquisa de doutorado (2019) intitulada de: *A imagem enquanto leitura e escrita do mundo: o leveve⁵⁵ e a ferida colonial em São Tomé*, confeccionou um jogo com fotografias para conversar com jovens moradores de São Tomé e Príncipe, explorando o sentido das plantações de cacau e a roça, a partir das memórias dos jovens.

Figura 27 – Jogo de Memórias



Fonte: Arquivos da autora.

Em nossa experiência, criamos um jogo de memórias com imagens previamente selecionadas. Não utilizamos o jogo de memórias da forma convencional, pois nossa proposta era de que as crianças e adolescentes falassem de suas memórias a partir das seguintes categorias: famílias, brincar e cidade.

⁵³ Esta foto acima foi tirada no acolhimento Lara. Não conseguimos o mesmo no acolhimento Despertar, haja vista que tirar fotos no ambiente da instituição causa aparente incômodo aos profissionais e técnicos das instituições, pois sabe-se que as imagens de crianças/adolescentes acolhidos não devem ser divulgadas e/ou compartilhadas em redes sociais para a proteção destes sujeitos. Ademais, como nossa presença no local trazia relativo desconforto à rotina da instituição, não era corrente a oportunidade de tirar fotos.

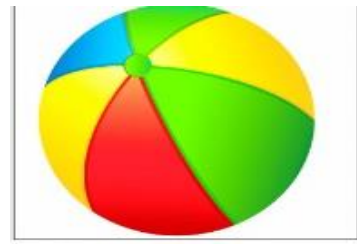
⁵⁴Disponível em: <https://www.emilianodantas.com/bio> Acesso em: 25/10/2022.

⁵⁵ Segundo o autor (2019), o termo refere-se a um modo de vida característico de São Tomé, onde a preocupação com o futuro não existe nas atividades diárias e da história.

Já neste terceiro encontro, a percepção que tivemos era de que em cada oficina nos tornávamos mais próximas das crianças/adolescentes e vice-versa. Na ocasião, em ambas as instituições fomos surpreendidas pela reação dos participantes, que demonstraram uma intensa curiosidade em saber o que havíamos levado para a atividade em questão. Em especial neste dia, todos queriam participar, ver e tocar as peças que foram dispostas sobre a mesa e, apesar de nossa tentativa de escutar e dar atenção a todos em suas histórias e memórias, não foi possível.

A brincadeira aconteceu da seguinte forma:

- Selecionar a peça;
- Virar a peça;
- Falar o que é;
- Falar o que a imagem lembrava.

Imagens utilizadas:**Fig.28****Fig. 29****Fig. 30****Fig. 31****Fig. 32****Fig. 33****Fig. 34****Fig. 35****Fig. 36****Fig. 37****Fig. 38****Fig. 39****Fig. 40****Fig. 41****Fig. 42**

Figuras 28, 29 e 30

“Sei não”.

“Me lembra de um lugar aonde eu fui no cinema, lá tem uns brinquedos”.

“Esse urso me lembra – qual é o nome daquele desenho dos ursos? Não, daqueles bichos que têm um triângulo aqui, um retângulo, um quadrado, uma estrela, que eles são nenéns.... É um neném grandão. É na Globo play. Aquele boneco da turma da Mônica dentuça com aquela cara assim de que toda vez que eu ia dormir, eu tinha medo dela. Eu se tapava debaixo da coberta”.

“Feijão, macarrão. Serve para brincar de comida”.

“Eu lembro de brincar”.

“A primeira panelinha de Flor (irmã), o kit de panelinha dela”.

“Isso aqui é uma bola. Isso me lembra a primeira bola que eu tive, ela era azul e preta”.

“Jogar bola”.

Nas análises acerca do brincar, em seu livro: *o Brincar e a Realidade* (2019), o pediatra e psicanalista infantil, Dr. Winnicott, menciona alguns casos clínicos onde a brincadeira sempre surge como o que chama de “*tipo de autocura*” (p.81). Para nós, além desta capacidade terapêutica, o brincar é revelador das percepções infantis e juvenis do que seja a vida, suas condições, perdas, ganhos e frustrações. E ainda, nas palavras do autor: “*brincar é natural*” (p.74).

As falas dos participantes apresentam essa naturalidade do brincar nas lembranças diversas, cruzadas e empolgantes com que cada sujeito relatou suas experiências e memórias reveladoras com as imagens das peças do jogo. É seguindo essa lógica de pesquisa, que as autoras: Quixadá, Barbosa e Távora (2022)⁵⁶ desenvolveram um trabalho de contação de histórias com a participação das crianças/adolescentes, que em sua metodologia objetivavam contribuir para a minimização da cultura de *hipervalorização* da fala dos adultos em detrimento das considerações infantis e juvenis.

⁵⁶ Artigo: Contação de histórias, ludicidade e participação da criança. In: *Infância em Territórios de (in)segurança*. P. 102-123.

Figuras 31, 32 e 33

“Lembro da minha mãe, eu e minha irmã”.

“Lembro da família de Tia Diana”.

“Por que que tem que ser assim? Eu lembro da última família que eu tive agora em 2021, mas não deu certo.”

“Por que eu só pego coisa (peça) de família? Ó aqui eu lembro da minha mãe, de Yasmin... Minha avó eu nunca conheci, eu não conheci nenhuma das duas vós, eu só conheci meu avô, pai da minha mãe e o pai do meu pai não conheci.” “Representa minha família, meus (sic) irmão...”

“Lembro da minha família”.

Falar e ouvir sobre família, pareceu-nos desafiador e potencializador para estes sujeitos, neste ambiente. São memórias sensíveis e íntimas, carregadas de situações complexas com históricos de violências, desproteção e saudades. Dentre as falas, a que mais nos marcou foi: *“Eu lembro da última família que eu tive agora em 2021, mas não deu certo”*. Nesse momento, ficamos a refletir sobre o que as famílias, sociedades e governos poderiam fazer para dar certo... talvez, começar ouvindo as crianças e adolescentes.

Após fazer essa declaração, cabisbaixa a adolescente entregou a peça demonstrando o quanto falar sobre família mexia profundamente com sua alma. E nós, em silêncio nos recordamos dos escritos de Kilomba (2019), que ao discorrer sobre a máscara de ferro utilizada por alguns escravos, em especial pela escrava Anastácia, relata que o ato de silenciar ou de falar, exprime formas de poder e autoridade que envolvem quem fala e quem escuta.

Ouvir, então, está relacionado com o poder de autorizar essa ação, pois se há quem escute, há quem fale. O falar e o não falar promovem os sentimentos de pertencimento e negociação entre os sujeitos que dialogam. *“Alguém pode falar (somente) quando sua voz é ouvida”* (KILOMBA, 2019, p.42).

Neste caso, decidimos ouvir as falas e gestos das crianças. Algumas acompanhadas de expressões de sofrimento, de desprezo e esperança, como já descrito acima, mas, sobretudo, de poder falar.

Figuras 34, 35 e 36:

“Bicicleta de rodinha”.

“Eu não lembro de nada. Eu aprendi a andar de bicicleta com 3 anos... sem roda, tá tia? Sem roda”.

“Eu lembro da minha bicicleta que era branca, na verdade a bicicleta era minha, mas falou que era de Eucalipto e deu uma pequenininha para mim rosa, mas foi a 1ª bicicleta que eu ganhei”.

“Me lembra um museu”.

“Não lembro de nada”.

“Eu lembro quando eu fui com a roupa do homem aranha apertadona, quase aparecendo aqui, que tava com um rasgadão aqui em baixo. E eu pulei carnaval e ganhei um vale-sorvete”.

“Eu ia quase em todo shopping”.

“Cinema do Shopping”.

As memórias que os participantes compartilharam acerca das bicicletas e dos espaços da cidade, indicam a urgência de que a cidade também os escute e que os espaços sejam construídos possibilitando formas de acesso que também atendam aos interesses das crianças, de modo inclusivo. Compreende-se que esse desconhecimento dos espaços da cidade e das parcas memórias obtidas nos locais, revelam a ausência de uma cidade acessível e que torne as crianças/adolescentes visíveis.

Tornar visível faz parte do processo de compreensão de suas individualidades e necessidades de socialização, é proteger para que estes sujeitos sejam ouvidos e vistos nos mais diversos espaços da cidade. E ainda: *“a criança é menos protegida onde ela é menos visível”* (COELHO e CONCEIÇÃO, 2022, p. 36).

Trata-se de um olhar completo sobre as necessidades das crianças e adolescentes. É o que mostra o artigo de autoria de Coelho e Conceição (2022), sobre a importância de que as questões sociais que contribuem para o processo de vulnerabilização das crianças/adolescentes sejam tratadas para além dos olhares e análises fragmentadas e isoladas, mas em sua totalidade.

Sendo assim: *“Pensar na vulnerabilidade significa considerar sua limitação e, ao mesmo tempo, as condições de sua superação. Isso requer valorizar a qualidade*

dos relacionamentos e os espaços públicos que são atravessados pela infância”
(COELHO E CONCEIÇÃO, 2022, p.49)

Figuras 37, 38 e 39:

“Eu lembro de eu dando banho no cachorro... Ele tava com carrapato”.

“Eu gosto de cachorro. Ela tem medo (outro adolescente interfere) ... eu não tenho medo de nada (reposta)”.

“Não gosto de cachorro”.

“O cachorro que eu tinha, eu amo cachorro”.

“Eu acho esse bichinho aqui muito fofinho. Eu lembro do coelho da tia Jamilly.”

“Eu tenho medo dele, porque ele tem os olhos vermelhos. Mas ele precisa ter o olho vermelho?”

“Assistindo filme no cinema”.

“Isso me lembra um cinema. Me lembra várias coisas, ó. Eu vou te falar três: me lembra o shopping boulevard, a primeira vez que eu fui no cinema e o filme do falcão.”

A brincadeira recebeu um novo sentido quando as peças com figuras de animais domésticos começaram a aparecer. Dentre as inúmeras histórias e experiências diversas, crianças e adolescentes tinham muito a compartilhar. Histórias de cobras, cachorros que fugiam e outras mais, fizeram parte desse momento. É perceptiva a importância dessa relação com os animais, e nítido como tal experiência é constitutiva do ser criança/adolescente.

Contudo, não vislumbramos em ambas as instituições a presença de qualquer animal doméstico. É a constatação de que os espaços institucionais por melhores que sejam, sempre revelam a lógica institucional. Cabe uma aproximação com os clássicos estudos de Goffman (1974), que apesar de escrever a partir da lógica de instituições totais como manicômios, hospitais e presídios, esclarece que o controle exercido pelo processo de institucionalização leva à “perda do eu”.

O autor aponta que o principal marco da institucionalização se dá com o rompimento das relações comuns de liberdade entre as pessoas e lugares, que, na instituição, passa a ser delimitado e realizado somente em um local, de modo padronizado e com o mesmo grupo de sujeitos, sob o controle de uma autoridade.

Assim, na lógica dessas instituições questões como dormir, trabalhar e brincar, não se realizam sem uma autoridade, plano específico e tempo determinado. Ou seja, a vida, as necessidades comuns e todas as ações passam a ser racionalizadas, normalizadas e minimamente regradas.

Figuras 40, 41 e 42:

“Lembrei dali, olha, lembrei do Salesiano, do escorrega, lembrei disso daqui” (apontando para o balanço).

“Lembro do jardim São Benedito.”

“Eu lembro de uma igreja, eu indo para igreja.”

“De ir na igreja.”

“Eu lembro de uma igreja que eu fui passar o natal com tia Juliana.”

“Não me lembra nada.”

“Lembro da igreja São Salvador” (...) “Por causa da cruz” ... “Me lembra uma igreja da galinha voadora e um coração assim”.

“Lembro da praia de Rio das Ostras”.

“Eu lembro da praia do Rio de Janeiro, da mais calma”.

“Tomar banho de biquíni”.

4.3 – A casa pelos olhares das crianças – O que é a casa? 4ª oficina.

Figura 43 – Desenhando a casa



Fonte: Arquivos da autora

A 4ª oficina que realizamos com as crianças e adolescentes foi intensa e provocativa, mostrando o quanto os acolhidos têm a dizer sobre a casa aonde vivem, considerando suas realidades e experiências com as casas que moravam com a família, antes de serem acolhidos e a casa que é a instituição onde vivem.

Cabe destacar que no dia em que realizamos a 4ª oficina não pudemos conversar com as crianças/adolescentes acerca do desenho que fizeram, pois, o tempo foi insuficiente para tal, haja vista que todos tinham atividades planejadas com horários antecipadamente marcados.

Sendo o assunto “a casa”, impossível que alguns não lembrassem da família de origem. Contudo, a brincadeira mostrou que a concepção da casa como espaço de relações familiares e individualidades, não é tão comum entre as crianças/adolescentes. Haja vista que considerando o tempo em que alguns vivem no acolhimento e até transferências de outras instituições, essa perspectiva da casa como algo privativo não aparece com facilidade.

Durante a brincadeira, deixamos livre para que cada um desenhasse a casa que desejasse e da forma que melhor julgasse o que é a casa. Sendo assim, alguns desenharam a casa particular que gostariam de ter, pontuando que *“casa grande dá muito trabalho”*, outros desenharam espaços grandes, com muita semelhança com a instituição onde vivem. Fazendo afirmações como: *“eu quero ter uma secretária”* e ainda: *“eu não quero ter empregada, vou fazer tudo.”*

Nesse sentido, vale refletir acerca da construção dos espaços privados e coletivos e a importância de discutirmos os espaços pensando sobre as influências e impactos no desenvolvimento das crianças/adolescentes. Que podem ser afetados por comportamentos e ideais que primem apenas pela valorização da lógica dominante, definindo os significados de poder, sucesso e felicidade, com base na lógica capitalista (ESTEVENS, 2022).

4.4 – Desenhando o que eu mudaria na casa – “eu queria voltar para casa” ...

Figura 44 - A casa das crianças



Fonte: Arquivos da autora.

5ª Oficina: O que eu mudaria aqui?

A 5ª oficina foi marcada por muitas falas e interpretações das crianças. Diferente da oficina anterior, onde não tivemos a oportunidade de melhor conversar com os sujeitos da nossa pesquisa, considerando os compromissos e dinâmica institucional, a oficina em questão tem muito dos olhares dos participantes.

Oportunizar que estes sujeitos falem sobre o que desejam mudar na casa, suscitou uma série de sugestões acerca do quadro de profissionais das instituições, principalmente por haver ocorrido nesse tempo da nossa pesquisa uma mudança significativa no quadro de profissionais de uma das instituições, que incluiu a saída repentina da coordenadora. Tal mudança foi muito comentada pelos acolhidos que expressaram com clareza sua insatisfação, pois a “tia” que trabalha em uma instituição não é apenas tia, mas uma pessoa com quem se estabelece vínculos.

É o que Estevens (2022) menciona em seu artigo intitulado de: *Entrando em Casa de Passarinhos: Impasses ético-metodológicos em pesquisas com crianças institucionalizadas*, onde afirma que é imprescindível a compreensão de que as crianças podem falar por si mesmas e contar as histórias a partir do que entendem sobre determinada situação. A autora menciona o caso de uma criança que sofreu

abuso sexual e livremente contou sobre a violência, enfatizando que as crianças podem falar sobre as violências, estigmas e dores de forma espontânea.

Contudo, essa situação nos conduz à compreensão de que, apesar de tantos aparatos legais e reconhecimentos, o poder de fala ainda não é concedido às crianças/adolescentes, permanecendo a concepção de que a criança não sabe, não entende. Cabe indagar: Por que não perguntam às crianças/adolescentes sobre quais pessoas elas e eles consideram melhores para exercer um trabalho que é para a proteção deles e delas? Por que não os consultar antes?

Durante as oficinas, percebemos o quanto as mudanças interferiram diretamente nas emoções dos acolhidos, que desde então mostravam-se agitados, agressivos e muito emotivos na realização das tarefas do dia-a-dia e nas oficinas. Inclusive presenciamos uma situação onde precisamos interferir e impedindo que uma adolescente não agredisse uma criança. Entretanto, apesar dos desafios, era nítido o interesse de participação nas oficinas e assim pudemos realizar a atividade: “*O que eu mudaria aqui?*”, como se expõe abaixo:

Figura 45 – Hambúrguer

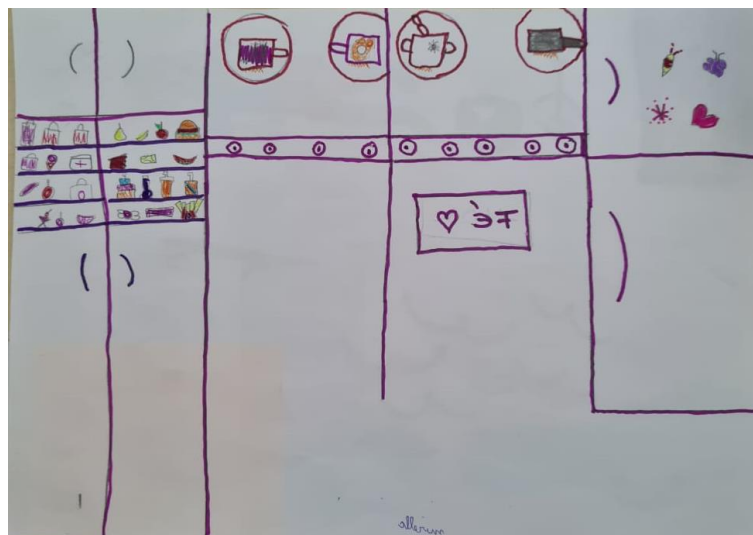


Fonte: Arquivos da autora.

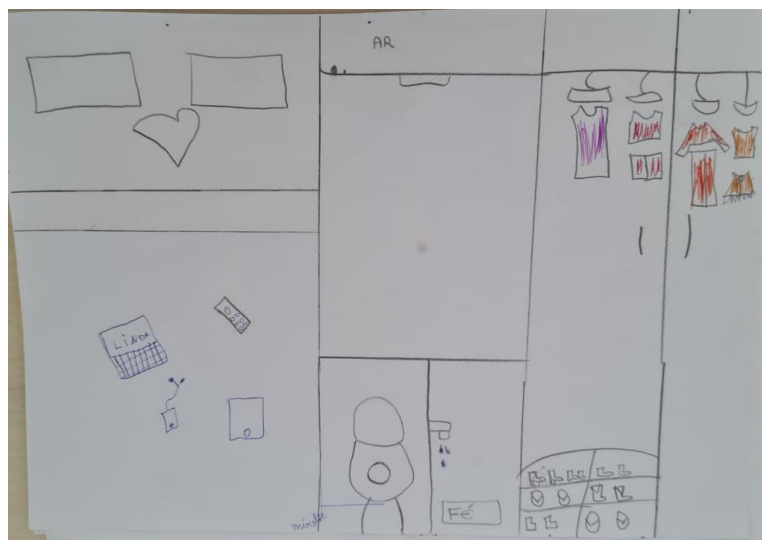
Figura 46 – Sala Samuel

Fonte: Arquivos da autora.

Eucalipto, 11 anos – *Todo o dia o almoço e janta seria lanche com maionese, ketchup e batata frita. Ia colocar corrimão na escada da sala.*

Figura 47 – Cozinha com “fé”

Fonte: Arquivos da autora.

Figura 48 - Quarto com suíte

Fonte: Arquivos da autora.

Figueira, 13 anos – *Iria colocar geladeira, tapete escrito fé, cooktop, armário com refrigeração para colocar bolo, sorvete, refrigerante, bala. No quarto com suíte, cama de casal só para mim, ar, controle do ar, banheiro, tapete escrito fé, armário e sapateira.*

Figura 49 – Piscina

Fonte: Arquivos da autora

Macieira, 12 anos - colocaria piscina, churrasqueira, trampolim, portão eletrônico e festa.

Figura 50 – Piscina com banheiro



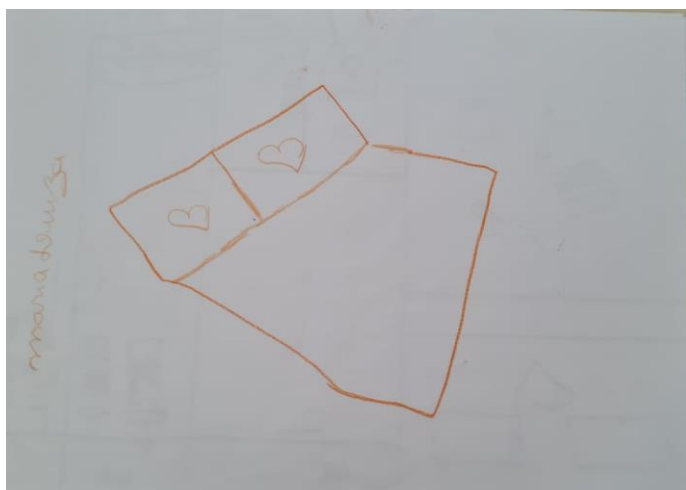
Fonte: Arquivos da autora.

Cerejeira, 12 anos - Não tinha barata, rato, que o gás não acabasse para não precisar ficar comprando. (Piscina, banheiro, flor, cadeira e churrasco).

Figura 51 – Portas e janelas



Fonte: Arquivos da autora.

Figura 52 – Cama

Fonte: Arquivos da autora.

Oliveira, 13 anos – “Não gostaria de mudar nada.”

Figura 53 – “Não sei o que desenei”

Fonte: Arquivos da autora.

Salgueiro, 11 anos – “Não sei o que eu desenhei. Não quero mudar nada. Não gostei daqui não. Eu queria andar de cavalo, queria voltar para casa.”

Figura 54 – “Piscina da vida”



Fonte: Arquivos da autora.

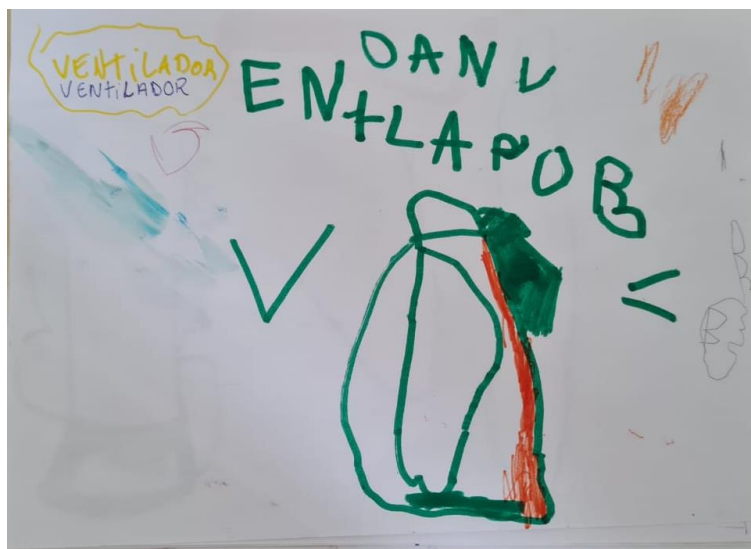
Figura 55 – Parque de diversão



Fonte: Arquivos da autora.

Carvalho, 11 anos - *Piscina⁵⁷ com led, colocar sauna com led, uma cama com led, guarda-roupa com led. Iria tirar tudo, mudar cozinha o berçário e colocar mais coisas de bebê... Ia mudar a sala da coordenação. Ia fazer um cantinho das tias (cuidadoras) dormir, porque elas precisam dormir um pouco mais.*

Figura 56 – Ventilador



Fonte: Arquivos da autora.

Jacarandá, 6 anos – *Mudar ventilador, guarda-roupa, porta, mochila, uma coisa diferente. Eu quero mudar cadeiras, eu queria muito mudar.*

Figura 57 – Origami “Gabriela”



Fonte: Arquivos da autora.

⁵⁷ Piscina da vida.

Flamboyant, 13 anos – Tia, tô cansado. Posso fazer um origami?

4.4.1 BRINCADEIRAS DE DESPEDIDA

Acolhimento Lara

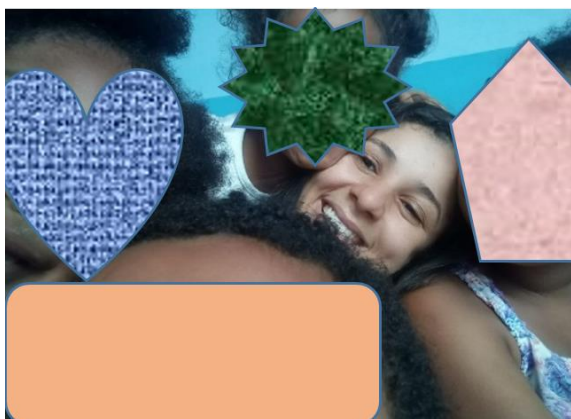
Figura 58 – Despedida



Fonte: Arquivos da autora.

Na oportunidade, perguntamos às crianças sobre o que elas mais gostariam de brincar e prontamente recebemos algumas respostas: *“Eu não gosto de brincar aqui não, eu gosto de andar de cavalo, quero ir para casa.”* *“Eu não gosto de brincar nessa sala não, tia.”* Contudo, brincamos de mímica. E esse brincar ecoou como o brincar para resistir.

Na despedida, dentre as muitas perguntas, duas insistentes: *“Tia, mas por que já acabou? Você vai voltar aqui, né?”* Conversamos um pouco e agradei a cada uma delas pela ajuda na minha pesquisa, disse que todas elas são muito criativas e capazes de desenvolver grandes coisas. As demais palavras? Me faltaram, pois o que posso desejar à uma criança que vive a vida dentro de uma instituição? O que dizer?

Figura 59 – Despedida

Fonte: Arquivos da autora

Acolhimento Despertar

Figura 60 – Jogo

Fonte: arquivos da autora

Neste dia, nos propomos a brincar com o que as crianças e adolescentes escolhessem, mas nossa proposta não foi bem recebida por todos. Uma das cuidadoras, esclareceu que como a instituição passa por um período de mudanças isso tem trazido significativas mudanças que interferem nas emoções e consequentemente no comportamento dos acolhidos. Contudo, foi possível brincar de banco imobiliário e pique alerta.

Semelhante ao acolhimento Lara, no momento da despedida, as crianças/adolescentes fizeram inúmeras perguntas, afirmando que gostariam que permanecêssemos no acolhimento e que futuramente fossemos trabalhar na instituição. As crianças e adolescentes demonstraram bastante afeto e pediram para que ficássemos por mais um tempo, que brincássemos com eles, mas a instituição

passa por uma fase de nova coordenação e gerência, o que trouxe alguns empecilhos para nossa presença no local.

Apesar da nova gerente ser bastante receptiva, as cuidadoras exibiam olhares temerosos e não se dirigiam diretamente a mim, chegando uma cuidadora a perguntar à uma das crianças acolhidas “quem é ela?”. Na ocasião, respondi que eu era pesquisadora da UENF, mas que já havia encerrado as atividades que fazia com as crianças. Nessa hora, o fato de haver encerrado a pesquisa me pareceu um grande alívio, pois não precisaria mais lidar com as burocracias e olhares temerosos da instituição.

Semelhante ao acolhimento Lara, no momento da despedida as crianças/adolescentes fizeram inúmeras perguntas, afirmando que gostariam que permanecêssemos no acolhimento e que futuramente fossemos trabalhar na instituição. As crianças e adolescentes demonstram bastante afeto e pediram para que ficássemos por mais um tempo, que brincássemos com eles, mas a instituição passa por uma fase de nova coordenação e gerência, o que trouxe alguns empecilhos para nossa presença no local.

Figura 61 – Despedida



Fonte: Arquivos da autora

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados de nossa pesquisa indicaram que os desafios em torno da efetivação dos direitos das crianças e adolescentes em face da questão social estão longe de se esgotar. Culturalmente, nossa sociedade contribui para que as famílias pobres e em sua grande parte negras, sejam sempre vistas como sujeitos sem fala, sem protagonismo, mas principalmente quando nos referimos às crianças e adolescentes.

A lógica estatal de promoção social da família pobre permanece na perspectiva de uma frágil e moralista proteção do sujeito para que a sociedade não padeça pelas terríveis consequências causadas pelo pobre que não produz, não trabalha, possui vícios e desorganiza a sociedade.

A estrutura da Assistência Social não corresponde efetivamente às necessidades das famílias que possuem carências multidimensionais e demandam ações mais assertivas no que se refere minimamente aos direitos sociais. A escassez de ações concretas culmina na fragilização das famílias mais pobres que acabam completamente debilitadas na sua função protetiva, pois como proteger desprotegido? Como não reproduzir a violência se a violência persegue e avilta quem não pode acessar saúde, segurança, educação e demais serviços públicos essenciais à dignidade da pessoa humana?

No lastro das reflexões, foi possível compreender que a omissão do Estado frente às demandas das famílias pauperizadas, aliada à ausência de ações protetivas, tem contribuído para o prolongamento da institucionalização de crianças e adolescentes. Neste contexto, ainda permanece o estigma da culpabilização das famílias pobres, sobressaindo a responsabilização unilateral da figura feminina pela incapacidade de oferecer cuidados aos filhos.

Foi possível compreender que ainda há uma cultura de segregação, racismo estrutural e afastamento dos pobres para “ordem” e “bom funcionamento” da sociedade. Nesta perspectiva, buscou-se ampliar a compreensão em relação ao fenômeno investigado a partir de uma pesquisa que visou captar a percepção das crianças sobre estar em uma instituição e brincar.

Nesta incursão, verifica-se que as instituições de hoje, chamadas de “acolhimento”, apresentam traços que guardam relações intrínsecas com o passado. Um dos principais traços diz respeito ao fato de que os acolhidos continuam sendo os filhos da classe trabalhadora, que em sua grande parte são negros, pobres e possuem algum tipo de deficiência.

As exigências que recaem sobre as famílias mais pobres não condizem com a realidade, pois se acredita ser impossível que nesse processo de espoliação dos sujeitos as negligências, as ausências e violências de modo geral não ocorram. Trata-se de olhar a condição humana e saber que para a subsistência de qualquer sujeito, necessita-se de mais do que benefícios e parques diretos mal reconhecidos.

As instituições de acolhimento ‘necessárias’ em nossa sociedade, ainda hoje, comprovam que a pobreza é norteadora de muitas ações de institucionalização – aqui não desejo romantizar as famílias, pois reconhecemos que os relacionamentos humanos são diversos e as ausências/necessidades também –. Contudo, os motivos desta medida indicam uma continuidade.

A instituição, mesmo que com todos os aspectos humanizados com profissionais e etc., carrega consigo um estigma, uma realidade que distancia os sujeitos de suas raízes, sua cultura.

Assim, este trabalho buscou, através de um apanhado histórico, apontar o quanto de íntima relação com o passado escravagista de exclusões e desigualdades sociais, há hoje na existência de instituições de acolhimento. Além de que, nesses espaços institucionais, pouco de protagonismo há nas crianças, que por uma causa não única, são alvos de uma medida de proteção que possui uma linha tênue com a violação.

Nas oficinas que realizamos eram comuns olhares duvidosos dos profissionais acerca de que tipo de ação que fazíamos, onde precisávamos somente das crianças (e adolescentes). Percebemos o quanto trabalhar com a criança, ouvir a criança e brincar com a criança parece algo insignificante e curioso para os adultos, pois como uma criança que mal sabe falar consegue contribuir para uma pesquisa de mestrado? Conseguiu sim.

Durante as oficinas, tivemos a participação de uma criança que fazia acompanhamento com fonoaudiólogo, pois possuía limitações em sua fala, mas mesmo com suas dificuldades participou das oficinas e percebemos, inclusive, um avanço significativo em sua fala. Prova de que ouvir as crianças potencializa o seu desenvolvimento e, principalmente, o protagonismo de suas vidas. Ouvir as crianças é devolver o espaço de sujeito de importância, de direito, o que nessa sociedade adulta lhes é tirado.

Acerca do que é ser criança em uma instituição, apreendeu-se que na realidade tal questão não possui um significado único e estático, mas apresenta-se de forma diversa e ampla para cada criança, de acordo com sua história de vida e percepções de mundo. O ser criança dentro ou fora de uma instituição não é passível de interpretações e reflexões simples, mas de pequenas compreensões acerca do tema. Ser criança é complexo, ainda mais em uma instituição.

Quanto às instituições, ficou claro que não são lugares ideais para o desenvolvimento de nenhum sujeito, inclusive crianças e adolescentes. Apesar dos traumas e riscos vivenciados pelas crianças durante o período de convivência com a família, essa 'retirada', mesmo que temporária, é muito complexa, demandando um esforço crítico dos profissionais técnicos e cuidadores.

A convivência em uma instituição não é fácil e o brincar não nos pareceu tão natural. Ouvimos frases como: "*tia, uma vez na minha casa eu estava brincando com meu cachorrinho...*", "*tia, eu brincava assim com minha irmã...*", "*eu gosto de soltar pipa*"... Situações que expressam costumes rotineiros que na realidade institucional não ocorrem, ou se ocorrem, não acontecem como antes.

As regras, limites e disciplinas, são 'necessárias' para que a instituição mantenha sua rotina e consiga efetuar as tarefas diversas que são direcionadas a muitas crianças e adolescentes. São ações realizadas por diversos profissionais com histórias de vida, modos e culturas diferentes e que lidam diretamente com as crianças e adolescentes. Esses profissionais como em qualquer empresa, passam por períodos de adaptação, admissão e demissão, contudo, para as crianças/adolescentes acolhidos, esses processos que são 'simples' para uma empresa, são dolorosos para eles, pois o técnico ou cuidador, torna-se uma referência familiar.

Tal constatação reafirma o fato de que na instituição as tarefas, relacionamentos e brincadeiras não ocorrem de forma natural, pois são permeados pelas condições da instituição. Considera-se, assim, que apesar dos esforços empreendidos no estudo deste tema, ele permanece aberto a indagações, demandando permanentes reflexões que possam levar a uma sensibilização maior em relação às trajetórias de vidas e brincadeiras de crianças e adolescentes institucionalizados, os quais, em muitos casos, são privados do direito fundamental à convivência familiar e comunitária.

Nestas condições, importa recorrer aos princípios de Dantas (2022b), da importância de que as crianças e adolescentes sejam escutados de forma assertiva, e que por meio das interações conjuntas, o conhecimento seja promovido. Esse conhecimento não é embutido em uma lógica de transmissão de saberes, mas de soma, aproximação e colaboração, considerando o *eu* dos sujeitos.

Criar interações e partilhar experiências, demanda rupturas com a persistente banalização do olhar dos sujeitos da pesquisa em detrimento do conhecimento gerado pelos pesquisadores. Dialogar com crianças e adolescentes exige uma capacidade de leitura crítica do mundo e de si mesmo, na tentativa de que as práticas cotidianas sejam repensadas por uma lógica de respeito e valorização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5ª. ed. rev. e aum. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 1232 p. ISBN 8533623569.

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. Transformações econômicas e sociais e no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. *In*: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina. **Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos**. 6ª Edição (4ª Reimpressão). ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009. cap. 3, p. 61-78.

ALTMAN, Raquel Zumbano. Transformações econômicas e sociais e no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. *In*: DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. 7º. ed. São Paulo: Contexto, 2010. cap. 9, p. 129-146. ISBN 978-85-7244-112-4.

ANDRADE, Fabrício Fontes de; ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. A institucionalização da assistência social: a implantação do SUAS no Norte do Estado de Minas Gerais. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, v. 33, n. 2, p. 129-137, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Arquivo e Memória sobre a roda dos expostos do Rio de Janeiro. **Pesquisa e Práticas Psicossociais** 5 (1), São João del-Rei, janeiro/julho, 2010.

ARIÈS, Phillipe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986. 279 p. ISBN 85-245-0036-0.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; DELGADO, Ana Cristina Coll; TOMÁS, Catarina Almeida. Estudos da infância, estudos da criança: quais campos? Quais teorias? Quais questões? Quais métodos? **Inter Ação**, Goiânia, v. 41, n. 1, p. 103-122, 2016.

BERBERIAN, Thais Peinado. **Serviço Social e Avaliações de negligência: debates no campo da ética profissional**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, p. 48-65, 2015.

BOSCHETTI, Ivanette; BEHRING, Elaine Rossetti. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 66-83, 2021.

BRASIL, Lei nº 8.742. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)**. Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: DF, 05 de outubro de 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social** – PNAS/2004.

_____. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**: aprovada na Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2013 (reimpresso em 2014)

CAPDEVILLLE, Ivanisy da Silva Amaral. **Assistência à infância e à adolescência de Campos dos Goytacazes: a trajetória da fundação Municipal da Infância e Juventude** (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais). – Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense. Campos dos Goytacazes, 2010.

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luiza de Souza. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. **Revista katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 269-279, 2021.

CERTAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3ª. ed. aum. Petrópolis: Editora Vozes, p. 35-45, 1998. ISBN 85-326-1148-6.

CFESS. **Em defesa da política de assistência social e do trabalho dos assistentes sociais**. Brasília, 2018. 1 flyer. Cartilha do 2ª Seminário Nacional sobre o Trabalho do/a Assistente Social na Política de Assistência Social. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2018-CfessManifesta-2SeminarioAssistencia-Site.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2021.

CNAS. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília-DF: CNAS, 2009. BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.

COELHO, Acileide Cristiane Fernandes; CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo. **A Rede de Proteção de Crianças e suas Famílias: Identificando emaranhados e Tecendo Possibilidades de Atuação**. In: QUIXADÁ, Luciana Martins; MENEZES, Jaileila de Araújo (Orgs). *Infância em Territórios de (in) segurança*. Fortaleza, CE: Editora da UECE, p. 34-52, 2022.

COHN, Clarice. Concepções de infância e infâncias – Um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. **Civitas**, Porto Alegre, v. 13, n.2, p. 221-224, 2013.

CONSTANTINO, Patrícia; ASSIS, Simone Gonçalves de; MESQUITA, Viviane de Souza Ferro de. **Crianças, Adolescentes e famílias em SAI**. In: ASSIS, Simone Gonçalves de; FARIAS, Luis Otávio Pires (Org.). *Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento*. 1ª Edição, São Paulo: Hucitec, cap. 5, p. 161-220, 2013.

COUTO, Berenice Rojas. Assistência Social: direto ou benesse? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 124, p.665-677, 2015.

DANTAS, Emiliano. A Imagem Enquanto Leitura e Escrita do Mundo: a palavra imagem e as imagensmundo. **Iluminuras**, Porto Alegre, v. 23, n.61, p.175-205, outubro, 2022.

DANTAS, Emiliano. **O olhar distraído de Katarina Real e a fotografia do/a negro/a em Pernambuco**. 2015. Disponível em: https://b3dc8104-23fc-419e-8c6047caf9d8f924.filesusr.com/ugd/0f7ebe_59fe40636c1242ceadebb34082158447.pdf Acesso em 1 nov. 2021.

_____; RODRIGUES, Laís. **Infâncias e narrativas imagéticas: criança como leitora autora no seu mundo**. In: QUIXADÁ, Luciana Martins; ARAÚJO, Jaileila de. *Infância em Territórios de (in) segurança*. Ceará: Editora da UECE, 2022. p. 114-124.

DOWBOR, Ladislau. A economia da família. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller. **Família: redes, laços e políticas públicas**. 6ª. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2015. p. 323-348.3

DURKHEIM, Émile. **As regras do método Sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

ESTEVENS, Ana. **Que direito à cidade? Criança, espaço público e produção de cidade**. In: **GOBBI, Maria Aparecida et al. O Direito das Crianças à cidade – Perspectiva desde o Brasil e Portugal**. São Paulo: FEUSP, 2022. cap. 6, p. 180-195. Disponível em: <https://www.bibliaonline.com.br/nvi/ex/2>. Acesso em: 24 nov. 2022.

FACHINETTO, Neidemar José. **O Direito à convivência Familiar e Comunitária**. Porto Alegre: 2009.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Globalização, correlação de forças e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2ª. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2009. v. 1, cap. 1, p. 33-92.

FERREIRA, Adeílza Clímaco. O Sistema de Garantia de Direitos e os desafios na efetivação da Proteção Integral. In: VI JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, VI., 2013, São Luís. **Anais da VI Jornada Internacional de Políticas Públicas [...]**. São Luís - MA: Editora da UFMA, 2013. p. 1-9.

FOCAULT, Michel. Recursos para o bom adestramento. In: **Vigiar e Punir**. 27ª. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1987. v. 86, cap. 2.

GOFFMAN, Erving. As características das instituições totais. In: **Manicômios, prisões e conventos**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva S.A, 1974. cap. 1, p. 11-22. v. 1.

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar**. Ed. Record, São Paulo, edição 9, 2004.

GUIMARÃES, Rosamélia Ferreira; ALMEIDA, Silvana Cavichioli Gomes. Reflexões sobre o trabalho social com famílias. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália

Faller. **Família: redes, laços e políticas públicas**. 6ª. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2015. p. 143-152.

INGOLD, Tim. **Antropologia e/como educação**. 1ª. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2020. 256 p. ISBN 978-8532664556.

JAMES, Adrian. Mudança de paradigmas...mudança de práticas? O estudo de caso do Reino Unido. *In*: RIZZINI, Irene; SILVA, Sueli Bulhões da. (Org). **O Social em Questão infância: construções contemporâneas**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009. cap. 3, p. 46-59. v. 21.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOHAN, Walter Omar. Paulo Freire: Outras Infâncias para a Infância. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 34, 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5º Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANSKY, Samy; GOUVEA, Maria Cristina Soares. O Brincar como prática social de territorialização infantil. *In*: GOBBI, Márcia Aparecida; DOS ANJOS, Cleriston Izidoro; SEIXAS, Eunice Castro; TOMÁS, Catarina. **O Direito das Crianças à cidade: Perspectiva desde o Brasil e Portugal**. São Paulo: FEUSP, 2022. cap. 12, p. 362-381. ISBN 978-65-8707-31-7.

LARA, Juliana Siqueira de. “É tiro de Bala Achada, Tia”: Violência Armada Policial, Cuidado e a Palavra Das Crianças que Não se Escuta. *In*: QUIXADÁ, Luciana Martins; MENEZES, Jaileila de Araújo (Orgs). **Infância em Territórios de (in) segurança**. Fortaleza, CE: Editora da UECE, p. 144-160, 2022.

LEHFELD, Neide Aparecida de Souza; SILVA, Thiago Rodrigo da. Família e Instituições de Acolhimento para crianças e adolescentes: Desafios na superação de conflitos e na humanização do atendimento nas medidas de proteção. *In*: **Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas**. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2014. p. 1-11.

LEITE, Miriam L. Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. *In*: *In*: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1999.

LIMA, Liziane Vasconcelos Teixeira; AFONSO, Maria Lúcia Miranda. Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: gestão para proteção integral e defesa de cidadania. **Revista Tecer**, Belo Horizonte, v. 9, n. 16, p. 70-82, 2016.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. Políticas sociais e modelos de bem-estar social: fragilidades do caso brasileiro. **Saúde em Debate**, v. 40, n. Especial, p. 87-97, 2016.

MARCÍLIO. A roda dos expostos e a criança abandonada na História no Brasil. 1726-1950. *In*: FREITAS, Marcos Cezar (org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, p. 51-76, 1999.

MARTINS, Edna; SZYMANSKI, Heloisa. Brincando de casinha: significado de família para crianças institucionalizadas. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 9, p. 177-187, 2004.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. **Revista katálysis**, Florianópolis, v. 13, ed. 2, p. 173-180, 2010.

MILLS, Wright. Do artesanato intelectual. *In*: **A imaginação Sociológica**. Zahar editores, Rio de Janeiro: 1975.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Novas propostas e velhos princípios a: assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. *In*: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro; LEAL, Maria Cristina. **Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos**. 4ª. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2009. cap. 2, p. 43-59.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; NUNES, Renata; MORAES, Patricia Macarini; HORST, Cláudio Henrique Miranda. O Familismo na Política Social: Aproximações com as Bases da Formação Sócio-Histórica Brasileira. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS/ES EM SERVIÇO SOCIAL, 2018, Vitória. **Anais do Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social [...]**. Vitória-ES: [s. n.], 2018.

Módulo Criança e Adolescente. **29º Censo da População Infantojuvenil acolhida no Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: < http://p-web01.mp.rj.gov.br/Arquivos/MCA/censo/2022/censo_2022/index.html#p=1 > Acesso em: 29 set. 2022.

_____. **Censos Municipais**. Disponível em: < https://mca.mp.rj.gov.br/wp-content/uploads/2012/09/censos_municipais.pdf > Acesso em: 29 set. 2022.

_____. **Censo Estadual**. Disponível em: https://mca.mp.rj.gov.br/wp-content/uploads/2012/09/Censo_Estadual_1.pdf Acesso em: 29 set. 2022.

MOREIRA, Maria Ignez Costa. Tensões entre a lógica do poder patriarcal e a busca de emancipação das mulheres nas Políticas de Assistência Social: uma análise à luz da categoria de gênero. *In*: SAWAIA, Bader B; ALBURQUERQUE, Renan; BUSARELLO, Flávia R. (Orgs.). **Afeto e Comum: reflexões sobre a práxis psicossocial**. Alexa Cultural: São Paulo, 2018. p. 163-179.

MÜLLER, Verônica Regina. As crianças amigas da cidade. *In*: GOBBI, Márcia Aparecida; DOS ANJOS, Cleriston Izidoro; SEIXAS, Eunice Castro; TOMÁS, Catarina. **O Direito das Crianças à cidade: Perspectiva desde o Brasil e Portugal**. São Paulo: FEUSP, 2022. cap. 5, p. 173-179. ISBN 978-65-8707-31-7.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de Campo como Descoberta e Criação. *In*: MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. Cap. 3, p. 51-66. v. 4.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XVII, n. 50, p. 147-156, 1996.

NOVAES, Sylvia Caiuby, A Construção de Imagens na Pesquisa de Campo em Antropologia. **ILUMINURAS**, v. 13, n. 31, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/36791>. Acesso em: 02 nov. 2021.

OLIVEIRA, Sonia Cristina de. Brincadeiras de Crianças Abridadas – **Estudo Etnográfico em Instituição de Acolhimento**. (Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2014.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Mudanças estruturais, Política Social e papel da Família: crítica ao pluralismo de bem-estar. *In*: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro; LEAL, Maria Cristina (Org.). **Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos**. 4^o. ed. São Paulo: Cortez, 2009. Cap.1, p. 25-42.

PEREZ, José Roberto Rus; PASSONE, Eric Ferdinando. **Políticas Sociais de atendimento às Crianças e aos Adolescentes no Brasil**. Campinas: 2010.

PORTELLA, Oswaldo. **Vocabulário etimológico básico do acadêmico de letras**. Curitiba, 1984.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES. **Assistidos das 8 Unidades de Acolhimento Institucional são vacinados contra a gripe**. Disponível em: <https://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=58597#>. Acesso em 12 de nov. de 2020.

QUIXADÁ, Luciana Martins. Crianças na Periferia e Narrativas Compartilhadas: Por uma Gramática da Esperança. *In*: QUIXADÁ, Luciana Martins; MENEZES, Jaileila de Araújo (Orgs). **Infância em Territórios de (in)segurança**. Fortaleza, CE: Editora da UECE, 2022. p. 216-226.

QUIXADÁ, Luciana Martins; BARBOSA, Mariana Lustosa Brito; TÁVORA, Thamires de Aquino. Contação de Histórias, Ludicidade e Participação da Criança. *In*: QUIXADÁ, Luciana Martins; MENEZES, Jaileila de Araújo (Orgs). **Infância em Territórios de (in) segurança**. Fortaleza, CE: Ed. da UECE, 2022. p. 102 a 123.

QUIXADÁ, Luciana. Educação Infantil e Subjetivação da Criança na Sociedade de Consumo. **Polêmica**, v. 19, n.1, p. 20-38, jan. /abr. 2019.

QVORTRUP, Jens. Infância e Política. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, p. 777-792, set. /dez. 2010.

RIGON, Nicole Kunze. **Diálogos com Jovens e suas imagens: estudo etnográfico com oficinas na Grande Cruzeiro em Porto Alegre (RS)**. (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio grande do Sul. Porto Alegre, 2021.

RIZZINI, Irene. **A infância perigosa (ou “em perigo de o ser....”): Idéias e práticas correntes no Brasil na passagem do século XIX para o XX**. Paris: [s.n.], 2005.

_____; BARKER, Gary; CASSANIGA, Neide. Políticas sociais em transformação: crianças e adolescentes na era dos direitos. **Educar em revista**, n. 15, p. 125-133, 1999.

_____; NEUMANN, Mariana Menezes; CISNEROS, Arianna. Estudos contemporâneos sobre a infância e paradigmas de direitos. Reflexões com base nas vozes de crianças e adolescentes em situação de rua no Rio de Janeiro. **O Social em Questão**. Ano XX, nº 21, p. 60–73, 2009.

_____; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. PUC-Rio. Ed. São Paulo: Loyola, 2004. 95 p. v. 1.

RIZZINI, Irma. **A assistência à infância na passagem para o século XX da repressão à educação**. 1990. 77-94 p. Pesquisa (Mestranda) - UFRJ, Rio de Janeiro, 1990.

SANTOS, Ana Maria Augusta. **Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: mudanças na história Brasileira**. Minas Gerais: 2010.

SAWAIA, Bader B. Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades. *In*: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller (organizadoras). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 6. Ed – São Paulo: Cortez: Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais – PUC – SP, 2015, p. 51-63.

SCHAPP, Wilhelm. **Envolvido em Histórias – Sobre o ser do homem e o da coisa**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2007.

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL. **Relatório Técnico Acolhimentos Para Crianças e Adolescentes do Município de Campos dos Goytacazes**. Campos dos Goytacazes-RJ, junho/2018.

SILVA, Maísa Miralva da. Assistência Social na realidade municipal: o SUAS e a prevalência do conservadorismo. **Revista katálisys**, Florianópolis, v.18, n. 1, p. 41-49, 2015.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Assistência Social em Risco: Conservadorismo e Luta Social por Direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.130, p.487-506, 2017.

SOARES, L. T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000.

SZYMANSKI, Heloiza. Ser criança: um momento do ser humano. *In*: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller (Orgs.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 6. Ed – São Paulo: Cortez: Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais – PUC–SP, 2015. p. 65-62.

TOUSO, Maíra Ferro de Sousa *et al.* Photovoice como modo de escuta: subsídios para a promoção da equidade. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.22, nº 12, p. 3883 – 3892, dez. 2017.

UNICEF. **As doações chegaram em boa hora**. Brasil, fevereiro de 2021b. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/historias/doacoes-chegaram-em-boa-hora> Acesso em: 15 set. 2022.

UNICEF. **Alimentação na primeira infância: conhecimentos, atitudes e práticas de beneficiários do Programa Bolsa Família**. LIMA, Marília Barreto Pessoa; ALCANTARA, Pedro Ivo; AMARAL, Stephanie (coordenação). Brasília, 2021a.

_____. **Pobreza Infantil Monetária no Brasil – Impactos da pandemia na renda de famílias com crianças e adolescentes**. Brasil, março de 2022.

VITALE, Maria Amalia Faller. Avós: velhas e novas figuras da família contemporânea. *In*: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller (organizadoras). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 6. Ed – São Paulo: Cortez: Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais – PUC–SP, 2015. p. 107-119.

VOLIC, C.; BAPTISTA, M. V. Aproximações ao conceito de negligência. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XXVI, n. 83, p. 147-156, 2005.

WINNICOTT, Donald W. **O Brincar e a Realidade**. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

YAZBEK, Maria Carmelita. Assistência Social brasileira: limites e possibilidades na transição do milênio. *In*: CADERNOS ABONG. **Política de Assistência Social: Uma Trajetória de Avanços e Desafios**. São Paulo. 2001: Abong. Cap.1, p. 39-54. v.30.


YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e Exclusão Social: Expressões da Questão Social No Brasil. **Temporalis** 2, n.3, p. 33-40, jan./jul. 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. Políticas Sociais e Assistenciais: Estratégias Contraditórias de Gestão Estatal da Pobreza das Classes Subalternas. *In*: YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 2º. ed. São Paulo: Cortez, 2015. cap. 1, p. 45-59.

ANEXOS

Anexo 1 – Autorização do Presidente da Fundação Municipal da Infância e Juventude para a realização das oficinas nos acolhimentos institucionais Lara e Despertar.


de Ciências, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita
FRANCO RIBEIRO" JUNIOR

 **LABORATÓRIO DE ESTUDOS DO ESPAÇO ANTRÓPICO –
LEEA/CCH/UENF**


Campos dos Goytacazes, 17 de abril de 2022

Prezado Sr. presidente da Fundação Municipal de Infância e Juventude,

Venho por meio deste, solicitar autorização para que a Sr.^a Gabriela Tomaz da Silva Lima (matricula: 202114120011), estudante do curso de mestrado do programa de políticas sociais da UENF, sob orientação da professora, Dr.^a Caterine Reginensi, realize pesquisa de campo nos acolhimentos institucionais: Lara e Despertar. O objetivo da pesquisa é conhecer as brincadeiras feitas pelas crianças acolhidas e qual o sentido dado a elas.


Odile Elise Augusta Reginensi
Caterine Reginensi
Professora Titular
LEEA/CCH/UENF - Id. Func. 50851942

Campos dos Goytacazes, 17/04/2022
A. Costa,
A. B. ...


Fabiano de Paula
Presidente da FMIJ
Matr.: 40798

Dr.^a Odile Elise Augusta Reginensi
Caterine Reginensi

Anexo 2 – Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu.....(Nome, CPF),
técnica do acolhimento.....estou sendo convidada e aceito ser
entrevistada e ter a conversa gravada pela mestrandia de Políticas Sociais da UENF,
Gabriela Tomaz da Silva Lima, a fim de contribuir em sua pesquisa acerca do Sentido
de ser criança e brincar. Cujas finalidades, é apreender as percepções dos técnicos
de acolhimentos institucionais de crianças, em Campos dos Goytacazes – RJ.
Autorizo a divulgação das informações por mim declaradas, contanto que minha
privacidade seja respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento
que possa, de qualquer forma me identificar, seja mantido em sigilo.

(Assinatura do sujeito da pesquisa)

(Assinatura do pesquisador responsável)